Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016 9

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 17

Demonstração do Fluxo de Caixa 18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016 20

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Comentário do Desempenho 23

Notas Explicativas 46

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 136

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 138

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 139

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 140

Motivos de Reapresentação 141

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	641.553.423
Preferenciais	695.046.557
Total	1.336.599.980
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.368.045
Preferenciais	17.529.630
Total	21.897.675

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/02/2016	Dividendo	08/03/2016	Ordinária		0,05720
Reunião do Conselho de Administração	29/02/2016	Dividendo	08/03/2016	Preferencial		0,05720

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.503.745	4.507.931
1.01	Ativo Circulante	438.341	540.793
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	180.593	222.737
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.517	51.581
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.517	51.581
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	4.517	51.581
1.01.03	Contas a Receber	6.889	5.808
1.01.03.01	Clientes	6.889	5.808
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.511	19.193
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	223.831	241.474
1.01.08.03	Outros	223.831	241.474
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	60.818	47.682
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	39.473	65.793
1.01.08.03.04	Outros créditos	123.540	127.999
1.02	Ativo Não Circulante	4.065.404	3.967.138
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	793.687	757.710
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	751.842	717.411
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	41.845	40.299
1.02.01.09.04	Depósitos e cauções vinculados	49	48
1.02.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	41.777	40.232
1.02.01.09.08	Outros	19	19
1.02.02	Investimentos	3.252.836	3.192.259
1.02.02.01	Participações Societárias	3.252.836	3.192.259
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.242.785	3.182.208
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.051	10.051
1.02.03	Imobilizado	11.593	9.368
1.02.04	Intangível	7.288	7.801
1.02.04.01	Intangíveis	7.288	7.801

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.503.745	4.507.931
2.01	Passivo Circulante	398.627	586.272
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.300	4.391
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.300	4.391
2.01.01.01.01	Tributos e Contrib.Sociais	4.300	4.391
2.01.02	Fornecedores	692	1.703
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	692	1.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	314.023	500.461
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	223.803	321.678
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.000	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	203.803	321.678
2.01.04.02	Debêntures	90.220	178.783
2.01.05	Outras Obrigações	79.612	79.717
2.01.05.02	Outros	79.612	79.717
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.840	2.609
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas - moeda nacional	38	0
2.01.05.02.05	Encargos de dívidas - moeda estrangeira	6.620	4.113
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas	2.432	1.992
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	14.195	16.806
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	53.487	54.197
2.02	Passivo Não Circulante	1.890.508	1.710.006
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.631.294	1.435.425
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	177.945	97.620
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	177.945	97.620
2.02.01.02	Debêntures	1.453.349	1.337.805
2.02.02	Outras Obrigações	251.989	267.356
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	221.829	228.573
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	221.829	228.573
2.02.02.02	Outros	30.160	38.783
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	22.200	30.873
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	7.960	7.910
2.02.03	Tributos Diferidos	7.225	7.225
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.225	7.225
2.03	Patrimônio Líquido	2.214.610	2.211.653
2.03.01	Capital Social Realizado	1.260.000	1.260.000
2.03.02	Reservas de Capital	-57.929	-25.125
2.03.02.07	Outras Reservas	-57.929	-25.125
2.03.04	Reservas de Lucros	981.616	1.056.817
2.03.04.01	Reserva Legal	113.753	113.753
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	910.538	910.538
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.201
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-42.675	-42.675
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	111.198	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-80.275	-80.039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.509	13.851
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.671	-7.816
3.02.01	Pessoal e administradores	-4.702	-4.067
3.02.03	Material	-43	-33
3.02.04	Serviços de Terceiros	-965	-2.775
3.02.05	Depreciação e Amortização	-625	-489
3.02.06	Outras Despesas	-336	-452
3.03	Resultado Bruto	8.838	6.035
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	135.236	49.067
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.231	-3.665
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-1.152	-506
3.04.02.03	Entidade de Previdência Privada	-72	-2.053
3.04.02.04	Material	-114	-82
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-2.511	-715
3.04.02.06	Depreciação e Amortização	-289	-220
3.04.02.07	Outras	-93	-89
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11	491
3.04.04.02	Outros	11	491
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	139.456	52.241
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	144.074	55.102
3.06	Resultado Financeiro	-32.876	-101.558
3.06.01	Receitas Financeiras	36.085	52.141
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	8.267	1.386
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	21.999	44.979
3.06.01.03	Receita de aval	6.643	5.571
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-1.977	-515
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	1.153	720
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.961	-153.699
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-79.891	-87.777
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	16.972	-41.628
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	-29.700	85.991
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	37.099	-99.855
3.06.02.05	Despesas bancárias	-1.442	-511
3.06.02.06	IOF	-283	-256
3.06.02.07	Despesas de aval	-2.500	0
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-7.442	-1.343
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	-452	0
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-1.322	-8.320
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	111.198	-46.456
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-12.428
3.08.01	Corrente	0	135
3.08.02	Diferido	0	-12.563
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	111.198	-58.884
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	331.341
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	331.341

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	111.198	272.457
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08319	0,21872
3.99.01.02	PN	0,08319	0,21872
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,08319	0,21872
3.99.02.02	PN	0,08319	0,21872

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	111.198	272.457
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-236	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	110.962	272.457

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.347	-144.175
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.900	10.385
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos de operações continuadas e descontinuadas	111.198	445.543
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	19.966	152.736
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-139.456	-52.241
6.01.01.05	Depreciação e amortização	916	709
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	29.700	-85.991
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	-16.972	41.628
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	-452	0
6.01.01.13	(Ganho) Perda na alienação dos ativos de geração	0	-491.999
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.553	-154.560
6.01.02.01	(Aumento) de clientes	-1.081	-521
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-3.318	-21.723
6.01.02.08	Diminuição de outros créditos	4.238	1.305
6.01.02.09	(Diminuição) aumento de fornecedores	-1.011	71
6.01.02.11	(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	-90	-46.059
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	440	339
6.01.02.13	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-731	2.378
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-90.350
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	72.980	941.932
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-763	1.238
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-2.625	-168
6.02.04	Recebimento de dividendos	33.469	49.662
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	55.331	-500.704
6.02.08	Diminuição de créditos com partes relacionadas	-12.432	64.830
6.02.09	Recebimento de ativos alienados	0	1.327.074
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-118.471	-55.007
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	20.000	165.000
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	-50.147	-205.000
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	0	-15.881
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	763	874
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-74.901	0
6.03.09	Partes relacionadas	-14.186	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-42.144	742.750
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	222.737	50.249
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	180.593	792.999

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-32.804	-75.201	0	0	-108.005
5.04.06	Dividendos	0	0	-75.201	0	0	-75.201
5.04.08	Aquisição de participação de não controladores	0	214	0	0	0	214
5.04.09	Instrumento financeiro - reflexo	0	-33.018	0	0	0	-33.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.198	-236	110.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.198	0	111.198
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-236	-236
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-100.604	1.024.291	111.198	-80.275	2.214.610

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.879	0	0	0	-3.879
5.04.08	Instrumento financeiro - reflexo	0	-3.879	0	0	0	-3.879
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	272.457	0	272.457
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	272.457	0	272.457
5.07	Saldos Finais	1.010.000	-59.407	1.005.758	272.457	-77.291	2.151.517

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	17.486	508.099
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.475	15.609
7.01.02	Outras Receitas	11	492.490
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.027	-4.127
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.632	-3.605
7.02.04	Outros	-395	-522
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.459	503.972
7.04	Retenções	-914	-6.807
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-914	-6.807
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.545	497.165
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	177.518	110.481
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	139.456	58.339
7.06.02	Receitas Financeiras	38.062	52.142
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	190.063	607.646
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	190.063	607.646
7.08.01	Pessoal	5.067	5.964
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.840	5.102
7.08.01.02	Benefícios	960	670
7.08.01.03	F.G.T.S.	267	192
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.803	182.127
7.08.02.01	Federais	4.453	181.813
7.08.02.02	Estaduais	350	0
7.08.02.03	Municipais	0	314
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.995	153.720
7.08.03.01	Juros	68.961	153.701
7.08.03.02	Aluguéis	34	19
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	111.198	272.457
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	111.198	272.457
7.08.05	Outros	0	-6.622
7.08.05.01	Operações descontinuadas	0	-6.622

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	17.988.032	18.502.182
1.01	Ativo Circulante	5.345.760	5.879.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	834.901	1.083.627
1.01.02	Aplicações Financeiras	650.814	719.058
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	642.439	711.322
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	642.439	711.322
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.375	7.736
1.01.03	Contas a Receber	1.985.496	2.054.044
1.01.03.01	Clientes	1.985.496	2.054.044
1.01.04	Estoques	34.801	36.162
1.01.06	Tributos a Recuperar	413.087	390.192
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	413.087	390.192
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.426.661	1.596.212
1.01.08.03	Outros	1.426.661	1.596.212
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	4.552	4.676
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	54.413	117.780
1.01.08.03.06	Ativos financeiros setoriais	823.483	801.051
1.01.08.03.07	Outros créditos	544.213	672.705
1.02	Ativo Não Circulante	12.642.272	12.622.887
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.069.117	5.058.492
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	97.165	97.072
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	97.165	97.072
1.02.01.03	Contas a Receber	151.960	140.466
1.02.01.03.01	Clientes	151.960	140.466
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.819.992	4.820.954
1.02.01.09.03	Títulos de créditos a receber	1.624	1.624
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	187.060	177.558
1.02.01.09.05	Créditos tributários	825.960	774.658
1.02.01.09.06	Depósitos e cauções vinculados	200.025	194.710
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	419.361	369.848
1.02.01.09.08	Contas a receber da concessão	2.969.605	2.858.710
1.02.01.09.09	Ativos financeiros setoriais	55.355	261.854
1.02.01.09.12	Outros créditos	161.002	181.992
1.02.02	Investimentos	22.304	28.635
1.02.02.01	Participações Societárias	22.304	28.635
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	22.304	28.635
1.02.03	Imobilizado	134.462	114.778
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	134.462	114.778
1.02.04	Intangível	7.416.389	7.420.982
1.02.04.01	Intangíveis	7.416.389	7.420.982

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	17.988.032	18.502.182
2.01	Passivo Circulante	4.380.063	4.716.057
2.01.02	Fornecedores	1.015.950	1.204.877
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.015.950	1.204.877
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.269.357	1.509.118
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	996.758	1.193.369
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	460.351	416.949
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	536.407	776.420
2.01.04.02	Debêntures	272.599	315.749
2.01.05	Outras Obrigações	2.094.756	2.002.062
2.01.05.02	Outros	2.094.756	2.002.062
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.440	8.140
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	16.047	17.116
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	97.902	79.027
2.01.05.02.06	Encargos do consumidor a recolher	94.273	85.847
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação publica	67.324	65.809
2.01.05.02.08	Beneficios a empregados - plano de pensão	28.737	28.692
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas - moeda nacional	38.017	25.051
2.01.05.02.10	Encargos de dívidas - moeda estrangeira	28.445	19.970
2.01.05.02.11	Tributos e Contribuições Sociais	462.976	480.206
2.01.05.02.12	Encargos setoriais	299.124	372.295
2.01.05.02.13	Passivos financeiros setoriais	568.850	494.740
2.01.05.02.15	Taxas regulamentares	34.728	20.373
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	99.659	109.463
2.01.05.02.17	Bandeiras tarifárias CCRBT	2.511	4.880
2.01.05.02.18	Instrumentos financeiros derivativos	138.520	126.251
2.01.05.02.19	Outras contas a pagar	109.203	64.202
2.02	Passivo Não Circulante	10.273.852	10.467.955
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.299.510	6.422.878
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.148.019	4.222.050
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.332.098	2.405.075
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.815.921	1.816.975
2.02.01.02	Debêntures	2.151.491	2.200.828
2.02.02	Outras Obrigações	2.357.720	2.469.963
2.02.02.02	Outros	2.357.720	2.469.963
2.02.02.02.03	Fornecedores	294.855	326.010
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	418.727	388.376
2.02.02.02.05	Tributos e contribuições sociais	138.526	138.440
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	75.815	78.031
2.02.02.02.07	Beneficcio a empregado-Plano pensão	189.780	185.018
2.02.02.02.08	Provisão para Riscos, Trabalhistas, Civeis e Fiscais	583.772	572.629
2.02.02.02.09	Taxas regulamentares	138.772	153.127
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	52.643	143.103
2.02.02.02.12	Encargos setoriais	194.486	152.788
2.02.02.02.13	Incorporação de redes	194.027	185.162
2.02.02.02.14	Outras contas a pagar	76.317	147.279

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.03	Tributos Diferidos	1.616.622	1.575.114
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.616.622	1.575.114
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.334.117	3.318.170
2.03.01	Capital Social Realizado	1.260.000	1.260.000
2.03.02	Reservas de Capital	-57.929	-25.125
2.03.04	Reservas de Lucros	981.616	1.056.817
2.03.04.01	Reserva Legal	113.753	113.753
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	910.538	910.538
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.201
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-42.675	-42.675
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	111.198	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-80.275	-80.039
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.119.507	1.106.517

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.792.339	2.766.071
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.442.543	-2.295.087
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-1.446.997	-1.503.826
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-207.068	-147.946
3.02.03	Pessoal e administradores	-166.815	-116.606
3.02.04	Entidade de previdenica privada	-5.972	-4.039
3.02.05	Material	-34.045	-22.298
3.02.06	Serviços terceiros	-105.699	-109.307
3.02.07	Depreciação e amortização	-149.673	-154.138
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-3.829	7.219
3.02.09	Custo de construção	-259.208	-209.951
3.02.10	Custo serviços prestados a terceiros	-17.704	-15.107
3.02.11	Provisão p/ crédito liquidação duvidosa	-19.317	-2.455
3.02.12	Outras	-26.216	-16.633
3.03	Resultado Bruto	349.796	470.984
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-172.898	-191.807
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-161.912	-169.064
3.04.02.01	Pessoal	-41.513	-53.929
3.04.02.02	Entidade de previdencia privada	-7.881	-6.824
3.04.02.03	Material	-4.595	-5.764
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-29.284	-44.975
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	9.439	6.753
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-24.752	-24.147
3.04.02.07	Outras	-63.326	-40.178
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.047	9.543
3.04.04.01	Outros	8.047	9.543
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19.033	-32.347
3.04.05.01	Outras	-19.033	-32.347
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	61
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	176.898	279.177
3.06	Resultado Financeiro	26.248	-343.487
3.06.01	Receitas Financeiras	255.561	240.693
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	66.994	33.146
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	38.616	52.177
3.06.01.03	Atualização contas a receber concessão - VNR	51.056	42.293
3.06.01.07	Ajuste a valor presente	1.270	7.071
3.06.01.08	Atualização financeira CVA	71.757	62.675
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-12.352	0
3.06.01.10	Outras receitas	38.220	43.331
3.06.02	Despesas Financeiras	-229.313	-584.180
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-198.469	-183.278
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	211.645	-358.372
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	13.590	2.675
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	89.430	-108.857
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	-219.498	256.025

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-6.580	-3.185
3.06.02.08	Despesas bancárias	-3.115	-3.154
3.06.02.09	Juros/ multas	-1.076	-90.612
3.06.02.10	Atualização contingências	-16.753	-11.273
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	19.731	0
3.06.02.12	Atualização financeira CVA	-22.187	-40.670
3.06.02.13	Despesa de aval	-2.500	0
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-93.531	-43.479
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	203.146	-64.310
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-78.695	20.602
3.08.01	Corrente	-151.043	50.416
3.08.02	Diferido	72.348	-29.814
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	124.451	-43.708
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	320.437
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	320.437
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	124.451	276.729
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	111.198	272.457
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	13.253	4.272
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08319	0,21872
3.99.01.02	PN	0,08319	0,21872
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,08319	0,21872
3.99.02.02	PN	0,08319	0,21872

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	124.451	276.729
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-367	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	124.084	276.729
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	110.962	272.457
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	13.122	4.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	478.767	86.725
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	376.306	397.041
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos de operações continuadas e descontinuadas	203.146	427.688
6.01.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-196.085	419.009
6.01.01.03	Depreciação e amortização	174.425	178.285
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.317	2.455
6.01.01.05	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-5.610	-13.972
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	10.986	22.804
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	19.731	0
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	-89.430	108.857
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	219.498	-256.025
6.01.01.11	Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	20.328	0
6.01.01.12	Resultado de equivalência patrimonial	0	-61
6.01.01.13	Ganho de capital na alienação de investimentos	0	-491.999
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	102.461	-310.316
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	76.162	-298.519
6.01.02.02	Diminuição (aumento) de ativos financeiross setoriais	255.824	-124.816
6.01.02.03	Diminuição de títulos e créditos a receber	124	10.455
6.01.02.04	Diminuição (aumento) de estoques	1.361	-845
6.01.02.05	(Aumento) diminuição de impostos a recuperar	-32.397	14.135
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-5.315	-9.879
6.01.02.08	Diminuição (aumento) de outros créditos	161.462	-44.604
6.01.02.09	(Diminuição) aumento de fornecedores	-158.052	108.822
6.01.02.11	(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	-84.380	-5.674
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-42.035	-126.260
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	18.875	20.268
6.01.02.16	(Diminuição) aumento de passivos financeiros regulatórios	-38.537	103.639
6.01.02.17	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-50.631	42.962
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-172.771	875.431
6.02.01	Aumento de outros investimentos	0	-2.244
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-5.914	-11.555
6.02.03	Aplicações no intangível	-310.049	-195.799
6.02.06	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	135.145	-251.588
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado e intangivel	8.047	9.543
6.02.09	Recebimento pela venda de ativos alienados	0	1.327.074
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-554.722	-226.343
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	81.470	235.647
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-300.534	-471.933
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-124.102	-33.972
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-106.398	52.635
6.03.06	Pagamento de dividendos	-74.901	-3.922
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-13.971	0
6.03.09	Pagamento parcelamento de impostos	-3.285	-4.798

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.03.10	Parcelamento de encargos setoriais	-13.001	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-248.726	735.813
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.083.627	576.072
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	834.901	1.311.885

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-32.804	-75.201	0	0	-108.005	-132	-108.137
5.04.06	Dividendos	0	0	-75.201	0	0	-75.201	226	-74.975
5.04.08	Novas aquisições	0	214	0	0	0	214	-347	-133
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-33.018	0	0	0	-33.018	-11	-33.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.198	-236	110.962	13.122	124.084
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.198	0	111.198	13.253	124.451
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-236	-236	-131	-367
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-236	-236	-131	-367
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-100.604	1.024.291	111.198	-80.275	2.214.610	1.119.507	3.334.117

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939	1.115.921	2.998.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939	1.115.921	2.998.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.879	0	0	0	-3.879	-8.607	-12.486
5.04.08	Instrumento financeiro - reflexo	0	-3.879	0	0	0	-3.879	-2	-3.881
5.04.09	Dividendos pagos	0	0	0	0	0	0	-3.922	-3.922
5.04.10	Aquisição de participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-4.683	-4.683
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	272.457	0	272.457	4.272	276.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	272.457	0	272.457	4.272	276.729
5.07	Saldos Finais	1.010.000	-59.407	1.005.758	272.457	-77.291	2.151.517	1.111.586	3.263.103

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	4.462.586	4.545.500
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.204.271	3.826.812
7.01.02	Outras Receitas	4.834	501.540
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	272.798	219.603
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.317	-2.455
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.256.422	-2.181.496
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.761.509	-1.699.911
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-229.737	-193.278
7.02.04	Outros	-265.176	-288.307
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.206.164	2.364.004
7.04	Retenções	-174.425	-178.285
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-174.425	-178.285
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.031.739	2.185.719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	267.913	240.754
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	61
7.06.02	Receitas Financeiras	267.913	240.693
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.299.652	2.426.473
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.299.652	2.426.473
7.08.01	Pessoal	207.473	172.729
7.08.01.01	Remuneração Direta	135.101	131.861
7.08.01.02	Benefícios	53.778	30.008
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.594	10.860
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.718.832	1.378.781
7.08.02.01	Federais	829.370	662.285
7.08.02.02	Estaduais	883.852	713.823
7.08.02.03	Municipais	5.610	2.673
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	248.896	593.952
7.08.03.01	Juros	242.903	586.855
7.08.03.02	Aluguéis	5.993	7.097
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	124.451	276.729
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	111.198	272.457
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	13.253	4.272
7.08.05	Outros	0	4.282
7.08.05.01	Operações de descontinuadas	0	4.282

Comentário do Desempenho

Cataguases, 5 de julho de 2016 – A Administração da Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia") reapresenta os resultados do primeiro trimestre de 2016 (1T16), originalmente aprovadas em 13 de maio de 2016 pelo Conselho de Administração, elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS).

A Administração da Companhia decidiu pelo refazimento e reapresentação das informações financeiras intermediárias, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, para incluir novas informações referentes ao saldo que a controlada indireta Energisa Tocantins possui junto ao acionista Estado do Tocantins. Essa reapresentação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2016, com a inclusão de provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber.

A seguir, resumem-se os principais efeitos entre os resultados anteriormente divulgados e dessa reapresentação:

Descrição Valores em R$ milhões	Controladora			Consolidado		
	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Lucro líquido	120,3	(9,1)	111,2	137,9	(13,4)	124,5
Resultado de equivalência patrimonial	148,6	(9,1)	139,5	-	-	-
Resultado financeiro	(32,9)	-	(32,9)	46,6	(20,4)	26,2
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(85,6)	6,9	(78,7)
Ativo	4.512,9	(9,1)	4.503,8	18.001,4	(13,4)	17.988,0
Patrimônio líquido	2.223,7	(9,1)	2.214,6	3.320,7	(13,4)	3.334,3

Consequentemente, os resultados do 1T16, comparativamente com o 1T15, passaram a ser os seguintes:

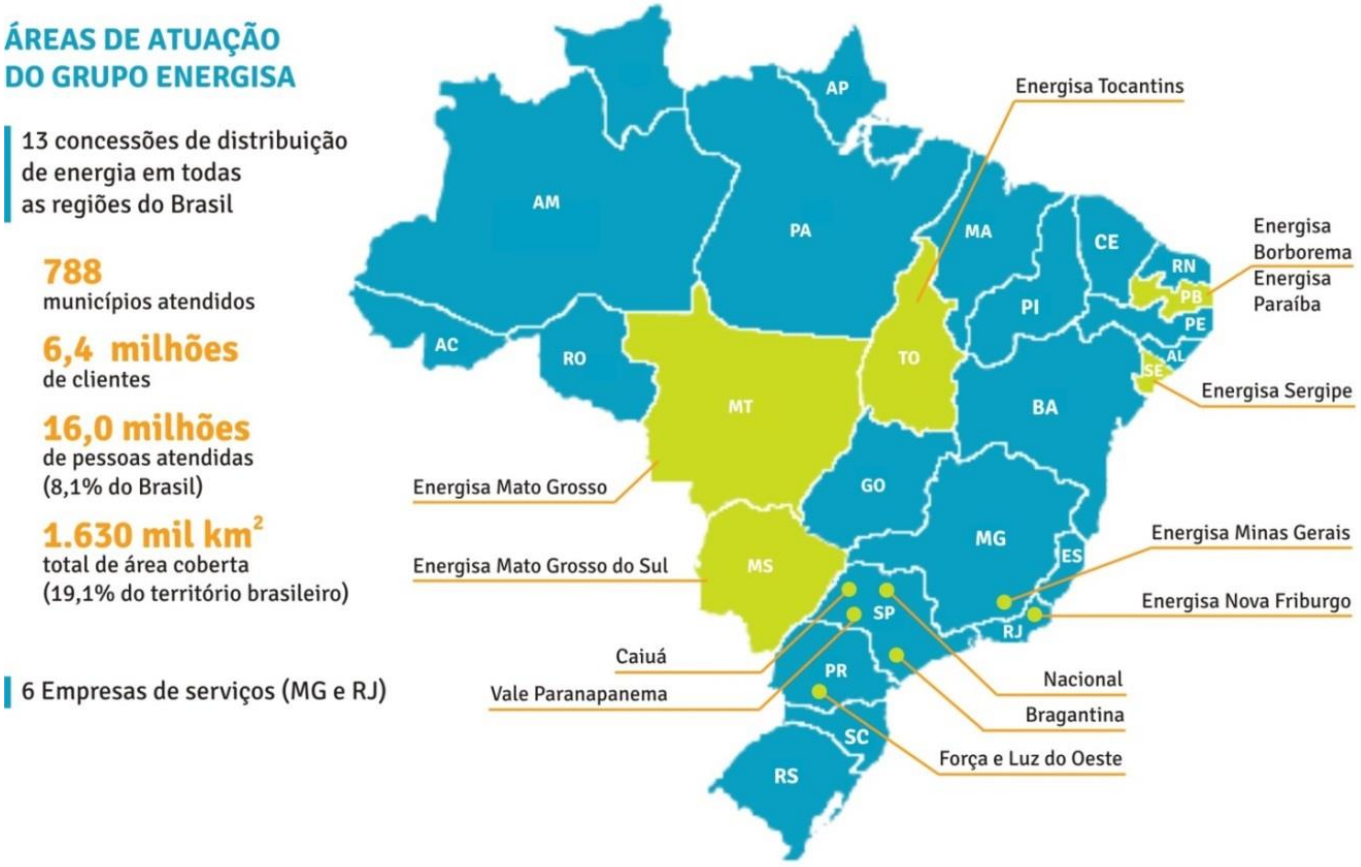
Descrição	1T16 (Reapresentado)	1T15	Variação %
Resultados e Margens Consolidados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	4.463,5	4.057,7	+ 10,0
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	4.204,3	3.847,7	+ 9,3
Receita Operacional Líquida	2.792,3	2.766,1	+ 0,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.533,1	2.556,1	- 0,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	176,9	279,2	- 36,6
Resultado Financeiro Líquido	**26,2**	**(343,5)**	**-**
EBITDA	352,8	945,7	- 62,7
EBITDA, sem venda de ativos	352,8	457,5	- 22,9
EBITDA Ajustado, sem venda de ativos	391,4	509,6	- 23,2
EBITDA Ajustado, com venda de ativos	391,4	997,8	- 60,8
Lucro Líquido	**124,5**	**276,7**	**- 55,0**
Lucro Líquido recorrente	**124,5**	**4,1**	**+ 2.936,6**
Margem Líquida do lucro líquido (%)	4,5	10,0	- 5,5 p.p.
Aspectos operacionais			
Energia vendida aos Consumidores Cativos (GWh)	6.374,7	6.500,3	- 1,9
Energia vendida aos Consumidores Cativos + Transporte (TUSD) - GWh	7.212,4	7.440,6	- 3,1
Energia Elétrica Total Comercializada (GWh)	8.246,0	8.207,0	+ 0,5
Número de Consumidores Totais	6.440.751	6.271.284	+ 2,7
Número de Colaboradores Próprios	11.994	11.179	+ 7,3
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados [(1)])	15.227	15.964	- 4,6

(1) Não incluem terceirizados em obras.

Comentário do Desempenho

1 Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa tem 111 anos de história e é o sexto maior grupo distribuidor de energia do país em número de clientes, atendendo nesse segmento de atuação a cerca de 6,4 milhões de consumidores em nove estados brasileiros - o equivalente a 8,1% do total de consumidores do Brasil. Em suas atividades também incluem a prestação de serviços e o desenvolvimento de estudos de geração de energia.



2 Desempenho operacional

2.1 Mercado de energia

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energisa somou 8.246,0 GWh, aumento de 0,5% em relação ao mesmo período do ano passado (1T15). A composição desse crescimento é a seguinte:

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T16	1T15	Var. %
✓Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	6.374,7	6.500,3	- 1,9
✓Energia associada a consumidores livres (TUSD)	837,7	940,3	- 10,9
✓**Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)**	**7.212,4**	**7.440,6**	**- 3,1**
✓Suprimento de energia	575,8	417,3	+ 38,0
✓Energia não Faturada	(32,4)	(98,5)	- 67,1
✓Vendas a consumidores livres (comercialização) (*)	490,2	447,6	+ 9,5
Total Energia Comercializada - Energisa consolidada	**8.246,0**	**8.207,0**	**+ 0,5**

(*) ACL – Ambiente de Contratação Livre.

Comentário do Desempenho

Nos primeiros três meses de 2016 (1T16), as vendas consolidadas de energia elétrica a consumidores cativos totalizaram 6.374,7 GWh, redução de 1,9% em relação ao volume vendido em igual trimestre no ano anterior. Considerando o mercado total (cativo + livre) houve retração de 3,1%, desempenho, porém, melhor que a média nacional do mercado, que mostrou queda de 4,2%.

A classe residencial, que representa 36,4% do mercado total do 1T16 (34,6% no 1T15) teve crescimento de 2,0% no consumo do trimestre, desempenho esse melhor que o consumo médio nacional dessa classe, que apresentou retração de 0,7%. Esse desempenho não foi acompanhado pelas demais classes, sobretudo pela classe industrial, que retraiu 14,0% refletindo o momento econômico do país.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Vendas de energia Valores em GWh	Trimestre		
	1T16	1T15	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD	**7.212,4**	**7.440,6**	**- 3,1**
✓ Residencial	2.628,8	2.576,6	+ 2,0
✓ Industrial	1.563,4	1.817,7	- 14.0
✓ Comercial	1.500,2	1.514,1	- 0,9
✓ Rural	591,7	606,2	- 2,4
✓ Outras classes	928,3	926,0	+ 0,2

Do total das vendas no 1T16, 45,0% foram vendidos na região Centro-Oeste pelas distribuidoras Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul. Na região Nordeste, por intermédio da Energisa Paraíba, Energisa Borborema e Energisa Sergipe, as vendas totalizaram 27,2% do total, com queda de 8,4%. Nas regiões Sudeste e Sul, as vendas representaram 20,7% do total, com retração de 6,3%. Já na região Norte, as vendas da Energisa Tocantins foram destaque em termos de crescimento, evoluindo 9,8% e representaram 7,1% do total.

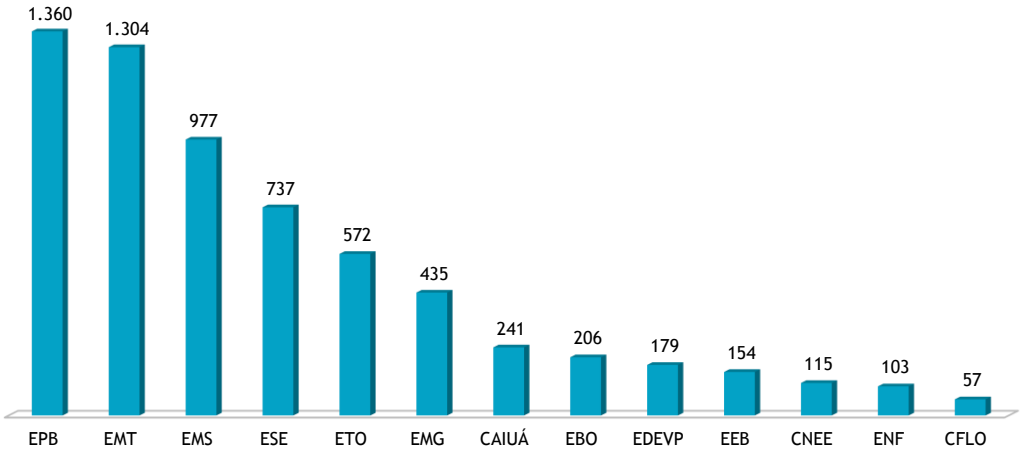
Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região

Vendas de energia Valores em GWh	Trimestre		
	1T16	1T15	Var. %
Região Norte	**513,4**	**467,7**	**+ 9,8**
✓ Energisa Tocantins	513,4	467,7	+ 9,8
Região Nordeste	**1.960,3**	**2.139,8**	**- 8,4**
✓ Energisa Paraíba	1.017,3	1.103,4	- 7,8
✓ Energisa Sergipe	788,5	854,3	- 7,7
✓ Energisa Borborema	154,5	182,1	- 15,2
Região Centro-Oeste	**3.245,9**	**3.240,2**	**+ 0,2**
✓ Energisa Mato Grosso	1.953,5	1.902,6	+ 2,7
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	1.292,4	1.337,6	- 3,4
Região Sudeste	**1.423,0**	**1.518,3**	**- 6,3**
✓ Energisa Minas Gerais	374,1	414,4	- 9,7
✓ Energisa Nova Friburgo	81,2	86,1	- 5,7
✓ Caiuá	303,3	317,0	- 4,3
✓ Vale Paranapanema	240,1	257,9	- 6,9
✓ Bragantina	266,4	279,8	- 4,8
✓ Nacional	157,9	163,1	-3,2
Região Sul	**69,8**	**74,6**	**- 6,4**
✓ Força e Luz do Oeste	69,8	74,6	- 6,4
Total - Distribuição nas cinco regiões do país	**7.212,4**	**7.440,6**	**- 3,1**

Comentário do Desempenho

A Energisa encerrou os primeiros três meses de 2016 com 6.440.492 unidades consumidoras cativas, número 2,7% superior ao registrado no fim de março de 2015.

Número de consumidores Cativos por Distribuidora (mil)



Já a carteira de consumidores livres registrou 259 consumidores livres no 1T16, sendo 33 na Energisa Minas Gerais, 18 na Energisa Sergipe, 2 na Energisa Borborema, 22 na Energisa Paraíba, 100 na Energisa Mato Grosso, 48 na Energisa Mato Grosso do Sul, 7 na Energisa Tocantins, 8 na Caiuá, 3 na Vale Paranapanema, 13 na Bragantina, 4 na Nacional e 1 na CFLO.

2.1.1 Perdas de energia elétrica

Em consequência da queda mais intensa do consumo de energia no segmento industrial em relação ao mercado das demais classes, as perdas totais de energia apresentaram ligeiro crescimento nos últimos 12 meses encerrados no 1T16. O Grupo Energisa vem intensificando as ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras, com atenção especial às distribuidoras adquiridas da Rede Energia em 2014, visando combater o furto e a fraude no consumo de energia elétrica. Nos primeiros três meses de 2016, as perdas de energia das distribuidoras da Energisa foram as seguintes:

Distribuidoras	Perdas de Energia - Últimos 12 meses (%)		
	1T16	1T15	Variação em pontos percentuais
Força e Luz do Oeste	3,87	3,85	+ 0,02
Energisa Nova Friburgo	4,62	4,88	- 0,26
Bragantina	5,11	5,07	+ 0,04
Energisa Borborema	7,10	5,90	+ 1,20
Vale Paranapanema	7,43	7,21	+ 0,22
Caiuá	7,72	7,84	- 0,12
Nacional	8,16	8,11	+ 0,05
Energisa Sergipe	9,63	8,97	+ 0,66
Energisa Minas Gerais	8,97	9,17	- 0,20
Energisa Paraíba	12,56	12,35	+ 0,21
Energisa Mato Grosso do Sul	14,50	14,30	+ 0,20
Energisa Tocantins	14,71	14,24	+ 0,47
Energisa Mato Grosso	15,13	13,47	+ 1,66
Energisa Consolidada	**12,27**	**11,59**	**+ 0,68**

Importante ressaltar que as perdas totais de energia sofrem acréscimo em termos percentuais pela retração do mercado ou pela saída de grandes clientes do mercado consumidor, pois são calculadas com base na energia

Comentário do Desempenho

requerida, que em função do mercado declinante também sofre redução, principalmente no segmento industrial de alta tensão, cujas perdas são quase nulas, afetando, assim, o indicador.

2.1.2 Gestão da Inadimplência

Os elevados aumentos tarifários decorrentes das revisões tarifárias extraordinárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no inicio de 2015 contribuíram para o aumento da inadimplência, que passou de 1,99% no 1T15, para 2,42% no 1T16, o que representa incremento de aproximadamente R$ 166,5 milhões no saldo a arrecadar. As distribuidoras do Grupo Energisa vêm intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center e pela intensificação de ações de corte e negativação de débitos. O desempenho do indicador por distribuidora é apresentado a seguir:

Distribuidoras	Inadimplência - Últimos 12 meses (%)		
	1T16	1T15	Var. %
Vale Paranapanema	0,98	1,06	- 7,5
Nacional	1,16	1,04	+ 11,5
Energisa Nova Friburgo	1,56	1,21	+ 28,9
Caiuá	1,19	1,26	- 5,6
Energisa Minas Gerais	1,44	1,35	+ 6,7
Energisa Borborema	1,59	1,40	+ 13,6
Bragantina	1,26	1,33	- 5,3
Força e Luz do Oeste	1,67	2,02	- 17,3
Energisa Paraíba	2,44	2,17	+ 12,4
Energisa Sergipe	2,45	1,11	+ 120,7
Energisa Tocantins	2,13	2,65	- 19,6
Energisa Mato Grosso	2,75	2,02	+ 36,1
Energisa Mato Grosso do Sul	3,34	2,82	+ 18,4
Energisa Consolidada	**2,42**	**1,99**	**+ 21,6**

2.1.3 Balanço de Energia

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2016 (1T16)						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	**441,2**	**92,8**	**1.004,4**	**177,0**	**1.200,5**	**2.344,1**	**1.528,0**
(b) Energia vendida mercado cativo	312,9	81,2	632,1	153,2	933,7	1.678,6	1.169,6
✓ Residencial	132,0	39,6	269,5	58,9	415,7	669,9	471,9
✓ Industrial	35,7	11,6	64,4	33,0	117,0	176,8	125,2
✓ Comercial	64,9	18,5	138,1	38,4	179,3	399,2	289,9
✓ Rural	41,9	1,3	32,0	5,8	60,0	218,6	118,6
✓ Setor público e consumo próprio	38,4	10,1	128,1	17,2	161,7	214,2	164,0
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	61,2	-	156,4	1,2	83,7	274,9	122,8
(d) Consumo não faturado	1,4	0,2	(2,4)	(0,4)	(4,4)	(12,5)	(15,0)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	114,8	0,3	-	-	-
(f) Venda de Energia CCEE	14,7	-	57,1	26,1	120,5	-	80,7
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	**329,1**	**81,4**	**801,5**	**179,3**	**1.049,7**	**1.666,2**	**1.235,3**
(h) Intercâmbio de energia	27,5	7,3	5,6	8,5	26,0	2,3	5,4
(i) Perdas na distribuição	38,1	4,1	97,9	14,1	161,6	400,8	245,2
(j) Perdas na Rede Básica	1,1	-	19,7	4,1	25,7	23,7	21,8
(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)	**368,3**	**85,5**	**919,1**	**197,5**	**1.237,0**	**2.090,6**	**1.502,3**
% das perdas na distribuição (%= i/a)	8,6	4,4	9,7	8,0	13,5	17,1	16,0

Comentário do Desempenho

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2016 (1T16)						
	ETO	Caiuá	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Consolidada
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	**614,5**	**349,2**	**259,5**	**281,1**	**178,8**	**72,4**	**8.543,5**
(b) Energia vendida mercado cativo	499,8	290,8	225,8	179,6	148,0	69,5	6.374,7
✓ Residencial	214,9	126,2	83,5	61,3	63,4	22,2	2.628,7
✓ Industrial	63,8	29,3	42,4	52,0	23,9	21,4	796,5
✓ Comercial	97,6	76,2	43,4	33,9	33,8	16,1	1.429,4
✓ Rural	45,2	15,4	26,7	16,9	7,5	1,9	591,7
✓ Setor público e consumo próprio	78,4	43,7	29,8	15,4	19,4	8,0	928,3
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	13,6	12,5	14,4	86,9	10,0	0,2	837,7
(d) Consumo não faturado	(1,2)	0,6	0,6	0,4	0,4	(0,1)	(32,4)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	-	-	7,2	-	122,3
(f) Venda de Energia CCEE	109,2	10,0	10,6	19,8	4,8	-	453,5
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	**607,8**	**301,4**	**236,9**	**199,8**	**160,3**	**69,5**	**6.918,2**
(h) Intercâmbio de energia	0,5	18,5	-	-	-	-	101,6
(i) Perdas na distribuição	101,8	26,8	18,8	14,3	13,3	2,7	1.139,5
(j) Perdas na Rede Básica	7,6	12,5	8,2	6,8	4,5	-	135,7
(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)	**717,2**	**340,8**	**263,9**	**220,9**	**178,0**	**72,1**	**8.193,3**
% das perdas na distribuição (%= i/a)	16,6	7,7	7,3	5,1	7,4	3,7	13,3

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) do Grupo Energisa totalizaram, no 1T16, o montante de 8.495,6 GWh para atender à energia solicitada pelo sistema do Grupo.

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energia

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2016 (1T16)						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
(a) Energia comprada	**368,3**	**85,3**	**919,1**	**197,5**	**1.237,0**	**1.691,1**	**1.489,6**
✓ Bilateral	143,0	-	32,1	22,2	109,5	398,1	41,0
✓ Leilões de Energia	50,1	-	494,4	96,2	598,8	560,2	707,4
✓ Quota de Itaipu	71,2	-	-	-	-	330,9	214,6
✓ Quota do PROINFA	7,0	1,9	15,9	4,0	21,2	38,8	25,7
✓ Quota de ANGRA	12,0	-	27,7	7,0	37,3	60,3	41,4
✓ Quota de Garantia Física (95%)	84,9	-	348,9	68,1	470,2	301,4	406,3
✓ Contrato Suprimento	-	83,4	-	-	-	-	-
✓ Geração distribuída	-	-	-	-	-	1,3	53,3
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	-	0,1	-	-	-	387,5	0,3
(c) Liquidação na CCEE	-	-	-	-	-	12,1	12,4
(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)	**368,3**	**85,5**	**919,1**	**197,5**	**1.237,0**	**2.090,6**	**1.502,3**

Comentário do Desempenho

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2016 (1T16)						
	ETO	Caiuá	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Consolidada
(a) Energia comprada	**649,7**	**340,8**	**263,9**	**220,9**	**175,5**	**72,1**	**7.710,9**
✓ Bilateral	45,6	51,3	51,9	48,1	-	-	942,8
✓ Leilões de Energia	403,5	119,4	90,7	86,3	75,1	-	3.282,1
✓ Quota de Itaipu	-	65,5	46,9	43,7	33,2	-	806,1
✓ Quota do PROINFA	11,2	6,4	5,0	4,2	3,3	1,7	146,3
✓ Quota de ANGRA	17,0	11,4	8,9	7,4	5,8	-	236,3
✓ Quota de Garantia Física (95%)	155,3	86,8	60,6	31,2	58,2	-	2.071,9
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	70,5	153,8
✓ Geração distribuída	17,0	-	-	-	-	-	71,7
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	67,5	-	-	-	-	-	455,4
(c) Liquidação na CCEE	-	-	-	-	2,5	-	27,0
(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)	**717,2**	**340,8**	**263,9**	**220,9**	**178,0**	**72,1**	**8.193,3**

2.2 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

As distribuidoras da Energisa desenvolvem diversas ações com a finalidade de melhorar continuamente os indicadores de qualidade dos serviços prestados, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), não apenas visando o atendimento às metas regulatórias, mas, principalmente, ao bem-estar de seus consumidores.

Mesmo que a eclosão do fenômeno *El Niño* de grande severidade, tenha afetado negativamente as distribuidoras de energia elétrica do Centro-Oeste e Sudeste (principalmente no interior de São Paulo), em face da intensidade de vendavais e descargas atmosféricas, constatou-se melhoria significativa nos indicadores de qualidade do serviço. A Energisa Mato Grosso foi a distribuidora que mais melhorou o índice DEC nos primeiros três meses de 2016, seguida pela Energisa Tocantins.

No 1T16, os indicadores DEC e FEC do Grupo Energisa tiveram o seguinte desempenho:

Empresa	DEC			FEC		
	1T16	1T15	Var. %	1T16	1T15	Var. %
Energisa Mato Grosso	5,99	9,85	- 39,2	4,12	6,44	- 36,0
Energisa Tocantins	7,27	10,02	- 27,4	4,11	3,88	+ 5,9
Energisa Sergipe	2,83	3,65	- 22,5	1,66	2,20	- 24,5
Energisa Mato Grosso do Sul	3,55	4,50	- 21,1	1,79	2,27	- 21,1
Energisa Nova Friburgo	2,10	2,56	- 18,0	2,32	2,17	+ 6,9
Energisa Paraíba	5,16	6,13	- 15,8	1,85	2,47	- 25,1
Energisa Minas Gerais	3,08	3,41	- 9,7	1,83	2,27	- 19,4
Energisa Borborema	1,48	1,52	- 2,6	0,96	1,17	- 17,9
Vale Paranapanema	2,07	1,96	+ 5,6	1,52	1,47	+ 3,4
Força e Luz do Oeste	1,54	1,19	+ 29,4	1,13	0,96	+ 17,7
Caiuá	2,90	2,12	+ 36,8	2,60	1,79	+ 45,3
Bragantina	4,55	3,16	+ 44,0	2,73	2,29	+ 19,2
Nacional	2,01	1,27	+ 58,3	2,33	1,34	+ 73,9

Comentário do Desempenho

3 Desempenho financeiro

3.1 Receita operacional bruta e líquida

Nos primeiros três meses de 2016 (1T16), a Energisa apresentou receita operacional bruta consolidada de R$ 4.475,8 milhões, ante R$ 4.036,8 milhões registrados no mesmo trimestre de 2015, um crescimento de 10,9% (R$ 439,0 milhões). Já a receita operacional líquida consolidada aumentou 0,9% (R$ 26,2 milhões) no trimestre, para R$ 2.792,3 milhões. Por sua vez, a receita operacional líquida, sem as receitas de construções, reduziu 0,9%, para R$ 2.533,1 milhões. A seguir, as receitas operacionais líquidas das subsidiárias por segmento de atividade:

Receita líquida por segmento (Valores em R$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R$ milhões
I - Segmento - Distribuição de energia elétrica	**2.678,4**	**2.665,4**	**+ 0,5**	**+ 13,0**
✓ Energisa Mato Grosso	720,8	753,0	- 4,3	- 32,2
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	527,6	575,2	- 8,3	- 47,6
✓ Energisa Paraíba	346,3	344,1	+ 0,6	+ 2,2
✓ Energisa Sergipe	249,8	228,6	+ 9,3	+ 21,2
✓ Energisa Tocantins	271,1	202,8	+ 33,7	+ 68,3
✓ Energisa Minas Gerais	142,0	127,6	+ 11,3	+ 14,4
✓ Caiuá	102,1	111,2	- 8,2	- 9,1
✓ Vale Paranapanema	79,2	90,8	- 12,8	- 11,6
✓ Bragantina	75,0	62,5	+ 20,0	+ 12,5
✓ Energisa Borborema	49,1	61,8	- 20,6	- 12,7
✓ Nacional	52,4	56,7	- 7,6	- 4,3
✓ Energisa Nova Friburgo	35,7	29,9	+ 19,4	+ 5,8
✓ Força e Luz do Oeste	27,3	21,2	+ 28,8	+ 6,1
II - Segmento - Comercialização e serviços de energia	**160,1**	**121,8**	**+ 31,4**	**+ 38,3**
✓ Energisa Comercializadora	90,2	86,0	+ 4,9	+ 4,2
✓ Energisa Soluções	53,2	20,7	+ 157,0	+ 32,5
✓ Energisa S/A	15,5	13,9	+ 11,5	+ 1,6
✓ Outras	1,2	1,2	-	-
(=) Total - Segmentos I+II	**2.838,5**	**2.787,2**	**+ 1,8**	**+ 51,3**
(=) Energisa Consolidada	**2.792,3**	**2.766,1**	**+ 0,9**	**+ 26,2**
(-) Receitas de construção	259,2	210,0	+ 23,4	+ 49,2
(=) Energisa Consolidada, sem receita de construção	**2.533,1**	**2.556,1**	**- 0,9**	**- 23,0**

3.2 Ambiente regulatório

3.2.1 Revisões e reajustes tarifários ocorridos em 2016

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) definiu o reajuste tarifário anual de quatro subsidiárias da Energisa: Energisa Borborema (EBO), Energisa Mato Grosso (EMT), Energisa Mato Grosso do Sul (EMS) e Energisa Sergipe (ESE).

Comentário do Desempenho

Outras quatro distribuidoras do Grupo (EEB, Caiuá, CNEE e EDEVP) passaram pelo 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, homologados pela Aneel.

Distribuidora	Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
Energisa Borborema	7,47	5,97	6,91	04/02/2016
Energisa Mato Grosso	9,11	7,58	8,60	08/04/2016
Energisa Mato Grosso do Sul	7,40	6,75	7,19	08/04/2016
Energisa Sergipe	5,55	4,74	5,24	22/04/2016
Bragantina	1,68	2,06	1,84	10/05/2016
Caiuá	- 2,32	2,84	- 0,94	10/05/2016
Nacional	- 1,15	1,90	- 0,37	10/05/2016
Vale Paranapanema	- 0,33	6,20	1,69	10/05/2016

A síntese dos resultados do 4º Ciclo das revisões tarifárias das distribuidoras acima mencionadas, que refletiram uma variação positiva da Parcela “B” e comportamento diferente dos três ciclos tarifários anteriores, encontra-se na tabela a seguir:

Efeito Tarifário 4º RT por parcela da Tarifa	Caiuá	EDEVP	CNEE	EEB
Efeito Tarifário (%)				
Parcela A + Financeiros	- 2,67	- 0,10	- 1,25	1,14
Parcela B	1,73	1,78	0,88	0,69
Efeito Médio RT (%)	**- 0,94**	**1,69**	**- 0,37**	**1,84**

A variação positiva da Parcela “B” decorre, principalmente, da retomada dos investimentos, cuja Base de Remuneração Consolidada dessas referidas distribuidoras do Grupo Energisa aumentou 16%, chegando a R$ 470,8 milhões.

Os reajustes tarifários anuais e as revisões tarifárias são processos regulados pela Aneel, previstos no contrato de concessão das Companhias.

Ressalte-se que apenas o reajuste tarifário anual da Energisa Borborema (EBO) se fez refletir no 1T16, ainda que em parte, visto sua vigência a partir de 4 de fevereiro. As demais distribuidoras do Grupo Energisa tiveram os reajustes e revisões após o encerramento do 1T16.

A Aneel também autorizou o repasse no montante de R$ 180,5 milhões, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional.

Comentário do Desempenho

Os valores por distribuidora são os seguintes:

	Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R$ milhões)
Energisa Mato Grosso	50,0
Energisa Mato Grosso do Sul	21,8
Energisa Paraíba	29,7
Energisa Tocantins	16,0
Energisa Minas Gerais	16,2
Energisa Sergipe	22,8
Energisa Borborema	3,3
Caiuá	5,3
Bragantina	4,3
Vale Paranapanema	5,4
Nacional	3,9
Energisa Nova Friburgo	0,8
Força e Luz do Oeste	1,0
Total	**180,5**

3.2.2 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

As distribuidoras do Grupo Energisa possuíam, em 31 de março de 2016, créditos a receber de subvenção tarifária e baixa renda no montante de R$ 123,5 milhões, que serão ressarcidos integralmente pela Eletrobras, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Além desse saldo, o Grupo Energisa detém créditos de sub-rogação de CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) no montante de R$ 27,1 milhões, em contrapartida à implantação de projetos elétricos, que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, contribuindo para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

3.2.3 Créditos líquidos da Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)

O Grupo Energisa tem contabilizado em 31 de março de 2016, créditos líquidos da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) no montante de R$ 257,3 milhões. A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, ditos de “Parcela A” e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

3.2.4 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo. O objetivo deste mecanismo é diminuir o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários e aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu em 40% o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R$ 2,50 para R$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1 com cobrança extra de R$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos; e o patamar 2 que mantém o valor de R$ 4,50 por 100 kWh.

As receitas consolidadas auferidas pela Energisa provenientes das bandeiras tarifárias no 1T16 foram de R$ 211,6 milhões.

Comentário do Desempenho

3.3 Despesas operacionais

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), as despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, alienação e receitas de venda de ativos totalizaram R$ 2.345,2 milhões, crescimento de 4,0% (R$ 91,1 milhões) em relação a igual período de 2015. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi de 10,7% (R$ 40,4 milhões). As despesas operacionais também estão impactadas em R$ 29,1 milhões de variação no resultado líquido das provisões para contingências e devedores duvidosos, que apresentaram reversão no 1T15, ante uma despesa no 1T16. As notas explicativas nºs 7 e 26, que fazem parte deste relatório, trazem maiores informações sobre o comportamento dessas rubricas.

Composição das despesas operacionais (R$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R$ milhões
1 Despesas controláveis	418,6	378,2	+ 10,7	+ 40,4
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	230,9	190,2	+ 21,4	+ 40,7
1.2 Material	38,9	28,0	+ 38,9	+ 10,9
1.3 Serviços de terceiros	148,8	160,0	- 7,0	- 11,2
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	1.654,1	1.651,8	+ 0,1	+ 2,3
3 Depreciação e amortização	175,9	178,3	- 1,3	- 2,4
4 Provisões para contingências e devedores duvidosos	17,6	(11,5)	-	+ 29,1
5 Outras despesas	79,0	57,3	+ 37,9	+ 21,7
Subtotal 1	**2.345,2**	**2.254,1**	**+ 4,0**	**+ 91,1**
6 Outras despesas (receitas)	11,0	22,8	- 51,8	- 11,8
Subtotal 2	**2.356,2**	**2.276,9**	**+ 3,5**	**+ 79,3**
7 Custo de construção (*)	259,2	210,0	+ 23,4	+ 49,2
Total	**2.615,4**	**2.486,9**	**+ 5,2**	**+ 128,5**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Considerando as despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) das distribuidoras no 1T16, comparativamente com o mesmo trimestre do ano anterior, verifica-se um aumento de 10,7% (R$ 39,2 milhões), conforme quadro a seguir:

Despesas controláveis das distribuidoras (R$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R$ milhões
Energisa Mato Grosso	108,9	98,9	+ 10,1	+ 10,0
Energisa Mato Grosso do Sul	77,9	68,8	+ 13,2	+ 9,1
Energisa Paraíba	56,8	51,8	+ 9,7	+ 5,0
Energisa Tocantins	44,0	41,7	+ 5,5	+ 2,3
Energisa Sergipe	35,2	32,8	+ 7,3	+ 2,4
Energisa Minas Gerais	28,2	24,2	+ 16,5	+ 4,0
Caiuá	12,4	10,9	+ 13,8	+ 1,5
Vale Paranapanema	9,1	8,1	+ 12,3	+ 1,0
Bragantina	9,3	7,5	+ 24,0	+ 1,8
Energisa Borborema	7,9	7,1	+ 11,3	+ 0,8
Energisa Nova Friburgo	7,7	6,6	+ 16,7	+ 1,1
Nacional	5,8	5,8	-	-
Força e Luz do Oeste	2,7	2,5	+ 8,0	+ 0,2
Total	**405,9**	**366,7**	**+ 10,7**	**+ 39,2**

Obs.: Despesas controláveis = pessoal, material e serviços de terceiros.

Comentário do Desempenho

3.4 Resultado financeiro

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) refletiu os efeitos da valorização do real frente ao dólar, que culminou em uma variação de 8,9%. Já o CDI se manteve no mesmo patamar de dezembro do ano passado. Como parte desses efeitos, sobretudo da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial, o resultado financeiro no 1T16 representou receitas financeiras líquidas consolidadas de R$ 26,2 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R$ 343,5 milhões em igual período do ano passado.

Resultado Financeiro Consolidado (R$ milhões)	Trimestre (Reapresentado)		Variação	
	1T16	1T15	%	R$ milhões
Receita de aplicações financeiras	67,0	33,1	+ 102,4	+ 33,9
Acréscimo moratório energia vendida	38,6	52,2	- 26,1	- 13,6
Atualização contas a receber concessão VNR	51,1	42,3	+ 20,8	+ 8,8
Atualização financeira de ativos regulatórios	71,8	62,7	+ 14,5	+ 9,1
Outras receitas financeiras	27,1	50,4	- 46,2	- 23,3
Encargos de dívidas - Juros	(198,5)	(183,3)	+ 8,3	- 15,2
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	211,6	(358,4)	-	+ 570,0
Marcação a mercado de derivativos	89,4	(108,8)	-	+ 198,2
Instrumentos financeiros derivativos	(219,5)	256,0	-	- 475,5
Atualização financeira de ativos regulatórios	(22,2)	(40,7)	- 45,5	+ 18,5
Outras despesas financeiras	(90,3)	(149,0)	- 39,4	+ 58,7
Resultado financeiro	**26,2**	**(343,5)**	**-**	**+ 369,7**

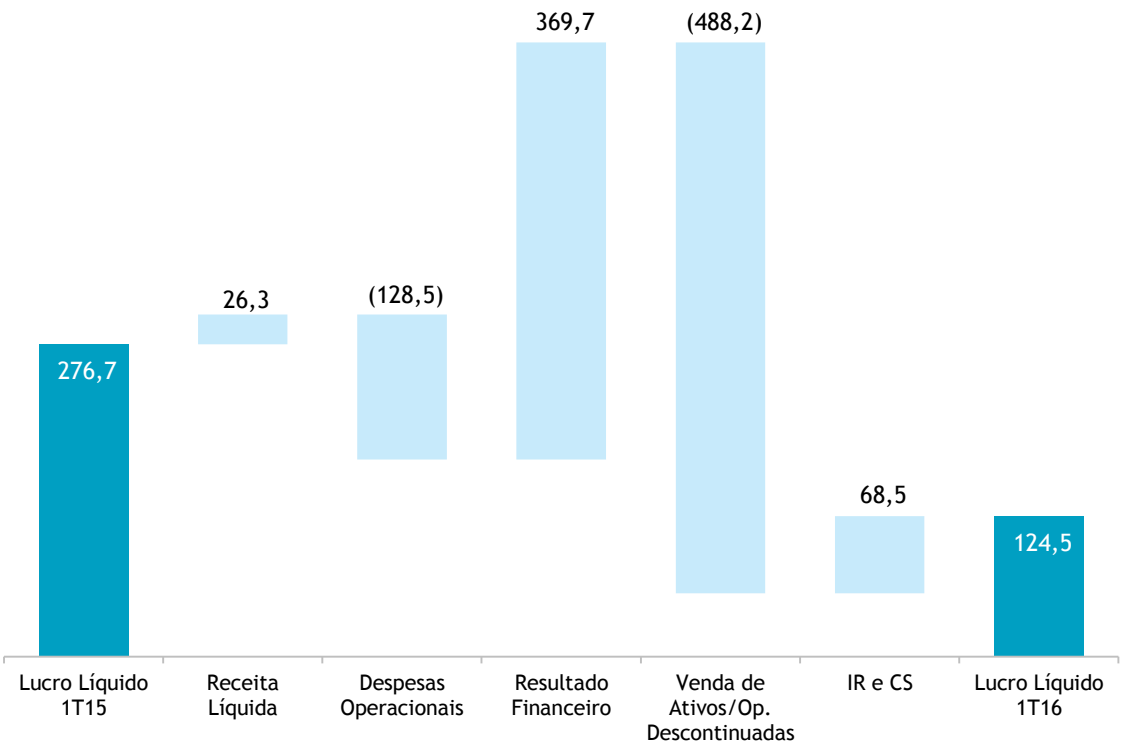
3.5 Lucro líquido e geração de caixa (EBITDA)

Nos primeiros três meses de 2016, a Energisa registrou lucro líquido consolidado de R$ 124,5 milhões, contra R$ 276,7 milhões no mesmo trimestre de 2015 (1T15). Importante lembrar que o desempenho no 1T15 está afetado positivamente por receitas de venda de ativos, líquidas de impostos, no montante de R$ 324,7 milhões e negativamente por amortizações do ágio da aquisição e do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R$ 52,5 milhões líquidos de impostos. Dessa forma, o lucro líquido recorrente consolidado “pró-forma” do 1T15 seria de R$ 4,1 milhões. Consequentemente, o lucro líquido consolidado do 1T16 seria 30,4 vezes maior em relação ao realizado no 1T15.

Comentário do Desempenho

A seguir, a variação das principais rubricas na evolução do lucro líquido entre o 1T15 e 1T16:

Evolução do Lucro Líquido (R$ milhões)



Por sua vez, a geração de caixa ajustada consolidada (EBITDA Ajustado Consolidado) totalizou R$ 391,4 milhões, contra R$ 509,6 milhões no 1T15, desconsiderando-se a venda dos ativos de geração naquele trimestre do ano passado, o que representa um decréscimo de R$ 118,2 milhões. Cabe ressaltar que essa redução decorre, em grande parte, de ajustes extraordinários que beneficiaram o EBITDA Ajustado no 1T15, não recorrentes no 1T16, abaixo descritos:

- ajuste da Conta de Compensação de Valores da Parcela A ("CVA") de exercícios anteriores, no montante de R$ 46,0 milhões, dos quais R$ 36,0 milhões melhoram o EBITDA Ajustado na Energisa Mato Grosso do Sul e R$ 10,0 milhões na Energisa Borborema;
- em função do reajuste extraordinário de tarifas (RTE) aplicado a todas concessionárias do país no mês de março de 2015, foi efetuado ajuste único e não recorrente na receita não faturada naquele mês, no montante de R$ 67,3 milhões (R$ 60,5 milhões líquidos de tributos). Este ajuste, comum em períodos de altas tarifárias, deve-se aos ciclos de leitura e faturamento não coincidirem com o mês calendário, o que elevou a receita não faturada.

Retirando-se os efeitos acima, o EBITDA Ajustado do 1T16 seria apenas 2,9% (R$ 11,7 milhões) menor em relação ao EBITDA Ajustado "pró-forma" registrado no 1T15, de R$ 403,1 milhões.

Além do acima exposto, impactaram negativamente o EBITDA Ajustado do 1T16:

- a retração de 1,9% do volume de vendas no mercado cativo, cujo impacto no faturamento foi estimado em R$ 42 milhões;
- os relevantes efeitos da RTE e dos reajustes tarifários ordinários elevaram a tarifa média percebida pelos consumidores em aproximadamente 23%, o que resultou em um incremento de R$ 489 milhões no faturamento consolidado, que foram parcialmente absorvidos por custos maiores de encargos setoriais

Comentário do Desempenho

(R$ 220 milhões) e pelos aumentos das despesas com CVAs (R$ 166 milhões), líquidas dos ajustes de exercícios anteriores acima descritos;

- o aumento de R$ 29,1 milhões nas provisões para contingências e devedores duvidosos entre os trimestres em foco.

A composição da geração de caixa está demonstrada no quadro abaixo:

Composição da Geração de Caixa (R$ milhões)	Trimestre (Reapresentado)		Variação	
	1T16	1T15	%	R$ milhões
(=) Lucro líquido consolidado	**124,5**	**276,7**	**- 55,0**	**- 152,2**
(-) Contribuição social e imposto de renda recorrente	(78,6)	20,6	-	- 99,2
(-) Contribuição social e imposto de renda s/ venda de ativos	-	(167,8)	-	+ 167,8
(-) Resultado financeiro	26,2	(343,5)	-	+ 369,7
(-) Depreciação e amortização	(175,9)	(178,3)	- 1,3	+ 2,4
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**352,8**	**945,7**	**- 62,7**	**- 592,9**
(+) Receitas de acréscimos moratórios	38,6	52,2	- 26,1	- 13,6
(+) Equivalência patrimonial	-	(0,1)	-	+ 0,1
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**391,4**	**997,8**	**- 60,8**	**- 606,4**
(-) Receitas de venda de ativos líquidas de impostos/operações descontinuadas	-	488,2	-	- 488,2
(=) Geração ajustada de caixa, sem efeito da venda de ativos	**391,4**	**509,6**	**- 23,2**	**- 118,2**
Margem do EBITDA ajustado, sem efeito da venda dos ativos (%)	14,0	18,4	- 4,3 p.p.	-

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento no primeiro trimestre de 2016:

Lucro Líquido (R$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R$ milhões
Distribuição de energia elétrica				
✓ Energisa Sergipe	69,8	(4,0)	-	+ 73,8
✓ Energisa Paraíba	62,2	24,7	+ 151,8	+ 37,5
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	28,9	62,7	- 53,9	- 33,8
✓ Energisa Mato Grosso	21,4	(2,3)	-	+ 23,7
✓ Energisa Tocantins	15,3	11,9	+ 28,6	+ 3,4
✓ Vale Paranapanema	9,3	10,0	- 7,0	- 0,7
✓ Nacional	8,5	5,9	+ 44,1	+ 2,6
✓ Caiuá	8,1	8,9	- 9,0	- 0,8
✓ Energisa Borborema	5,4	12,4	- 56,5	- 7,0
✓ Força e Luz do Oeste	1,5	(2,7)	-	+ 4,2
✓ Energisa Nova Friburgo	0,3	1,8	- 83,3	- 1,5
✓ Bragantina	0,02	(1,1)	-	+ 1,12
✓ Energisa Minas Gerais	(0,6)	3,6	-	- 4,2
Comercialização e serviços				
✓ Energisa Comercializadora	(3,0)	(1,7)	+ 76,5	- 1,3
✓ Energisa Soluções	4,9	(1,6)	-	+ 6,5
✓ Outras operacionais	0,4	(0,2)	-	+ 0,6
Energisa Consolidada	**124,5**	**276,7**	**- 55,0**	**- 152,2**

Comentário do Desempenho

As gerações de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por subsidiária da Energisa no 1T16 são as seguintes:

Geração de Caixa (R$ milhões)	EBITDA		EBITDA Ajustado (**)	
	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)
Distribuição de energia elétrica				
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	65,7	- 37,5	68,1	- 36,2
✓ Energisa Paraíba	56,1	- 32,8	64,5	- 31,2
✓ Energisa Mato Grosso	55,6	- 23,7	62,4	-25,3
✓ Energisa Sergipe	54,9	+ 13,9	59,4	+ 15,6
✓ Energisa Tocantins	22,6	- 43,6	28,4	- 35,6
✓ Caiuá	19,2	+ 4,3	21,2	+ 7,1
✓ Energisa Minas Gerais	16,7	- 11,6	19,1	- 6,4
✓ Vale Paranapanema	16,6	- 1,8	17,9	+ 0,6
✓ Nacional	13,8	+ 43,8	14,9	+ 44,7
✓ Bragantina	7,1	- 19,3	8,6	- 10,4
✓ Energisa Borborema	4,8	- 75,1	5,8	- 70,9
✓ Energisa Nova Friburgo	2,4	- 52,0	2,9	- 46,3
✓ Força e Luz do Oeste	2,0	-	2,8	-
Comercialização e serviços de energia				
✓ Energisa Comercializadora	- 4,0	+ 166,7	- 4,0	+ 166,7
✓ Energisa Soluções	7,0	-	7,0	-
✓ Outras operacionais	0,7	-	0,7	-
Energisa Consolidada	**352,8**	**- 62,7**	**391,4**	**- 60,8**

(*) Variação percentual sobre o ano anterior.
(**) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

4 Estrutura de capital

4.1 Caixa e endividamento

Em 31 de março de 2016, a dívida liquida totalizou R$ 6.971,1 milhões, contra R$ 6.937,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um incremento de 1,0%. O saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa atingiu R$ 1.990,8 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida considerando os créditos setoriais, passou de R$ 6.230,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$ 6.563,2 milhões em 31 de março de 2016.

Comentário do Desempenho

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

Descrição (R$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Curto Prazo	**295,4**	**455,6**	**1.567,8**	**1.667,8**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	223,8	321,7	996,8	1.193,4
Debêntures	90,2	178,8	272,6	315,7
Encargos de dívidas	6,7	4,1	66,5	45,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	44,8	45,8
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	34,7	20,4
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	68,3	39,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(25,3)	(49,0)	84,1	8,5
Longo Prazo	**1.611,6**	**1.426,0**	**6.986,2**	**7.169,6**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	177,9	97,6	4.148,0	4.222,1
Debêntures	1.453,3	1.337,8	2.151,5	2.200,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	265,6	263,0
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	138,8	153,1
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	282,9	312,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(19,6)	(9,4)	(0,6)	18,5
Total das dívidas	**1.907,0**	**1.881,6**	**8.554,0**	**8.837,4**
(-) Disponibilidades financeiras	185,1	274,3	1.582,9	1.899,8
Total das dívidas líquidas	**1.721,9**	**1.607,3**	**6.971,1**	**6.937,6**
(-) Créditos CDE	-	-	123,5	242,5
(-) Créditos CCC	-	-	27,1	39,7
(-) Créditos CVA	-	-	257,3	425,1
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**1.721,9**	**1.607,3**	**6.563,2**	**6.230,3**

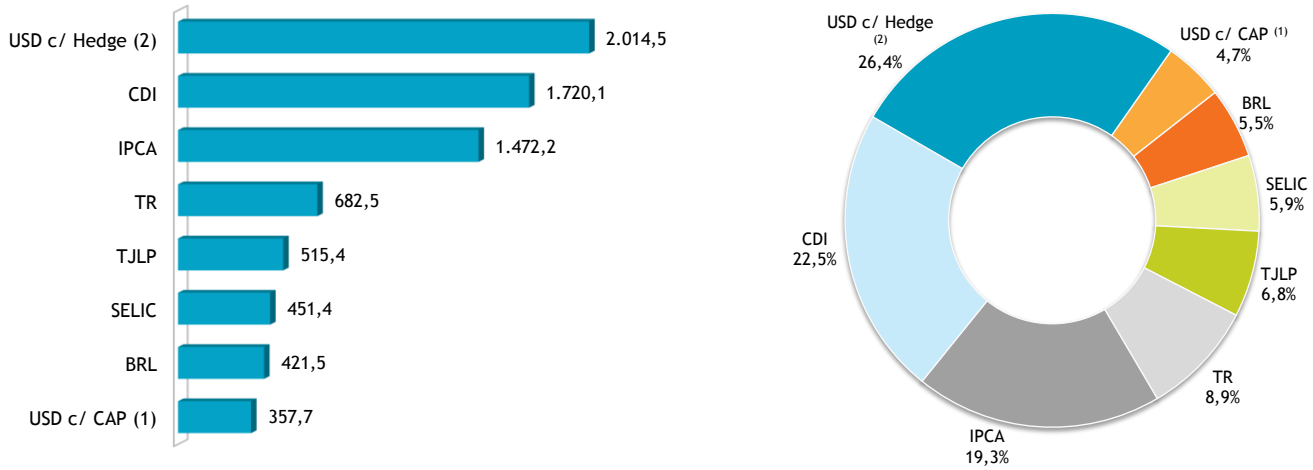
Ao longo de 2015, a Administração da Companhia eliminou os limitadores dos *swaps* associados aos empréstimos em moeda estrangeira amparados pela Lei 4131, de forma a proteger integralmente os vencimentos das operações com variação cambial de 2016. Da mesma forma, no primeiro trimestre de 2016 foram eliminados os limitadores da maior parte dos swaps com vencimentos em 2017 e 2018, restando apenas os de vencimentos em abril/18 na Energisa Sergipe, de US$ 50 milhões, e em abril/17 e abril/18 da Energisa S/A, de US$ 25 milhões cada.

4.2 Custo e prazo médio do endividamento

O custo médio do endividamento ao final do 1T16 ficou em 14,31% ao ano (14,54% ao ano em 31 de dezembro de 2015). Em março de 2016, o prazo médio das dívidas ficou em 5,6 anos. Com base no compromisso de melhorar, cada vez mais, o perfil de endividamento consolidado da Energisa, em maio de 2016 as subsidiárias Energisa Mato Grosso e a Energisa Mato Grosso do Sul realizaram emissão de novas quotas do FIDC IV Energisa, no montante de R$ 699,9 milhões, com prazo total de 15 anos, sendo cinco anos de carência (vide item 8 deste relatório). Considerando essa emissão, o custo e o prazo médio “pró-forma” do endividamento consolidado da Energisa ao final do 1T16 seriam de 14,26% e 6,1 anos, respectivamente.

Comentário do Desempenho

Dívida Bancária e de Emissão Consolidada por Indexador (R$ milhões)

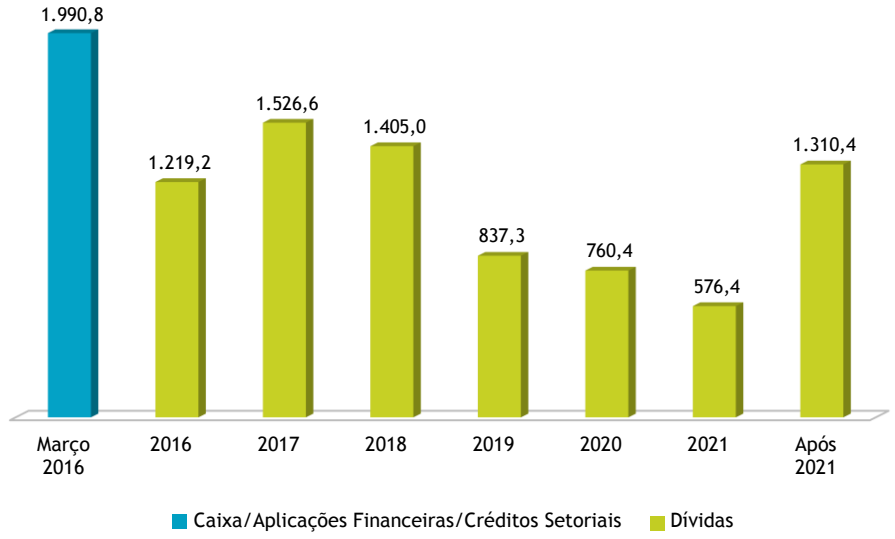


Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com *swaps* para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa, cujo saldo em março de 2016 representa um passivo líquido de R$ 83,5 milhões.
(1) Dívida em dólar convertida para CDI, com limitador de proteção. | (2) Dívida em dólar convertida para CDI, sem limitador de proteção.

4.3 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 31 de março de 2016, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Caixa/Aplicações Financeiras/Créditos Setoriais e Amortização de Dívidas Bancárias e de Emissão - (R$ milhões)



Comentário do Desempenho

A composição das dívidas líquidas por distribuidora da Energisa em 31 de março de 2016 é a seguinte:

Dívidas líquidas (R$ milhões)	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	EMT	EMS
Curto Prazo	**201,6**	**144,3**	**115,5**	**5,8**	**9,2**	**310,1**	**172,2**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	172,9	75,8	102,5	5,6	3,9	129,6	70,7
Debêntures	-	15,1	-	-	-	78,1	87,0
Encargos de dívidas	5,3	7,8	3,7	0,2	0,3	5,5	3,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,6	16,4	0,6	-	0,1	2,6	-
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	30,3	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	68,3	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	12,8	29,2	8,7	-	4,9	(4,3)	11,3
Longo Prazo	**543,2**	**599,7**	**216,6**	**37,4**	**65,3**	**1.568,9**	**840,1**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	609,2	540,8	237,2	37,4	76,1	867,5	527,7
Debêntures	-	36,0	-	-	-	290,0	331,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	69,9	108,8	1,9	-	0,4	8,0	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	121,4	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	282,9	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(135,9)	(85,9)	(22,5)	-	(11,2)	(0,9)	(19,5)
Total das dívidas	**744,8**	**744,0**	**332,1**	**43,2**	**74,5**	**1.879,0**	**1.012,3**
(-) Disponibilidades financeiras	218,2	122,5	66,3	25,6	17,2	146,6	363,3
(-) Créditos CDE	17,2	15,2	14,1	1,6	0,4	45,2	11,9
(-) Créditos CCC	-	-	-	-	-	27,1	-
(-) Créditos CVA	(27,9)	(6,9)	11,5	(4,0)	1,3	112,4	98,8
Total das dívidas líquidas	**537,3**	**613,2**	**240,2**	**20,0**	**55,6**	**1.547,7**	**538,3**
Indicadores Relativos							
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado (1)	1,7	3,1	2,6	0,4	3,4	4,5	2,2
Dívidas líquidas / Patrimônio líquido + Dívidas líquidas (%)	42,0	60,8	62,5	15,2	46,8	53,0	39,9

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

Comentário do Desempenho

Composição das dívidas por distribuidora da Energisa em 31 de março de 2016 (continuação)

Dívidas líquidas (R$ milhões)	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
Curto Prazo	**125,4**	**17,7**	**26,0**	**69,6**	**13,6**	**5,0**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	87,6	2,3	22,9	55,6	11,4	0,1
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	6,9	1,3	0,8	2,3	0,4	0,1
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	4,0	3,0	3,0	2,1	2,0
Parcelamento de encargos setoriais	4,4	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	26,2	10,1	(0,7)	8,7	(0,3)	2,8
Longo Prazo	**490,8**	**153,7**	**30,7**	**100,8**	**26,2**	**30,3**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	509,2	168,2	12,4	80,0	11,8	32,0
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,5	24,5	18,3	18,2	14,4	0,4
Parcelamento de encargos setoriais	17,4	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(36,3)	(39,0)	-	2,6	-	(2,1)
Total das dívidas	**616,2**	**171,4**	**56,7**	**170,4**	**39,8**	**35,3**
(-) Disponibilidades financeiras	136,5	64,8	48,9	69,0	42,9	16,8
(-) Créditos CDE	11,8	1,0	1,4	(0,1)	3,2	0,6
(-) Créditos CCC	-	-	-	-	-	-
(-) Créditos CVA	11,7	18,1	16,9	12,1	12,6	0,9
Total das dívidas líquidas	**456,2**	**87,5**	**(10,5)**	**89,4**	**(18,9)**	**17,0**
Indicadores Relativos						
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado (1)	3,4	1,4	(0,2)	1,9	(0,5)	0,9
Dívidas líquidas / Patrimônio líquido + Dividas líquidas (%)	42,2	37,9	(7,7)	65,2	(27,0)	46,9

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

5 Mercado de capitais

5.1 Desempenho das ações

As ações da Energisa são negociadas na BM&FBovespa sob os códigos: ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (Units, certificados de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais). A seguir, os indicadores de mercado ao fim de março:

Indicadores de Mercado	Março/2016	Março/2015	Variação %
Valor de Mercado (R$ milhões)	4.070	2.976	+ 36,8
Enterprise Value (EV - R$ milhões) (1)	10.671	8.997	+ 18,6
Dividendo yield de ENGI11 (Units) - % (2)	5,0	6,4	- 1,4 p.p
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	1,8	1,4	+ 28,6

(1) EV = Valor de mercado + dívida líquida.
(2) Proventos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

Comentário do Desempenho

6 Investimentos

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R$ 302,7 milhões, contra R$ 323,4 milhões investidos no mesmo período do ano passado, dos quais 74,9% (R$ 226,6 milhões) realizados pelas distribuidoras adquiridas do Grupo Rede. O montante investido nas distribuidoras adquiridas é 28,1% (R$ 49,7 milhões) superior ao investido em igual período do ano anterior. A Energisa Mato Grosso foi a distribuidora que mais investiu nos primeiros três meses de 2016 (R$ 119,6 milhões), seguida pela Energisa Tocantins (R$ 50,3 milhões) e Energisa Mato Grosso do Sul (R$ 43,0 milhões).

Investimentos (R$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R$ milhões
Energisa Mato Grosso	119,6	80,3	+ 48,9	+ 39,3
Energisa Tocantins	50,3	44,1	+ 14,1	+ 6,2
Energisa Mato Grosso do Sul	43,0	37,6	+ 14,4	+ 5,4
Energisa Paraíba	35,3	35,4	- 0,3	- 0,1
Energisa Sergipe	18,9	14,2	+ 33,1	+ 4,7
Energisa Minas Gerais	8,0	10,5	- 23,8	- 2,5
Energisa Borborema	6,4	4,9	+ 30,6	+ 1,5
Caiuá	4,9	4,0	+ 22,5	+ 0,9
Bragantina	4,2	4,2	-	-
Energisa Soluções	2,8	9,9	- 71,7	- 7,1
Nacional	1,8	3,4	- 47,1	- 1,6
Vale Paranapanema	1,9	2,4	- 20,8	- 0,5
Energisa Nova Friburgo	1,5	1,5	-	-
Força e Luz do Oeste	0,9	0,9	-	-
Ativos de geração alienados (*)	-	68,5	-	- 68,5
Outras	3,2	1,6	+ 100,0	1,6
Total	**302,7**	**323,4**	**- 6,4**	**- 20,7**

(*) Ativos alienados em 31 de março de 2015

7 Eventos subsequentes

7.1 Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul concluem emissão de FIDC

A Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“EMT”) e Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A. (“EMS”) comunicaram aos acionistas e ao mercado em geral que, em 6 de maio de 2016, foram emitidas e liquidadas 699,9 quotas da 2ª Série de quotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ("Nova Emissão FIDC IV"), sendo 480,6 quotas no montante de R$ 480,6 milhões relativas a EMT e 219,3 quotas no montante de R$ 219,3 milhões relativas a EMS, totalizando o valor R$ 699,9 milhões. A Nova Emissão FIDC IV conta com prazo total de 15 (quinze) anos, sendo 5 (cinco) anos de carência e terá uma remuneração equivalente a CDI + 0,7% ao ano. A emissão possui rating AAAsf (bra) pela Fitch Ratings.

7.2 Grupamento de ações e aumento de capital na controlada EMS

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, foi aprovado o grupamento das ações em que se divide o capital social realizado da Companhia, na proporção de 100.000 (cem mil) ações por 1 (uma) ação nova da mesma espécie, classe e forma. Consequentemente, o capital social da EMS, de R$ 595,6 milhões, passou a ser representado por 631.163 ações ordinárias.

Também na referida Assembleia, foi aprovado o aumento do capital social dessa controlada indireta, por subscrição particular, no valor de R$ 21,1 milhões, com a emissão de 15.852 novas ações ordinárias, que foram subscritas e integralizadas pela acionista controladora, Rede Energia S/A – Em Recuperação Judicial.

Comentário do Desempenho

7.3 Energisa registra na CVM pedido de registro de oferta pública de ações

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 2 de junho, pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósitos de ações (“Units”), representando, cada Unit, uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia. A oferta se dará por meio de um aumento do capital social da Companhia no mercado brasileiro. Simultaneamente também serão realizados esforços para colocação das Units no exterior. O preço de emissão será fixado após a conclusão de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais no Brasil e no exterior, tendo como parâmetro a cotação das Units de emissão da Companhia na BM&FBovespa e as indicações de interesse em função da quantidade de demanda coletada junto a investidores institucionais.

7.4 Reforma estatutária para adaptação ao Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa

Em Assembleia Geral de Acionista da Energisa, realizada em 29 e junho de 2016, foi aprovada a Reforma Estatutária visando a adequação do seu estatuto social às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA” e “Regulamento Nível 2”, respectivamente).

Tendo em vista que (i) dentre os requisitos do Regulamento Nível 2, encontra-se a necessidade de inclusão no estatuto social de cláusula compromissória de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado; e (ii) o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA não exige a dispersão acionária mínima de 25% (vinte e cinco por cento) de cada classe ou espécie, eventual aprovação da reforma estatutária pela assembleia geral extraordinária da Companhia, ensejará aos acionistas dissidentes o direito de retirarem-se da Companhia, mediante o reembolso de suas ações, nos termos do art. 136-A da Lei das S.A.

Nos termos da legislação aplicável, os acionistas da Companhia poderão exercer o direito de recesso, total ou parcialmente, em relação às ações das quais, comprovadamente, eram titulares, de maneira ininterrupta, do dia 2 de junho de 2016, data de divulgação do primeiro fato relevante informando sobre a reforma estatutária, até a data de efetivo pagamento do valor de reembolso. O valor a ser pago pela Companhia, a título de reembolso, será, nos termos do artigo 45 da Lei das S.A., de R$1,6822454203 por ação, correspondente ao quociente da divisão (i) do valor do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015, data das últimas demonstrações contábeis aprovadas pela assembleia geral, pelo (ii) número total das ações emitidas pela Companhia, excluídas as ações em tesouraria.

7.5 Contas a receber do Estado de Tocantins

Através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, de 1º de julho de 2016, o Estado de Tocantins confirmou o saldo a pagar à controlada Energisa Tocantins, no montante de R$103,2 milhões (em 31 de março de 2016), referente ao Convênio nº 028/2008 – LT Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. As partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o Estado de Tocantins e o Grupo Energisa S/A, criado mediante Decreto nº 5.346, de 25 de maio de 2016, do Governador do Estado.

7.6 Mais quatro distribuidoras da Energisa passam por revisões tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) homologou em junho o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“4CRT”) de outras quatro subsidiárias da Energisa S/A, sendo que três delas com início de vigência ainda em junho: Energisa Minas Gerais (EMG), Energisa Nova Friburgo (ENF) e Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO). A revisão tarifária da Energisa Tocantins (ETO), que teve o processo homologado em caráter provisório pela Aneel, tem vigência a partir de julho.
A revisão é provisória em decorrência da mensuração da base de remuneração da distribuidora no que se refere às baixas de ativos. A Aneel apurará o valor adequado das baixas no próximo evento tarifário (em julho de 2017), ocasião em que a Companhia espera reverter até R$ 31 milhões de baixas sobre os valores já refletidos na Base Homologada.

Comentário do Desempenho

As demais distribuidoras do Grupo Energisa terão seus processos homologados em fevereiro de 2017 (EBO), agosto de 2017 (EPB) e abril de 2018 (EMT, EMS e ESE).

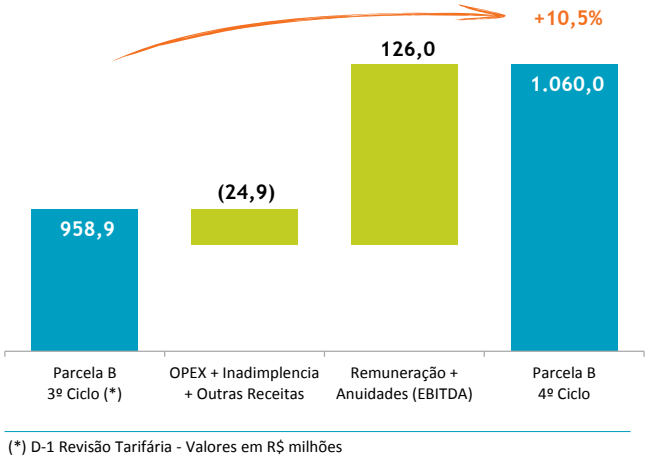
Distribuidora	Efeito para o Consumidor (%)			Data de atualização
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
EBO	7,47	5,97	6,91	04/02/2016
EMT	9,11	7,58	8,60	08/04/2016
EMS	7,40	6,75	7,19	08/04/2016
ESE	5,55	4,74	5,24	22/04/2016
EEB	1,68	2,06	1,84	10/05/2016
Caiuá	- 2,32	2,84	- 0,94	10/05/2016
CNEE	- 1,15	1,90	- 0,37	10/05/2016
EDEVP	- 0,33	6,20	1,69	10/05/2016
EMG	1,68	3,86	2,16	22/06/2016
ENF	6,69	17,00	8,86	22/06/2016
CFLO	- 13,84	- 20,09	- 16,48	29/06/2016
ETO	13,79	9,99	12,81	04/07/2016

A síntese dos resultados do 4º Ciclo das Revisões Tarifárias dessas oito distribuidoras refletiu uma variação positiva, tanto na Parcela B quanto na Base de Remuneração Líquida (RAB Líquida).

Distribuidora	RAB Líquida (R$ milhões)			
	3º Ciclo	4º Ciclo	Var. (R$)	Var. %
EEB	87,5	139,9	52,4	59,9
Caiuá	101,4	154,3	52,9	52,2
CNEE	47,3	75,8	28,5	60,1
EDEVP	68,3	100,8	32,5	47,6
EMG	218,3	308,0	89,7	41,1
ENF	69,2	95,0	25,8	37,2
CFLO	14,9	20,8	5,9	40,0
ETO	257,1	577,1	320,0	124,4
Total	**864,0**	**1.471,7**	**607,7**	**70,3**

A Parcela B aumentou 10,5 % em relação a data anterior (D-1) à aplicação da revisão tarifária, chegando a R$ 1.060,0 milhões, enquanto que a Base de Remuneração Líquida aumentou 70,3 %, totalizando R$ 1.471,7 milhões. A RAB líquida do 3º Ciclo está a valores da data da Revisão Tarifária (2012). Os crescimentos da Parcela B foram influenciados, principalmente, pela intensificação e reconhecimento tarifário dos investimentos realizados (EBITDA Regulatório).

Distribuidora	Parcela B (R$ milhões)			
	3º Ciclo	4º Ciclo	Var. (R$)	Var. %
EEB	80,0	84,0	4,0	5,0
Caiuá	95,8	105,7	9,9	10,3
CNEE	53,9	56,9	3,0	5,6
EDEVP	78,8	86,1	7,3	9,3
EMG	200,1	211,2	11,1	5,5
ENF	40,1	46,2	6,1	15,2
CFLO	21,7	23,9	2,2	10,1
ETO	388,5	446,0	57,5	14,8
Total	**958,9**	**1.060,0**	**101,1**	**10,5**



(*) D-1 Revisão Tarifária - Valores em R$ milhões

Comentário do Desempenho

7.7 Dispensa de atendimento de índices financeiros na 5ª e 7ª emissões de debêntures

Debêntures da 5ª emissão: em 23 de maio de 2016, os debenturistas da 5ª emissão de debêntures da Energisa S/A aprovaram a dispensa de cumprimento dos índices financeiros previstos na cláusula 7.1, itens XXV e XXVI da Escritura dessa emissão a serem apurados até o trimestre a encerrar em 31 de março de 2017, inclusive, desde que respeitados os limites propostos pela Companhia. Em contrapartida, os debenturistas deliberaram sobre (i) pagamento de *waiver fee* de 0,40% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures da 1ª série e (ii) pagamento de *waiver fee* de 0,70% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures da 2ª série.

Debêntures da 7ª emissão: em 30 de junho de 2016, os debenturistas da 7ª emissão de debêntures da Energisa S/A aprovaram a dispensa temporária do atendimento dos índices financeiros dispostos na Cláusula III, item 22.1, alínea "r" da Escritura dessa emissão a serem apurados nos períodos correspondentes aos 2º, 3º e 4º trimestres de 2016 e 1º trimestre de 2017, inclusive, desde que respeitados os limites propostos pela Companhia. Em contrapartida, os debenturistas deliberaram sobre: (i) pagamento de *waiver fee* de 0,70% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures e (ii) aumento da taxa de juros remuneratórios das debêntures em 1,25%, de forma que a taxa de juros remuneratórios das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª séries passou a ser de 8,75% ao ano e a taxa de juros remuneratórios das debêntures da 4ª, 5ª e 6ª séries passou a ser de 10,25% ao ano, sendo a nova remuneração válida a partir de 30 de junho de 2016, inclusive.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa e suas controladas nos três primeiros meses de 2016 foi de R$ 3.390 mil, dos quais R$ 3.294 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e o restante por serviços relacionados a programas de eficiência energética, Luz para Todos e incentivos fiscais.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Energisa S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

A Energisa S/A detém controle societário de empresas distribuidoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, que possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I – fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. Os Contratos de Concessão das controladas Energisa Minas Gerais ("EMG"), Energisa Nova Friburgo ("ENF"), Caiuá Distribuição de Energia ("Caiuá"), Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema ("EDEVP"), Empresa Elétrica Bragantina ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste ("CFLO"), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia – MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

Notas Explicativas

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

Renovação das Concessões:

As controladas Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A, Caiuá Distribuição de Energia S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras atendimento aos seguintes critérios:

I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
III - racionalidade operacional e econômica; e
IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro/2020 (Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A – "ETO"), dezembro/2027 (Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A – "ESE"), (Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia - "EMT") e (Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A - "EMS"), fevereiro/2030 (Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A - "EBO") e janeiro/2031 (Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A - "EPB").

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Notas Explicativas

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

I – Operar Usina termelétrica;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII – Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções S/A e Multi Energisa Serviços S/A, presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A ; Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A; Companhia de Força e Luz do Oeste (“CFLO”), Caiuá Distribuição de Energia S.A. (“Caiuá”), Empresa Elétrica Bragantina S.A. (“EEB”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.(“EDEVP”) e Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”). Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para ativo financeiro classificados como disponíveis para venda.

- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S.A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”).

- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.

Notas Explicativas

- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção ("Plano ANEEL") apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.

- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.

- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

A posição em 31 de março de 2016 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na RJ é a seguinte:

Descrição	Rede	Denerge	CTCE	Total
= Saldos em 31 de dezembro de 2014	**128.507**	**231.252**	**38.936**	**398.695**
(+) Atualização (1)	10.111	39.033	3.019	**52.163**
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	5.456	2.171	3.328	**10.955**
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.561)	(28.226)	(3.247)	**(36.034)**
= Saldos em 31 de dezembro de 2015	**139.513**	**244.230**	**42.036**	**425.779**
Movimentação 1º trimestre				
(+) Atualização (1)	2.960	10.614	944	**14.518**
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	2.160	729	723	**3.612**
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	-	-	(548)	**(548)**
= Saldo em 31 de março de 2016	**144.633**	**255.573**	**43.155**	**433.361**

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado.

(2) Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

(3) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede Energia cerca R$4.561 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e pela Energisa no período findo em 31 de março de 2016 o montante de R$548 (R$3.247 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2016 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas na

Notas Explicativas

imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB -International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto quanto a adoção do IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis. No período findo em 31 de março de 2016, o efeito dessa alteração registrado no resultado do período foi no montante de R$686.

3.2 Reapresentação das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2016

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, originalmente aprovadas em 13 de maio de 2016 pelo Conselho de Administração, foram submetidas a nova aprovação em 05 de julho de 2016 para fins de reapresentação e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Companhia decidiu pelo refazimento e reapresentação das informações financeiras intermediárias, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, para incluir novas informações referentes ao saldo que a controlada indireta Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A possui junto ao acionista Estado do Tocantins.

As informações financeiras reapresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de julho de 2016 com a inclusão de provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber, conforme consta no item 8 da nota explicativa nº13 e divulgação dos novos fatos ocorridos, constante da nota explicativa nº 40 – Eventos subsequentes.

Abaixo apresentamos como cada item relevante das informações financeiras intermediárias que foi afetada em função desta reapresentação:

Controladora	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Balanço patrimonial			
Ativo			
Investimentos	3.261.945	(9.109)	3.252.836
. Participações em controladas	3.251.894	(9.109)	3.242.785
Total do ativo não circulante	4.074.513	(9.109)	4.065.404
Ativo total	4.512.854	(9.109)	4.503.745
Passivo			
Patrimônio líquido	2.223.719	(9.109)	2.214.610
. Lucros/Prejuízos acumulados	120.307	(9.109)	111.198
Passivo total	4.512.854	(9.109)	4.503.745

Notas Explicativas

Controladora	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração das mutações do patrimônio líquido/ DMPL			
Lucros/Prejuízos acumulados	120.307	(9.109)	111.198
Patrimônio líquido	2.223.719	(9.109)	2.214.610

Controladora	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do resultado			
Resultado de equivalência patrimonial	148.565	(9.109)	139.456
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	120.307	(9.109)	111.198
Lucro/prejuízo do período	120.307	(9.109)	111.198
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	0,09001	(0,00682)	0,08319

Controladora	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do resultado abrangente			
Lucro líquido do período	120.307	(9.109)	111.198
Resultado abrangente do período	120.071	(9.109)	110.962

Controladora	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do fluxo de caixa- método indireto			
Lucro antes dos impostos de operações continuadas e descontinuadas	120.307	(9.109)	111.198
Resultado de equivalência patrimonial	(148.565)	9.109	(139.456)

Controladora	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do Valor adicionado			
Valor Adicionado Recebido em Transferência	186.627	(9.109)	177.518
. Resultado de Equivalência Patrimonial	148.565	(9.109)	139.456
Valor Adicionado Total a Distribuir	199.172	(9.109)	190.063
Distribuição do Valor Adicionado	199.172	(9.109)	190.063
Remuneração de Capitais Próprios	120.307	(9.109)	111.198
. Lucros Retidos/Prejuízo do Período	120.307	(9.109)	111.198

Notas Explicativas

Consolidado	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Balanço patrimonial			
Ativo			
Ativo realizável a longo prazo	5.082.533	(13.416)	5.069.117
. Créditos tributários	819.048	6.912	825.960
. Outros créditos	181.330	(20.328)	161.002
Ativo total	18.001.448	(13.416)	17.988.032
Passivo			
Patrimônio líquido consolidado	3.347.533	(13.416)	3.334.117
. Lucros/ prejuízos acumulados	120.307	(9.109)	111.198
. Participação dos acionistas não controladores	1.123.814	(4.307)	1.119.507
Passivo total	18.001.448	(13.416)	17.988.032

Consolidado	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração das mutações do patrimônio líquido/ DMPL			
Lucros/Prejuízos acumulados	120.307	(9.109)	111.198
Participação dos não controladores	1.123.814	(4.307)	1.119.507
Patrimônio líquido	3.347.533	(13.416)	3.334.117

Consolidado	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do resultado			
Outras despesas financeiras	(73.203)	(20.328)	(93.531)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	223.474	(20.328)	203.146
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - diferido	65.436	6.912	72.348
Lucro/prejuízo consolidado do período	137.867	(13.416)	124.451
Atribuído a sócios da empresa controlada	120.307	(9.109)	111.198
Atribuído a sócios não controladores	17.560	(4.307)	13.253

Consolidado	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do resultado abrangente			
Lucro líquido consolidado do período	137.867	(13.416)	124.451
Resultado abrangente consolidado do período	137.500	(13.416)	124.084
Atribuído a sócios da empresa controlada	120.071	(9.109)	110.962
Atribuído a sócios não controladores	17.429	(4.307)	13.122

Consolidado	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do fluxo de caixa- método indireto			
Lucro antes dos impostos de operações continuadas e descontinuadas	223.474	(20.328)	203.146
Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	20.328	20.328

Notas Explicativas

Consolidado	Divulgado 31/03/2016	Ajustes	Reapresentado 31/03/2016
Demonstração do Valor adicionado			
Impostos, Taxas e Contribuições	1.725.744	(6.912)	1.718.832
. Federais	836.282	(6.912)	829.370
Remuneração de Capitais de Terceiros	228.568	20.328	248.896
. Juros	222.575	20.328	242.903
Remuneração de Capitais Próprios	137.867	(13.416)	124.451
. Lucros Retidos/Prejuízo do Período	120.307	(9.109)	111.198
. Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	17.560	(4.307)	13.253

3.3 Reclassificações de períodos anteriores

A Administração realizou reclassificações na demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015, 31 de março de 2015 e 01 de janeiro de 2015, transferindo da rubrica “outros resultados abrangentes” para “transações entre sócios” os valores de R$24.580, R$18.580 e R$14.701, respectivamente. Na demonstração de resultado de 31 de março de 2015, foi reclassificado o montante de R$324.719 da rubrica “resultado da alienação dos ativos de geração” para “resultado líquido de operações descontinuadas”, na controladora e no consolidado.

4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	31/03/2016 e 31/12/2015
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (2)	Distribuição de energia	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (2)	Distribuição de energia	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (2)	Distribuição de energia	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (3)	Serviços de geração e distribuição de energia	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	99,99
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (1)	Geração eólica de energia	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	99,99
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100
Alvorada Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100
JQMJ Participações S/A (4)	Holding	99,99

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Companhias Abertas.

(3) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

(4) Empresa holding - possui participação direta no capital social da BBPM e Denerge e detém o controle indireto das Companhias: Rede Energia S.A, Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A., Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A., Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.

Notas Explicativas

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento - Consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2016				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	2.676.394	91	90.152	25.702	2.792.339
Receitas Intersegmentos	-	-	-	55.316	55.316
Total	**2.676.394**	**91**	**90.152**	**81.018**	**2.847.655**
Receitas Financeiras	250.254	12	736	38.240	289.242
Despesas Financeiras	(157.949)	(1)	(1.286)	(103.758)	(262.994)
Total	**92.305**	**11**	**(550)**	**(65.518)**	**26.248**
Depreciação e amortização	**167.950**	**8**	**10**	**6.457**	**174.425**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**265.610**	**(23)**	**(4.581)**	**(57.860)**	**203.146**

Notas Explicativas

	31/03/2015				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	2.664.169	79	86.002	15.821	2.766.071
Receitas Intersegmentos	1.838	-	-	25.261	27.099
Total	**2.666.007**	**79**	**86.002**	**41.082**	**2.793.170**
Receitas Financeiras	220.302	7	366	66.066	286.741
Despesas Financeiras	(423.065)	(4)	(317)	(206.842)	(630.228)
Total	**(202.763)**	**3**	**49**	**(140.776)**	**(343.487)**
Depreciação e amortização	**169.656**	**6**	**10**	**8.613**	**178.285**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**83.128**	**(186)**	**(1.483)**	**(145.769)**	**(64.310)**

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	31/03/2016	31/12/2015
Ativos dos segmentos divulgáveis	**17.019.420**	**3.701**	**78.657**	**962.758**	**18.064.536**	**18.669.645**
Ativo circulante	4.778.105	686	67.321	576.152	5.422.264	6.087.101
Ativo não circulante	12.241.315	3.015	11.336	386.606	12.642.272	12.582.544
Passivos dos segmentos divulgáveis	**10.994.114**	**208**	**75.921**	**3.660.176**	**14.730.419**	**15.351.475**
Passivo circulante	3.896.963	208	75.921	483.476	4.456.568	4.883.520
Passivo não circulante	7.097.151	-	-	3.176.700	10.273.851	10.467.955

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2016	31/03/2015
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	2.847.655	2.793.170
Eliminação de receitas intersegmentos	(55.316)	(27.099)
Receita líquida consolidada	**2.792.339**	**2.766.071**
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	174.425	178.285
Depreciação e amortização consolidada	**174.425**	**178.285**
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	289.242	286.741
Eliminação de receitas intersegmentos	(33.681)	(46.048)
Receita financeira consolidada	**255.561**	**240.693**
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(262.994)	(630.228)
Eliminação de receitas intersegmentos	33.681	46.048
Despesa financeira consolidada	**(229.313)**	**(584.180)**
Lucros		
Total de lucros dos segmentos reportáveis	203.146	(64.310)
Lucro antes dos impostos	**203.146**	**(64.310)**

Notas Explicativas

	31/03/2016	31/12/2015
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	18.064.536	18.669.645
Outros valores não alocados	(76.504)	(167.463)
Total Ativo consolidado	**17.988.032**	**18.502.182**
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	14.730.419	15.351.475
Outros valores não alocados	(76.504)	(167.463)
Total passivo consolidado	**14.653.915**	**15.184.012**

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	**169**	**8.258**	**103.953**	**148.734**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**180.424**	**214.479**	**730.948**	**934.893**
Debêntures (1)	143.358	-	143.358	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	159.941	271.464	149.478
Compromissada (2)	37.066	54.538	316.126	785.415
Total de caixa e equivalentes de caixa (3)	**180.593**	**222.737**	**834.901**	**1.083.627**

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB'S) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2016 equivale a 110,78% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

(1) Debêntures - São títulos de créditos privados que podem ser negociados no mercado secundário, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI+ 2,88% a.a.

(2) Operações compromissadas em debêntures – São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas de 75,0% a 103,2% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(3) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

Notas Explicativas

6.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	**4.517**	**51.581**	**739.604**	**808.394**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.453	4.892	64.496	65.539
Compromissada(1)	16	-	283	23.139
Fundos de Investimentos (2)	48	47	113.547	102.210
Fundos de Investimentos Exclusivos (3)	**-**	**46.642**	**518.323**	**576.899**
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	85.842	88.250
Debêntures	-	-	174.462	162.012
Compromissadas	-	-	3.857	19.705
DPGE (4)	-	7.731	18.628	17.996
Títulos públicos	-	38.911	72.526	90.578
Fundo de Renda Fixa	-	-	136.841	198.358
Letra financeira (LF)			26.167	-
Outros instrumentos	-	-	322	264
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (5)	-	-	42.633	40.343
2) Mantidas até o vencimento	**-**	**-**	**8.375**	**7.736**
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (5)	-	-	8.375	7.736
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (6)	**4.517**	**51.581**	**747.979**	**816.130**
Circulante	4.517	51.581	650.814	719.058
Não Circulante	-	-	97.165	97.072

(1) Operações compromissadas em debêntures- São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 75% a 103,1% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
(2) Fundos de investimentos – Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 69,07% a 103,63% do CDI.
(3) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 100,31% até 135,09% do CDI.
(4) Depósito bancário com garantia especial – DPGE – com vencimento em 08/04/2016 e 18/04/2016.
(5) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa centro oeste – FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020, respectivamente.
(6) Inclui R$4.517 (R$4.938 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R$212.056 (R$235.343 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de março de 2016 equivale a 110,78% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

Uso de estimativas:

O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa é regido por Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro que busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos. Esta política determina as modalidades de aplicação elegíveis ao aporte de recursos, bem como os ratings mínimos exigidos para cada uma delas. Da mesma forma dita limites de concentração nas entidades recebedoras dos recursos (bancos em empresas) em função de seu porte, rating e patrimônio. Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro é pública e está disponível no site da Energisa.

Notas Explicativas

7 Clientes, consumidores e concessionárias.

	Controladora		Consolidado								
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ devedores duvidosos (6)	Total	
	31/03/2016	31/12/2015	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		31/03/2016	31/12/2015
Valores correntes: (1)											
Residencial	-	-	256.313	6	263.288	24.372	3.687	2.837	(30.896)	519.607	515.394
Industrial	-	-	143.177	2	29.146	6.686	6.859	22.801	(22.801)	185.870	192.000
Comercial	-	-	202.630	6	68.983	8.939	5.285	12.098	(17.383)	280.558	280.708
Rural	-	-	59.120	3	33.319	5.852	939	820	(820)	99.233	105.800
Poder público:	-	-	67.185	-	33.098	3.363	1.531	9.990	(9.990)	105.177	94.248
Iluminação pública	-	-	23.207	124	8.463	1.341	737	15.873	(15.873)	33.872	36.431
Serviço público	-	-	33.950	-	9.251	4.311	6.602	86.092	(86.092)	54.114	56.359
Fornecimento não faturado	-	-	446.938	-	-	-	-	-	-	446.938	487.828
Arrecadação Processo Classificação	-	-	23.574	-	-	-	-	-	-	23.574	27.700
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	11.188	25.726	7.952	4.684	5.408	21.246	(42.064)	34.140	42.559
Industrial	-	-	7.820	10.858	2.944	1.145	1.359	11.122	(17.191)	18.057	20.019
Comercial	-	-	5.920	41.905	3.498	1.412	1.540	8.894	(19.212)	43.957	46.368
Rural	-	-	3.092	4.643	990	470	366	1.690	(4.246)	7.005	8.323
Poder público:	-	-	10.991	76.936	6.851	908	1.446	34.098	(53.458)	77.772	91.920
Iluminação pública	-	-	1.473	13.628	394	155	178	550	(4.890)	11.488	15.792
Serviço público	-	-	8.683	16.828	238	137	225	66.949	(69.737)	23.323	13.326
(-) Ajuste valor Presente (3)	-	-	(5.120)	(34.418)	-	-	-	-	-	(39.538)	(42.720)
Subtotal-clientes	-	-	1.300.141	156.247	468.415	63.775	36.162	295.060	(394.653)	1.925.147	1.992.055
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	-	-	92.354	-	-	-	-	20.303	(2.768)	109.889	111.166
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	3.789	-	-	-	-	-	-	3.789	3.681
Serviços Especializados	6.889	5.808	12.872	-	19.068	5.751	789	1.891	(1.891)	38.480	24.304
Outros (4)	-	-	45.678	544	7.328	916	1.766	24.977	(33.259)	47.950	51.103
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Total	**6.889**	**5.808**	**1.467.035**	**156.791**	**494.811**	**70.442**	**38.717**	**342.231**	**(432.571)**	**2.137.456**	**2.194.510**
Circulante	6.889	5.808								1.985.496	2.054.044
Não Circulante	-	-								151.960	140.466

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

O saldo da conta de suprimento energia – moeda nacional no consolidado, em 31 de março de 2016, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no no montante de R$54.148 (R$59.408 em 31 de dezembro de 2015). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Notas Explicativas

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R$142.525 (R$286.452 em 31 de dezembro de 2015), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Composição dos créditos da CCEE		
Saldos a vencer	33.845	39.105
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	17.535	17.535
Créditos vencidos (b)	2.768	2.768
	54.148	**59.408**
(-) Aquisição de energia na CCEE	(57.918)	(104.294)
(-) Encargos de serviços do sistema	(84.607)	(182.158)
	(88.377)	**(227.044)**

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) As controladas constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

(3) Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de 14,13% a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(4) No consolidado, refere-se a serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A controlada EMG possui R$11.776 (R$11.646 em 31 de dezembro de 2015), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de disribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado.

(5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n° 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo consolidado.

(6) Provisão para devedores duvidosos - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

Notas Explicativas

- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados – (i) parcelas vencidas – são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas – são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação ocorrida no período/exercício de 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Movimentação das provisões	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial – circulante – 31/12/2015 e 31/12/2014	464.581	443.270
Provisões constituídas no período/exercício	28.081	38.395
Reversão de provisões no período/exercício	(8.764)	(17.084)
Saldo final - circulante - 31/03/2016 e 31/12/2015	**483.898**	**464.581**
Clientes, consumidores e concessionárias.	432.571	412.956
Títulos de créditos a receber	50.258	50.530
Outros créditos	1.069	1.095

8 Títulos de créditos a receber - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Títulos de créditos a receber (b)	28.180	29.204
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (a)	50.258	50.258
Ajuste a valor presente (b)	(22.004)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.258)	(50.530)
	6.176	**6.300**
Circulante	4.552	4.676
Não circulante	1.624	1.624

(a) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública – Cuiabá) da controlada indireta EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados. Além dos valores contabilizados nesta rubrica, R$50.258, a controlada possui mais R$14.734, registrado em clientes, consumidores e concessionárias, totalizando R$64.992 para os quais foram constituídos provisão.

(b) As controladas EDEVP,CAIUA, EEB, CNEE e CFLO adquiriram, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1a Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	50.258
2016	4.552
2017	487
2018	514
2019	437
2019 em diante	186
Total	**56.434**

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	3	3
Rede Energia S/A	3.862	3.862
BBPM Participações S/A	6.447	9.978
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	12.317	17.845
JQMJ Participações S/A	2.577	4.117
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	8.873	5.926
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	3.589	3.589
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	22.762	763
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	216	216
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3	1.214
Alvorada Direitos Creditórios S/A	3	3
Dinâmica Direitos Creditórios S/A	25	25
Energisa Geração Usina Maurício S/A	141	141
Total – Ativo Circulante	**60.818**	**47.682**

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (a)	-	-	201.094	198.943
Imposto de renda retido fonte – IRRF (b)	12.606	10.755	35.329	42.751
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (c)	8.875	7.261	208.388	168.292
Contribuição social sobre o lucro – CSSL (c)	855	949	48.959	44.905
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	30	228	82.905	99.369
Outros	145	-	23.472	13.490
	22.511	**19.193**	**600.147**	**567.750**
Circulante	22.511	19.193	413.087	390.192
Não circulante	-	-	187.060	177.558

(a) Inclui carta de crédito no montante de R$19.924 adquirido junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada indireta EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituidos pela Lei 9.165/2009,

Notas Explicativas

cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Demais valores correspondem aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível das controladas, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.

(b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.

(c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos exercícios.

(d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível, os quais são realizáveis nos próximos 33 meses e créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre a despesas de depreciação de máquinas e equipamentos do ativo intangível, ambos compensáveis com os débitos desses tributos, incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

11 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
EBO	Resolução 2.019, de 02/02/2016	6,91%	04/02/2016
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
EMG	Resolução 1.895, de 16/06/2015	3,06%	18/06/2015
EMS	Resolução 2.054 de 05/04/2016	7,19%	08/04/2016
EMT	Resolução 2.055, de 05/04/2016	8,60%	08/04/2016
ENF	Resolução 1.894, de 16/06/2015	14,07%	18/06/2015
EPB	Resolução 1.938, de 25/08/2015	10,79%	28/08/2015
ESE	Resolução 2.062, de 19/04/2016	5,24%	22/04/2016
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015

Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Notas Explicativas

Efeito médio da RTE por distribuidora:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61%*	02/03/2015
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

**valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.*

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R$1,50, a partir de março foi de R$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R$3,00, a partir de março do mesmo ano o índico foi alterado para R$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R$3,00 e patamar 2 com um índice de R$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Notas Explicativas

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
EDEVP	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
ETO	Resolução 2.105, de 28/05/2016	12,81%	04/07/2016

12 Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Notas Explicativas

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	708.143	(17.341)	(183.590)	40.678	426	548.316	95.528	452.788	532.784	15.532
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.441	16.975	(3.324)	1.229	24	19.345	1.121	18.224	17.638	1.707
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	55.184	106	(24.379)	1.834	199	32.944	6.318	26.626	31.033	1.911
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	5.013	1.119	(363)	329	-	6.098	58	6.040	5.896	202
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	16.662	-	-	(1)	(16.661)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	215.334	(22.311)	(25.011)	25.599	(78)	193.533	19.483	174.050	188.432	5.101
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.125	-	(1.752)	-	-	373	374	(1)	372	1
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	24.686	18.278	82	1.400	(1.548)	42.898	1.997	40.901	38.342	4.556
Sobrecontratação de energia (ii)	-	8.850	4.351	599	(11.428)	2.372	(4.350)	6.722	691	1.681
CUSD	1.412	588	(447)	47	(71)	1.529	285	1.244	1.463	66
Exposição de submercados	7.508	33	(5.239)	-	306	2.608	2.574	34	2.602	6
Outros itens financeiros	22.397	8.251	(1.855)	43	(14)	28.822	(922)	29.744	4.230	24.592
Total Ativo	**1.062.905**	**14.548**	**(241.527)**	**71.757**	**(28.845)**	**878.838**	**122.466**	**756.372**	**823.483**	**55.355**

Notas Explicativas

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	3.616	48	468	72	593	4.797	(942)	5.739	3.858	939
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	777	(54)	(355)	(3)	24	389	388	1	389	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	422	1.326	(707)	(17)	199	1.223	472	751	1.176	47
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	157.192	113.561	(83.421)	3.341	(16.661)	174.012	37.040	136.972	155.299	18.713
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	220	-	2	(78)	144	-	144	24	120
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	9.036	6.301	(3.896)	474	(1.548)	10.367	1.509	8.858	9.027	1.340
Sobrecontratação de energia (ii)	424.704	(109.561)	(56.972)	4.017	(11.428)	250.760	23.482	227.278	224.293	26.467
Devoluções Tarifárias (*)	806	4.183	-	-	-	4.989	-	4.989	808	4.181
CUSD	984	4	(599)	(1)	(71)	317	222	95	289	28
Exposição de submercados	116	3.810	373	(194)	306	4.411	(29)	4.440	4.411	-
Outros itens financeiros	40.190	137.927	(22.348)	14.496	(181)	170.084	19.638	150.446	169.276	808
Total Passivo	**637.843**	**157.765**	**(167.457)**	**22.187**	**(28.845)**	**621.493**	**81.780**	**539.713**	**568.850**	**52.643**
Saldo líquido	**425.062**	**(143.217)**	**(74.070)**	**49.570**	**-**	**257.345**	**40.686**	**216.659**	**254.633**	**2.712**

(*) O valor de R$4.183 (R$806 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido como outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas indiretas CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP, ELO e ETO e pela controladas diretas EMG e ENF, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais– Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema – ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários.

Notas Explicativas

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Eletrobrás subvenção baixa Renda Baixa renda (1)	-	-	40.612	42.458
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	117.837	115.957
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	29.149	29.930
Ordens de desativação em curso	-	-	10.302	16.942
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.074	2.643
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.692	1.376	31.017	23.633
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	82.877	200.054
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em 'Recuperação Judicial" (4)	-	-	64.030	63.655
(-) Ajuste a valor presente - CELPA (4)	-	-	(24.040)	(24.471)
Sub-rogação do CCC (5)	-	-	27.078	39.677
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	26.826	26.826
Padrão de baixa renda	-	-	3.377	3.589
Plano de Universalização	-	-	3.030	3.343
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Crédito a receber Banco Pine	-	-	1.663	2.017
Despesas pagas antecipadamente	6.696	9.206	25.464	25.884
Contas a receber de venda das empresas de geração (6)	113.500	113.500	113.500	113.500
Ressarcimento de geradoras	-	-	8.570	11.133
Créditos a receber de terceiros (7)	-	-	28.245	22.849
Créditos a receber Estado de Tocantins (8)	-	-	103.185	98.781
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber (8)	-	-	(20.328)	-
Outros (*)	1.671	3.936	22.043	27.593
Total	**123.559**	**128.018**	**705.215**	**854.697**
Circulante	123.540	127.999	544.213	672.705
Não circulante	19	19	161.002	181.992

(*) Inclui montante de R$1.069 (R$1.095 em 31 de dezembro de 2015) referente a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(1) Baixa renda - consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Saldos consolidados em 31/12/2015	**2.550**	**258**	**5.331**	**11.082**	**1.278**	**9.246**	**4.342**	**4.793**	**3.578**	**42.458**
Subvenção baixa renda	4.026	402	8.698	17.565	2.184	9.210	6.545	7.530	4.018	60.178
Ressarcimento Eletrobrás	(1.300)	(392)	(8.204)	(22.633)	(1.959)	(9.284)	(6.468)	(7.323)	(4.461)	(62.024)
Saldos consolidados em 31/03/2016	**5.276**	**268**	**5.825**	**6.014**	**1.503**	**9.172**	**4.419**	**5.000**	**3.135**	**40.612**

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás.

Notas Explicativas

Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica “outros créditos” no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

(2) Subvenção CDE – desconto tarifário – consolidado

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Saldos consolidados em 31/12/2015	**5.779**	**18.308**	**3.334**	**110**	**928**	**108.938**	**22.731**	**31.251**	**8.675**	**200.054**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	12.202	12.148	14.143	403	1.059	40.817	9.424	14.333	16.012	120.541
Ressarcimento pela Eletrobrás	(9.139)	(19.296)	(8.138)	(430)	(1.894)	(113.693)	(24.786)	(38.706)	(21.636)	(237.718)
Saldos consolidados em 31/03/2016	**8.842**	**11.160**	**9.339**	**83**	**93**	**36.062**	**7.369**	**6.878**	**3.051**	**82.877**

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas EMG, ENF, CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EBB, CFLO e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, no primeiro trimestre de 2016, foram compensados R$67.943 referente a subvenção CDE e R$15.356 referente subvenção baixa renda. Em 31 de março de 2016, os saldos em aberto correspondem a subvenção incorrida nos meses de fevereiro e março de 2016, cujo ressarcimento a Administração das controladas espera receber no segundo trimestre de 2016.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. – “em Recuperação Judicial”, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta *holding*, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. – “em Recuperação Judicial”. Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.
Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato, a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que as controladas EMT, EMS, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Rede Serviços tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas

Notas Explicativas

semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R$24.040 (R$24.471 em 31 de dezembro de 2015).

(5) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R$40.310, acrescido de ajuste de R$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R$6.558, R$10.649 em 2012, R$6.765 em 2013, R$8.069 em 2014, R$3.234 em 2015 e R$8.584 em 2016, acrescido de atualização pelo IGPM de R$3.263 totalizando R$47.122.

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R$1.215 em 2014, R$3.111 em 2015 e R$850 até 31 de março de 2016, totalizando R$5.176. O saldo remanescente é de R$27.078.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						31/03/2016	31/12/2015
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	47.122	3.263	-	11.749
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	5.176	-	27.078	27.928
Total		**97.301**	**76.113**	**52.298**	**3.263**	**27.078**	**39.677**
Circulante (Principal)						**2.634**	**13.158**
Circulante (Variação IGP-M)						-	1.292
Total do Circulante						**2.634**	**14.450**
Não Circulante (Principal)						**24.444**	**23.354**
Não Circulante (Variação IGP-M)						-	1.873
Total do Não circulante						**24.444**	**25.227**

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração

A Energisa possui o montante de R$113.500 a receber junto ao comprador de seus ativos de geração, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos a cumprimentos de outras condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda, que se encontra em processo final de realização. A Administração tem expectativa de recebimento até o final do primeiro semestre de 2016.

Notas Explicativas

(7) Créditos receber de terceiros

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2016	2015
Saldo - inicial - não circulante - 31/12/2015 e 31/12/2014	**98.781**	106.328
Amortização realizado no período/exercício	-	(7.078)
Ajuste / Atualização monetária - IGPM	4.404	(469)
Saldo- final - não circulante 31/03/2016 e 31/12/2015	**103.185**	**98.781**

- Programa Reluz Tocantins

  O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

  Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

  Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

  i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;

  ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;

  iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;

  iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

  A controlada indireta ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Notas Explicativas

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de março de 2016 de R$80.387 (R$76.977 em 31 de dezembro de 2015), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à Companhia nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

O convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE – 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. O valor a receber atualizado é de R$22.798 (R$21.804 em 31 de dezembro de 2015). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Conforme mencionado na nota explicativa nº40 - eventos subsequentes, em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício n0 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta Energisa Tocantins (ETO) no montante de R$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 – linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido a criação do referido Comitê, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins e estimou uma provisão no montante de R$20.328 para ajuste a valor de realização de créditos a receber, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado do período. Consequentemente, as informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2016 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas (vide nota explicativa nº 3.2).

14 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (40,69% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (63,28% do capital votante) e pela Multisetor S/A (27,82% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,64% do capital votante).

Notas Explicativas

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias	5.342	-	5.760	-
Mútuos (1):				
. Energisa Soluções S/A	29.129	-	17.299	-
. Rede Energia S/A	-	149.594	-	161.259
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	2.039	-	1.174	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	5.501	-	2.475
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- RJ (3)	91.247	-	88.421	-
. QMRA Participações (3)	20.570	-	20.008	-
. BBPM Participações S/A	1.947	-	1.627	-
. QMRA Participações	-	66.734	-	64.839
. Rede Energia S/A –RJ (3) e (4)	600.880	-	591.133	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	5.216	-	4.983	-
. Multi Energisa Serviços S/A	639	-	621	-
. JQMJ Participações S/A	175	-	145	-
Total – não circulante	**751.842**	**221.829**	**725.411**	**228.573**
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	35.600	-	35.600	-
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	973	-	963	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	2.886	-	2.506	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	965	-	965	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	22	-	22	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	23	-	23	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	23	-	23	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	23	-	22	-
. Energisa Geração Energia S/A	21	-	20	-
. Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A	8.600	-	8.600	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	11.128	-	10.948	-
. Energisa Soluções S/A	38.000	-	38.000	-
	98.264	**-**	**97.692**	**-**
Total	**855.448**	**221.829**	**828.863**	**228.573**

(1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30 de outubro de 2016, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,0834 a.a (CDI + 1,0248 a.a em 31 de dezembro de 2015).

(2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, vencendo em 30 de junho de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outro encargo, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.

(3) Aquisição de créditos cedidos para recuperação judicial.

(4) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos e foram capitalizados em abril/2016.

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos-prestados (1)	Comissão aval / Atualização mútuos (Receita (Despesa) financeira)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	3.081	1.214	991
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	6.472	2.530	2.013
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	3.932	2.451	1.223
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	1.727	123	537
. Energisa Soluções S/A	463	729	137
. Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A	1.415	325	440
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	(13)	-	-
. QMRA Participações S/A	-	(1.566)	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	2.878	-
. BBPM Participações S/A	-	58	-
. Alvorada Direitos Creditórios S/A	3	-	1
. Multi Energisa Serviços S/A	-	20	-
. JQMJ Participações S/A	-	5	-
. Gipar S/A	-	(2.500)	-
. Rede Energia S/A	-	12.433	-
31/03/2016	**17.080**	**18.700**	**5.342**
31/03/2015	**15.752**	**49.207**	**4.990**
31/12/2015	**64.084**	**98.291**	**5.760**

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

Remuneração dos administradores

No período findo em 31 de março de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal foram de R$160 (R$122 em 31 de março de 2015) e da Diretoria foi de R$25 (R$25 em 31 de março de 2015) na controladora e R$1.147 (R$1.118 em 31 de março de 2015) e R$3.154 (R$3.341 em 31 de março de 2015) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R$9 (R$25 em 31 de março de 2015) na controladora e R$681 (R$711 em 31 de março de 2015) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R$39 (R$28 em 31 de março de 2015) na controladora e R$1.063 (R$1.169 em 31 de março de 2015) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente relativas ao mês de março de 2016 foram de R$17 e R$1 na controladora e R$135 e R$2 no consolidado (R$15 e R$1 na controladora e R$126 e R$2 no consolidado em 31 de março de 2015), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 31 de março de 2016 foi de R$5 na controladora e R$31 no consolidado (R$3 na controladora e R$28 no consolidado em 31 de março de 2015).

Na AGO/AGE de 27 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R$3.225 (R$3.000 para o exercício de 2015), na controladora.

Notas Explicativas

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e de suas controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	297.370	347.173
Base negativa da contribuição social	-	-	118.568	137.588
Diferenças temporárias	-	-	410.022	289.897
Total - ativo não circulante	**-**	**-**	**825.960**	**774.658**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	5.313	5.313	1.188.693	1.158.172
Contribuição Social	1.912	1.912	427.929	416.942
Total - passivo não circulante	**7.225**	**7.225**	**1.616.622**	**1.575.114**
Total ativo (passivo) não circulante líquido	**(7.225)**	**(7.225)**	**(797.574)**	**(800.456)**

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Marcação a mercados - derivativos	(15.079)	(5.127)	(19.703)	(6.699)
Marcação a mercado da dívida	45	15	497	169
Ajustes a valor presente	(591)	(201)	(591)	(201)
Outras adições (exclusões) temporárias	(1.698)	(576)	2.702	919
Custo a apropriar da dívida	(3.928)	(1.336)	(4.156)	(1.413)
Total	**(21.251)**	**(7.225)**	**(21.251)**	**(7.225)**
Total - Ativo Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**-**
Total - Passivo Não Circulante	**(21.251)**	**(7.225)**	**(21.251)**	**(7.225)**

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.189.481	297.370	1.388.694	347.173
Base negativa da contribuição social	1.317.421	118.568	1.528.754	137.588
Créditos fiscais - ágio (1)	333.671	113.448	341.211	116.012
Provisão ajuste atuarial	223.319	75.928	218.540	74.304
Provisões para riscos	583.772	198.482	572.629	194.694
Provisão para crédito de liquidação duvidosa – (PCLD e Daycoval)	660.689	224.634	641.372	218.066
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	230.653	78.422	193.099	65.654
Variações cambiais passivas	352.631	119.895	451.570	153.534
Marcação a mercados - derivativos	83.473	28.381	(310.855)	(105.692)
Marcação a mercado da dívida	5.491	1.867	(14.241)	(4.842)
Ativos (Passivos) financeiros setoriais (CVA´s)	(257.345)	(87.497)	(390.520)	(132.777)
Outras adições temporárias	78.800	26.792	176.521	60.018
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(404.284)	(137.457)	(340.686)	(115.833)
Ajustes a valor presente	(2.829.372)	(961.986)	(2.898.264)	(985.409)
Deságio sobre investimento EMS	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(231.825)	(78.821)	(239.430)	(81.406)
Intangível - mais valia	(1.896.984)	(644.975)	(1.942.736)	(660.530)
Outras exclusões temporárias	(293.105)	(99.655)	(49.858)	(16.952)
Total	**(1.041.921)**	**(790.662)**	**(862.607)**	**(800.456)**
Total - Ativo Não Circulante	**3.143.575**	**825.960**	**2.977.675**	**774.658**
Total - Passivo Não Circulante	**(4.754.768)**	**(1.616.622)**	**(4.632.687)**	**(1.575.114)**

(1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R$113.448 (R$116.012 em 31 de dezembro de 2015) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (16 anos) e EPB (17 anos) pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Consolidado
2016	69.470
2017	113.954
2018	133.399
2019	100.083
2020	124.825
2021 a 2025	284.229
Total	**825.960**

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos das operações continuadas	111.198	(46.456)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(37.807)	15.795
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	47.415	19.834
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(9.608)	(48.057)
Imposto de renda e contribuição social	**-**	**(12.428)**
Alíquota efetiva	-	26,75%

	Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos das operações continuadas	203.146	(64.310)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(69.069)	21.865
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(445)	-
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	2.806	32.450
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(9.608)	(34.265)
Outros	(2.379)	552
Imposto Corrente	(151.043)	50.416
Imposto Diferido	72.348	(29.814)
Imposto de renda e contribuição social	**(78.695)**	**20.602**
Alíquota efetiva	38,74%	32,04%

(*) As controladas ESE, EPB, EBO, ETO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. O deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal do Brasil ocorreram através dos seguintes atos: ESE - Despacho Decisório nº 126 – DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 – DRF/JPA de 23/05/2013, EBO – Despacho Decisório nº 206 – DRF/JPA de 19/12/2012.

As controladas ETO e EMT localizadas na área da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014, reduzindo o Imposto de Renda e adicionais em 75% do calculados sobre o lucro da exploração para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento dos pedidos junto a Receita Federal ocorreram como segue: EMT- Ato Declaratório Executivo nº 17 – DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 114/2014e ETO - Ato Declaratório Executivo nº 3 de 18 de março de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R$2.806 (R$32.450 em 31 de março de 2015), sendo: R$1.678 (R$1.219 em 31 de março de 2015) na EBO, R$1.128 (R$13.634 em 31 de março de 2015) na ESE. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas. As controladas EPB, EMT e ETO não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 31 de março de 2016.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as controladas Caiuá e EMG apuraram prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, tendo somente constituído créditos tributários incorridos em exercícios anteriores de acordo com as normas previstas no CPC. Após a conclusão do processo de renovação de seus contratos de concessão, com a assinatura do quinto aditivo contratual (vide nota explicativa nº 1), as controladas poderão manter suas atividades de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos e, com a renovação da concessão, passaram a enquadrar-se nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados para os próximos exercícios, parte dos créditos tributários que possuiam escriturados em seus livros fiscais, serão recuperados no próximos 10 (dez) anos, o que possibilitou a constituição dos crédidos tributários no exercício no montante de R$69.900, sendo R$64.666 pela controlada Caiuá e R$5.234 pela

Notas Explicativas

Energisa Minas Gerais, registrados na rubrica de "imposto de renda e contribuição social diferidos na demonstração do resultado do exercício".

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR – Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR – Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 31 de março de 2016, foi reconhecido em receita financeira – atualização do contas a receber da concessão – VNR, no consolidado, o montante de R$51.056 (R$42.293 em 31 de março de 2015), incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante, no consolidado.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Saldo 31/03/2016
EMG	9.091	-	(294)	184	8.981
EPB	349.759	11.368	(498)	9.286	369.915
ESE	274.526	4.164	(471)	7.077	285.296
ENF	3.555	-	-	35	3.590
EBO	40.871	300	(34)	1.053	42.190
EMT	1.074.263	11.833	(23)	19.639	1.105.712
ETO	635.021	29.921	(4.589)	7.868	668.221
EMS	438.954	8.757	(596)	5.340	452.455
Sul Sudeste (**)	32.670	1	-	574	33.245
TOTAL Geral	**2.858.710**	**66.344**	**(6.505)**	**51.056**	**2.969.605**

(1) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são considerados.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

Notas Explicativas

	Saldo 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Transferência para intangível (2)	Saldo 31/12/2015
EMG	329.497	14.701	(1.279)	20.078	(353.906)	9.091
EPB	276.224	53.975	(2.093)	21.653	-	349.759
ESE	228.574	30.440	(1.265)	16.777	-	274.526
ENF	93.026	4.600	(339)	6.296	(100.028)	3.555
EBO	31.644	7.060	(218)	2.385	-	40.871
EMT	878.868	118.221	(3.844)	81.018	-	1.074.263
ETO	428.596	186.934	(15.278)	34.769	-	635.021
EMS	318.859	96.807	(1.574)	24.862	-	438.954
Sul Sudeste (**)	438.766	84.840	(10.839)	35.571	(515.668)	32.670
TOTAL Geral	**3.024.054**	**597.578**	**(36.729)**	**243.409**	**(969.602)**	**2.858.710**

(2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são considerados.

(3) Em dezembro de 2015, foram concluídos os processos de renovação das concessões das controladas Energisa Minas Gerais, Energisa Nova Friburgo, Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura dos Termos Aditivos ao contrato de concessão. Após assinaturas do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

As controladas de acordo com os novos prazos de exploração das concessões ora renovadas efetuaram novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos tendo reclassificado o montante de R$969.602 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Participação em controladas	3.242.785	3.182.208	-	-
Outros	10.051	10.051	22.304	28.635
Total	**3.252.836**	**3.192.259**	**22.304**	**28.635**

Notas Explicativas

Participação em controladas:

31/03/2016									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								**137.321**	**1.524.365**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	514	107.828	734.013	554.160	179.853	(553)	(553)	179.853
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.900	1.538.623	1.143.425	395.198	69.765	69.765	395.198
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	487.456	2.091.888	1.348.885	743.003	62.238	62.238	743.003
Energisa Borborema (EBO)	100	293	65.540	261.874	149.734	112.140	5.415	5.415	112.140
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	16	39.743	197.703	126.007	71.696	300	300	71.696
Energisa Mato Grosso (EMT)	1,2	2.044	1.118.910	5.359.410	3.505.303	1.854.106	14.008	156	22.475
Geração								**(663)**	**3.495**
Parque Eólico Sobradinho	100	4.102	4.102	2.338	51	2.287	(46)	(46)	2.287
Energisa Geração Usina Maurício	100	612	612	1.039	156	883	30	(606)	883
Energisa Geração Solar Coremas	100	1	1	320	-	320	(11)	(11)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	10	1	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	10	1	1	-	1	-	-	1
Energisa Geraçao de Energia S.A	100	10	1	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	10	1	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	10	1	1	-	1	-	-	1
Comercialização								**(3.030)**	**2.735**
Energisa Comercializadora	100	1	1	78.656	75.921	2.735	(3.030)	(3.030)	2.735
Prestação de Serviços								**2.671**	**87.576**
Energisa Soluções	100	39.000	39.000	152.681	74.911	77.771	2.350	2.350	77.771
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	1.000	1.000	6.270	207	6.063	(430)	(430)	6.063
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.511	769	3.742	751	751	3.742
Holdings e demais companhias								**6.959**	**1.422.758**
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	200	251	147	6	141	(34)	(34)	141
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.359	1.171	1.188	(8)	(8)	1.188
BBPM Participações	89,61	177.817	553.324	462.953	18.170	444.783	4.812	1.461	398.569
Denerge S/A	49,28	251.956.955	1.275.420	1.571.853	548.123	1.023.730	10.051	1.017	504.495
JQMJ Participações	99,99	71.302	200.364	161.627	2.971	158.656	1.616	420	158.639
Rede Energia S.A.	15,03	257.696	2.245.787	3.812.115	1.418.234	2.393.881	29.815	4.103	359.726
Ágio pago na aquisição de controladas								**(3.802)**	**201.856**
Total								**139.456**	**3.242.785**

(1) Até 31 de março de 2016, foram adquiridas pela Companhia o total de 51 ações, sendo 15 ordinárias e 36 preferenciais.

Notas Explicativas

31/12/2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								**159.936**	**1.444.011**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	514	107.828	764.341	566.157	198.184	24.951	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.898	1.492.951	1.167.518	325.433	(22.044)	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	487.457	2.156.430	1.461.623	694.807	106.964	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	100	293	65.539	290.066	157.956	132.110	44.053	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	16	39.743	201.130	129.734	71.396	5.815	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	1,2	2.044	1.118.910	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531	197	22.081
Geração								**2.307**	**3.771**
Parque Eólico Sobradinho	100	4.102	4.102	2.180	226	1.954	(460)	(460)	1.953
Energisa Geração Usina Maurício	100	612	612	1.636	146	1.490	(103)	(103)	1.489
Energisa Geração Solar Coremas	100	1	1	324	-	323	(69)	(69)	324
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geraçao de Energia S.A	100	10	1	1	-	1	(21)	(20)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	100	133.179	177.422	260.964	115.410	145.554	(674)	2.060	-
SPE Cristina S/A	100	21.100	24.612	28.524	7.178	21.346	(337)	139	-
Pequena Central Hidreletrica Ze Tunin	100	61.448	61.448	106.585	42.105	64.480	183	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	100	1	1	21	-	21	(11)	(22)	-
Comercialização								**862**	**5.765**
Energisa Comercializadora	100	1	1	75.627	69.861	5.766	862	862	5.765
Prestação de Serviços								**(10.706)**	**84.725**
Energisa Soluções	100	39.000	39.000	123.140	47.716	75.424	(10.515)	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	1.000	1.000	6.589	276	6.313	(1.932)	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.783	1.792	2.991	1.741	1.741	2.991
Holdings e demais companhias								**181.248**	**1.438.278**
Energisa Bioeletricidade S/A	100	151.597	1	402.847	-	402.847	(12.766)	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	100	167.468	63.500	207.237	6	207.231	11.594	18.638	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	200	251	192	16	176	(92)	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.026	831	1.196	731	594	1.196
BBPM Participações	89,61	177.818	553.324	473.775	21.336	452.439	52.624	45.902	405.430
Denerge S/A	49,28	251.966.233	1.275.420	1.589.412	545.613	1.043.799	157.464	75.868	514.292
JQMJ Participações	99,99	71.302	200.364	166.129	4.478	161.652	18.795	18.259	161.636
Rede Energia S.A.	15,02	257.656	2.245.787	3.761.689	1.395.245	2.366.444	224.026	32.992	355.549
Ágio pago na aquisição de controladas								**(19.665)**	**205.658**
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								**6.241**	**-**
Total								**320.223**	**3.182.208**

(1) Em 2015, foram adquiridas pela Companhia o total de 98 ações, sendo 65 ordinárias e 33 preferenciais.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2015	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2016
Distribuição	**1.444.011**	**147**	**90**	**-**	**(57.204)**	**-**	**137.321**	**1.524.365**
Energisa Minas Gerais (EMG)	198.184	-	-	-	(17.778)	-	(553)	179.853
Energisa Sergipe (SE)	325.433	-	-	-	-	-	69.765	395.198
Energisa Paraíba (EPB)	694.805	-	-	-	(14.040)	-	62.238	743.003
Energisa Borborema (EBO)	132.111	-	-	-	(25.386)	-	5.415	112.140
Energisa Nova Friburgo (ENF)	71.396	-	-	-	-	-	300	71.696
Energisa Mato Grosso (EMT)	22.082	147	90	-	-	-	156	22.475
Geração	**3.771**	**387**					**(663)**	**3.495**
Parque Eólico Sobradinho	1.953	380	-	-	-	-	(46)	2.287
Energisa Geração Usina Maurício	1.489	-	-	-	-	-	(606)	883
Energisa Geração Solar Coremas	324	7	-	-	-	-	(11)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geraçao de Energia S/A	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	-	-	-	-	-	-	1
Comercialização	**5.765**						**(3.030)**	**2.735**
Energisa Comercializadora	5.765	-	-	-	-	-	(3.030)	2.735
Prestação de Serviços	**84.725**	**180**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.671**	**87.576**
Energisa Soluções	75.421	-	-	-	-	-	2.350	77.771
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	6.313	180	-	-	-	-	(430)	6.063
Energisa Planejamento	2.991	-	-	-	-	-	751	3.742
Holdings e demais companhias	**1.446.278**	**47**	**124**	**(33.018)**	**10.604**	**(236)**	**6.959**	**1.422.758**
Alvorada Direitos Creditórios S.A	175	-	-	-	-	-	(34)	141
Dinâmica Direitos Creditórios	1.196	-	-	-	-	-	(8)	1.188
BBPM Participações	405.430	-	22	(11.805)	3.533	(72)	1.461	398.569
Denerge S/A	514.292	-	30	(16.276)	5.530	(98)	1.017	504.495
JQMJ Participações	161.636	-	9	(4.937)	1.541	(30)	420	158.639
Rede Energia S.A.	355.549	47	63	-	-	(36)	4.103	359.726
Ágio pago na aquisição de controladas	**205.658**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.802)**	**201.856**
	-							
Total	**3.182.208**	**761**	**214**	**(33.018)**	**(46.600)**	**(236)**	**139.456**	**3.242.785**

(1) Ganho/perda em transações com compra de ações. No período findo em 31 de março de 2016, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT e Rede Energia, resultando em ganho de capital no valor de R$142 (R$2.393 em 31 de dezembro de 2015) e aumento do percentual de participação de R$72.

(2) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 34.

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 31/12/2014	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Subscrição, AFAC	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015
Distribuição	**1.309.212**	**1.620**	**10.218**	**97.996**	**(129.548)**	**(5.423)**	**159.936**	**1.444.011**
Energisa Minas Gerais (EMG)	91.253	-	-	89.396	(7.322)	(94)	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	385.873	-	-	-	(39.800)	1.405	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	671.474	-	-	-	(76.972)	(6.661)	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	91.950	-	-	-	(3.892)	-	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	58.460	-	-	8.600	(1.381)	(98)	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT)	10.202	1.620	10.218	-	(181)	25	197	22.081
Geração	**1.763**	**-**	**-**	**2.967**	**(141)**	**4**	**2.307**	**3.771**
Parque Eólico Sobradinho	562	-	-	1.847	-	4	(460)	1.953
Energisa Geração Usina Maurício	768	-	-	965	(141)	-	(103)	1.489
Energisa Geração Solar Coremas	307	-	-	86	-	-	(69)	324
Energisa Geração Vista Alegre	22	-	-	-	-	-	(1)	-
Energisa Geração Santa Candida	100	-	-	-	-	-	1	-
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geraçao de Energia S/A	-	-	-	21	-	-	(20)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	-	-	-	-	-	-	2.060	-
SPE Cristina S/A	-	-	-	-	-	-	139	-
Pequena Central Hidreletrica Ze Tunin	-	-	-	-	-	-	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	-	-	-	-	-	-	(22)	-
Comercialização	**4.991**	**-**	**-**	**-**	**(215)**	**127**	**862**	**5.765**
Energisa Comercializadora	4.991	-	-	-	(215)	127	862	5.765
Prestação de Serviços	**48.775**	**-**	**-**	**48.948**	**(1.215)**	**1.626**	**(10.706)**	**84.725**
Energisa Soluções	46.325	-	-	38.000	-	1.611	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	-	-	-	10.948	-	-	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	2.450	-	-	-	(1.215)	15	1.741	2.991
Holdings e demais companhias	**1.338.440**	**1.293**	**(12.611)**	**(9.752)**	**(35.695)**	**(8.961)**	**181.248**	**1.446.278**
Energisa Bioeletricidade S/A	-	-	-	-	-	-	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	-	-	-	-	-	-	18.638	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	91		-	(2)	-	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	9.983	370	-	(9.752)	-	1	594	1.196
BBPM Participações	371.127	373	1.228	-	(9.945)	(3.255)	45.902	405.430
Denerge S/A	475.821	114	(15.222)	-	(17.800)	(4.489)	75.868	514.292
JQMJ Participações	148.193	161	489	-	(4.103)	(1.363)	18.259	161.636
Rede Energia S.A.	333.179	(8.184)	894	-	(3.845)	145	32.992	355.549
Ágio pago na aquisição de controladas	**220.811**	**4.512**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(19.665)**	**205.658**
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	**6.241**	-
Total	**2.923.992**	**15.425**	**(2.393)**	**140.159**	**(166.814)**	**(12.627)**	**320.223**	**3.182.208**

(1) Ganho/perda em transações com compra de ações. No exercício de 2015, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT, Rede Energia, JQMJ, BBPM resultando em perda de capital o valor de R$2.393 e aumento do percentual de participação. O valor de perda da Denerge, refere-se a transações de ações em tesouraria, que impactou à Energisa através de equivalência patrimonial reflexa.

Amortização dos bens intangíveis no período findo em 31 de março de 2016, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social:

	EMT	ETO	EMS	Total
Amortização	(15.966)	(15.908)	(17.853)	(49.727)
IR e CSSL	5.428	5.409	6.070	16.907
Amortização Líquida	**(10.538)**	**(10.499)**	**(11.783)**	**(32.820)**

Notas Explicativas

18 Imobilizado

	Controladora				
	Saldo 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo 31/03/2016
Imobilizado em Serviço					
Custo:					
Terrenos	16	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.300	-	-	-	4.300
Máquinas e equipamentos	7.793	-	-	-	7.793
Veículos	8.451	-	(24)	-	8.427
Móveis e utensílios	13.741	-	-	-	13.741
Total do imobilizado em serviço	**34.301**	**-**	**(24)**	**-**	**34.277**
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(2.184)	-	-	(37)	(2.221)
Máquinas e equipamentos	(3.149)	-	-	(220)	(3.369)
Veículos	(7.891)	-	25	(27)	(7.893)
Móveis e utensílios	(11.944)	-	-	(117)	(12.061)
Total Depreciação acumulada	**(25.168)**	**-**	**25**	**(401)**	**(25.544)**
Subtotal Imobilizado	**9.133**	**-**	**1**	**(401)**	**8.733**
Imobilizado em curso	235	2.625	-	-	2.860
Total do Imobilizado	**9.368**	**2.625**	**1**	**(401)**	**11.593**

	Controladora					
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo 31/12/2015
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.249	-	51	-	-	4.300
Máquinas e equipamentos	6.500	-	1.293	-	-	7.793
Veículos	8.478	-	54	(81)	-	8.451
Móveis e utensílios	13.509	-	235	(3)	-	13.741
Total do imobilizado em serviço	**32.752**	**-**	**1.633**	**(84)**	**-**	**34.301**
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.034)	-	-	-	(150)	(2.184)
Máquinas e equipamentos	(2.389)	-	-	-	(760)	(3.149)
Veículos	(7.820)	-	-	35	(106)	(7.891)
Móveis e utensílios	(11.448)	-	-	3	(499)	(11.944)
Total Depreciação acumulada	**(23.691)**	**-**	**-**	**38**	**(1.515)**	**(25.168)**
Subtotal Imobilizado	**9.061**	**-**	**1.633**	**(46)**	**(1.515)**	**9.133**
Imobilizado em curso	37	1.831	(1.633)	-	-	235
Total do Imobilizado	**9.098**	**1.831**	**-**	**(46)**	**(1.515)**	**9.368**

Notas Explicativas

Imobilizado	Consolidado					
	Saldo 31/12/2015	Adição (*)	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2016
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	23	-	-	-	-	23
Terrenos	1.092	-	312	-	-	1.404
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	15.689	-	326	-	-	16.015
Máquinas e equipamentos	104.632	21.610	87	-	-	126.329
Veículos	46.986	38.310	218	(24)	-	85.490
Móveis e utensílios	45.602	5.042	31	(18)	-	50.657
Total do Imobilizado em Serviço	**216.215**	**64.962**	**974**	**(42)**	**-**	**282.109**
Depreciação acumulada:						
Software	(18)	-	-	-	(1)	(19)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(805)	-	(1)	-	(2)	(808)
Edificações e benfeitorias	(5.320)	-	(143)	-	(113)	(5.576)
Máquinas e equipamentos	(45.569)	(11.660)	(183)	6	(3.030)	(60.436)
Veículos	(20.991)	(29.473)	-	25	(3.318)	(53.757)
Móveis e utensílios	(31.256)	(3.055)	-	-	(529)	(34.840)
Total Depreciação acumulada	(103.959)	(44.188)	(327)	31	(6.993)	(155.436)
Subtotal Imobilizado	**112.256**	**20.774**	**647**	**(11)**	**(6.993)**	**126.673**
Imobilizado em curso	**2.522**	5.914	(647)	-	-	**7.789**
Total do Imobilizado	**114.778**	**26.688**	**-**	**(11)**	**(6.993)**	**134.462**

(*) Inclui ativos reclassificados do intangível para o imobilizado no montante de R$20.774, referente a máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensilhos.

Imobilizado	Consolidado					
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2015
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	17	-	6	-	-	23
Terrenos	1.098	-	(6)	-	-	1.092
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	13.253	-	2.556	(120)	-	15.689
Máquinas e equipamentos	76.115	427	28.626	(536)	-	104.632
Veículos	33.841	-	13.723	(578)	-	46.986
Móveis e utensílios	43.551	-	2.058	(7)	-	45.602
Total do Imobilizado em Serviço	**170.066**	**427**	**46.963**	**(1.241)**	**-**	**216.215**
Depreciação acumulada:						
Software	(274)	-	258	-	(2)	(18)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(1.053)	-	253	-	(5)	(805)
Edificações e benfeitorias	(5.023)	-	81	34	(412)	(5.320)
Máquinas e equipamentos	(39.423)	-	2.124	31	(8.301)	(45.569)
Veículos	(17.151)	-	(44)	350	(4.146)	(20.991)
Móveis e utensílios	(26.635)	-	(2.672)	7	(1.956)	(31.256)
Total Depreciação acumulada	(89.559)	-	-	422	(14.822)	(103.959)
Subtotal Imobilizado	**80.507**	**427**	**46.963**	**(819)**	**(14.822)**	**112.256**
Imobilizado em curso	**4.701**	**46.378**	**(46.963)**	**(1.594)**	**-**	**2.522**
Total do Imobilizado	**85.208**	**46.805**	**-**	**(2.413)**	**(14.822)**	**114.778**

Notas Explicativas

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	3,36%
Edificações e benfeitorias	3,56%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Contrato de concessão/ Softwares	7.288	7.801	6.944.920	6.939.969
Direito de concessão	-	-	471.469	481.013
Total	**7.288**	**7.801**	**7.416.389**	**7.420.982**

19.1 Intangível - controladora

Intangível	Saldo 31/12/2015	Amortização	Saldo 31/03/2016
Em Serviço			
Custo dos softwares	13.174	-	13.174
Amortização Acumulada	(5.373)	(513)	(5.886)
Subtotal	7.801	(513)	7.288
Em Curso	-	-	-
Total Geral	**7.801**	**(513)**	**7.288**

Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferência	Amortização	Saldo 31/12/2015
Em Serviço					
Custo dos softwares	8.731	-	4.443	-	13.174
Amortização Acumulada	(4.014)	-	-	(1.359)	(5.373)
Subtotal	4.717	-	4.443	(1.359)	7.801
Em Curso	-	4.443	(4.443)	-	-
Total Geral	**4.717**	**4.443**	**-**	**(1.359)**	**7.801**

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

Notas Explicativas

19.2 Intangível - consolidado

CONSOLIDADO						
Intangível	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2016
Intangível em Serviço						
Custo	14.094.153	303	91.833	(89.582)	-	14.096.707
Amortização Acumulada	(6.093.406)	-	-	30.314	(188.562)	(6.251.654)
Subtotal	8.000.747	303	91.833	(59.268)	(188.562)	7.845.053
Em Curso	987.039	296.837	(91.833)	(80.175)	-	1.111.868
Total	**8.987.786**	**297.140**	**-**	**(139.443)**	**(188.562)**	**8.956.921**
(-) Obrigações Vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.677.250	4.152	56.456	-	-	2.737.858
Amortização Acumulada	(963.275)	-	-	-	(51.647)	(1.014.922)
Subtotal	1.713.975	4.152	56.456	-	(51.647)	1.722.936
Em Curso	333.842	25.510	(56.456)	(13.831)	-	289.065
Total Obrigações Vinculadas à concessão	**2.047.817**	**29.662**	**-**	**(13.831)**	**(51.647)**	**2.012.001**
Total Geral	**6.939.969**	**267.478**	**-**	**(125.612)**	**(136.915)**	**6.944.920**

(*) Das baixas no montante de R$125.612, R$66.344 foi transferido para o contas a receber da concessão, R$20.774 transferido para o imobilizado e R$38.494 referem-se à baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

CONSOLIDADO							
Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Adição - Ativo contas a receber da concessão (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2015
Intangível em Serviço							
Custo	12.094.707	37.941	1.377.073	727.449	(143.017)	-	14.094.153
Amortização Acumulada	(5.339.255)	(27.374)	-	-	88.274	(815.051)	(6.093.406)
Subtotal	6.755.452	10.567	1.377.073	727.449	(54.743)	(815.051)	8.000.747
Em Curso	927.160	1.489.520	-	(727.449)	(702.192)	-	987.039
Total	**7.682.612**	**1.500.087**	**1.377.073**	**-**	**(756.935)**	**(815.051)**	**8.987.786**
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	2.101.290	88.788	407.471	85.000	(5.299)	-	2.677.250
Amortização Acumulada	(795.889)	(27.284)	-	-	-	(140.102)	(963.275)
Subtotal	1.305.401	61.504	407.471	85.000	(5.299)	(140.102)	1.713.975
Em Curso	380.743	173.077	-	(85.000)	(134.978)	-	333.842
Total Obrigações Vinculadas à concessão	**1.686.144**	**234.581**	**407.471**	**-**	**(140.277)**	**(140.102)**	**2.047.817**
Total Geral	**5.996.468**	**1.265.506**	**969.602**	**-**	**(616.658)**	**(674.949)**	**6.939.969**

(*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R$1.377.073 e de obrigações vinculadas à concessão - R$407.471, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

(**) Do total das baixas realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2015 de R$616.658, R$597.578 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados na EMT, (R$5.299) refere-se a devolução do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins - Ofício nº 685/2015 SFF/Aneel na ETO e R$54.743 referem-se a baixas operacionais realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao

Notas Explicativas

final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas é como segue:

Empresas	31/03/2016	31/12/2015
EMG	4,39%	4,38%
ESE	4,24%	4,22%
EPB	4,41%	4,40%
EBO	4,28%	4,23%
ENF	4,24%	4,35%
EDEVP	4,36%	4,36%
EMT	4,14%	4,42%
CAIUA	4,27%	4,29%
ETO	3,91%	3,90%
EEB	4,33%	4,12%
CNEE	4,24%	4,19%
CFLO	4,49%	4,50%
EMS	4,41%	4,34%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor (1)	2.344.666	2.297.027
Participação da União – recursos CDE (2)	1.425.152	1.425.152
Participação do Governo do Estado (2)	317.208	317.208
Reserva para reversão (3)	1.721	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	177.055	167.127
(-) Amortização acumulada	(1.014.922)	(963.275)
Total	**3.250.880**	**3.244.960**
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.238.879	1.197.143
Infraestrutura – Intangível em serviço	1.722.936	1.713.975
Infraestrutura - Intangível em curso	147.137	201.842
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	141.928	132.000
Total	**3.250.880**	**3.244.960**

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

Notas Explicativas

(2) As subvenções da União – recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, sejam contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3° ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

A partir do 4° ciclo de revisão tarifária os novos valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente serão ser apropriados em passivos financeiros setoriais – devolução tarifárias, e serão atualizados mensalmente com aplicação da variação do IPCA e amortizado a partir do inicio do 5° ciclo tarifário.

A ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

19.4 Direito de concessão - Consolidado

	31/03/2016	31/12/2015
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	298.589	298.589
Aquisição participação (3)	67.358	67.358
Amortização acumulada	(432.490)	(422.946)
Subtotal	**471.469**	**481.013**

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	481.013	515.866
Aquisição participação	-	4.512
Amortização no período/exercício	(9.544)	(39.365)
Saldo final	**471.469**	**481.013**

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se

Notas Explicativas

por base as curvas de lucratividade projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de março de 2016, o saldo a amortizar pela controlada é de R$269.618 (R$275.355 em 31 de dezembro de 2015).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R$142.446 (R$144.933 em 31 de dezembro de 2015), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia adquiriu a empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R$7.022 (R$7.022 em 31 de dezembro de 2015).Os valores pagos na aquisição do parque eólico está alocado como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R$96.345, totalizando o montante de R$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S.A., foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R$6.361. Além da amortização de R$13.653 em 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R$4.512.

Notas Explicativas

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2016 e 2017	62.887	13.655
2018 e 2019	70.724	15.603
2020 e 2021	70.480	15.603
2022 e 2023	70.042	15.603
2024 e 2025	69.696	15.603
2026 e 2027	68.953	15.603
2028 em diante	58.687	-
Total	471.469	91.670

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento:				
Furnas	-	-	116	136
Ampla -Cusd	-	-	1.935	1.987
CCEE	-	-	57.918	104.294
Contratos Bilaterais (1)	-	-	980.805	1.000.869
Uso de rede básica (1)	-	-	14.391	13.809
Conexão à rede (1)	-	-	2.239	2.040
Encargo de serviços do sistema (1)	-	-	84.607	182.158
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	14.460	14.590
Materiais, serviços e outros (2)	692	1.703	154.334	211.004
Total	**692**	**1.703**	**1.310.805**	**1.530.887**
Circulante	692	1.703	1.015.950	1.204.877
Não Circulante	-	-	294.855	326.010

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R$351.140 (R$351.140 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$282.863 (R$312.125 em 31 de dezembro de 2015) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pelas controladas EMT e EEB, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 31 de março de 2016 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R$13.001 (R$50.433 em 31 de dezembro de 2015) e reconhecido R$13.001 (R$50.433 em 31 de dezembro de 2015) de atualização financeira.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

Notas Explicativas

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	20.000	-	2.802.610	2.828.298
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	381.703	418.801	2.347.837	2.605.638
Encargos de dívidas - moeda nacional	38	-	38.017	25.051
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	6.620	4.113	28.445	19.970
(-) custos a amortizar	-	-	(10.161)	(4.276)
(-) Marcação a mercado de dívidas	45	497	5.491	(14.241)
Total	408.406	423.411	5.211.239	5.460.440
Circulante	230.461	325.791	1.063.220	1.238.390
Não Circulante	177.945	97.620	4.148.019	4.222.050

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	31/03/2016	31/12/2015					
Energisa S/A							
CCB - PINE	20.038	-	CDI + 4,00%	mai/16	Final	4,25%	-
Total em Moeda Nacional	20.038	-					
Resolução 4131 - Citibank (1)	269.791	294.139	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Semestral	-7,83%	-
Resolução 4131 - Santander (1)	118.532	128.775	Libor + 3,41% a.a.	jun/16	Final	-7,39%	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	45	497	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	388.368	423.411					
Total Energisa S/A	408.406	423.411					
Energisa Sergipe							
FIDIC Grupo Energisa III	15.175	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,25%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	10.017	10.305	5,00% a.a. (Pré)	ago/26	Mensal	1,25%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	-	452	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	1,25%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB	3.729	4.358	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	2,08%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	2.959	3.460	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	2,88%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB	11.459	12.297	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	2,10%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	17.728	19.033	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	2,43% A 2,91%	A
Repasse BNDES II - ABC	1.979	2.132	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.	fev/23	Mensal	3,91% a 4,16%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	15.361	15.250	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% A 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	4.107	4.078	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	3.129	3.107	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	11.540	11.154	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	3.086	2.982	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.351	2.272	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú	13.043	13.817	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	2,61% a 2,86%	A
FINAME - Itaú BBA	18.325	18.902	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	0,63% a 2,18%	A
Nota Promissória - ABC	51.936	50.060	CDI + 2,00% a.a.	jun/16	Final	3,75%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(884)	(528)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	185.040	188.306					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	181.656	197.530	3,49% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-7,99%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	259.402	283.410	Libor + 1,77% a 1,91% a.a.	abr/18	Final	-7,76% a -7,80%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.782)	(3.916)	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Total em Moeda Estrangeira	439.276	477.024					
Total Energisa Sergipe	624.316	665.330					
Energisa Paraíba							
FIDIC Grupo Energisa III	61.711	61.712	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,43%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	6.117	6.625	5,00% a.a. (Pré)	mar/22	Mensal	1,25%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	-	1.552	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	1,25%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	18.564	28.809	SELIC	mar/16	Mensal	3,26%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB	11.901	14.282	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	1,95%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	38.610	40.706	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	2,88%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB	3.037	3.644	8,10% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	2,03%	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú	25.769	27.320	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez/23	Mensal	2,76% a 4,11%	A
Repasse BNDES - BNB	23.384	25.256	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	2,73% a 2,98%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	28.889	28.682	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	7.819	7.763	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	5.967	5.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,97% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	21.013	20.309	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	5.687	5.497	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	4.340	4.194	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
FINAME - Itaú	34.112	35.282	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago/23	Mensal	0,63% a 2,50%	A
Parcelamento FUNASA	4.802	4.889	IPCA	dez/29	Mensal	2,62%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.847)	(1.164)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	299.875	321.282					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	217.866	237.036	3,49% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-7,99%	A
Resolução 4131 -Citibank (1)	235.941	258.875	Libor + 1,90% a.a.	set/17	Anual	-7,76%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	35.847	39.307	Libor + 2,5% a.a.	out/16	Final	-7,61%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.041)	(4.818)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	487.613	530.400					
Total Energisa Paraíba	787.488	851.682					
Energisa Minas Gerais							
FIDIC Grupo Energisa III	15.175	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,43%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	7.045	7.694	5,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	1,25%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	567	637	5,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	1,25%	F
Repasse BNDES I - HSBC	91	220	TJLP + 4,30% a.a.	mai/16	Mensal	2,96%	A
Repasse BNDES II - HSBC	79	195	UMBND + 4,30% a.a. (*)	mai/16	Mensal	1,16%	A
Repasse BNDES III - HSBC	54	134	TJLP + 3,90% a.a.	mai/16	Mensal	2,86%	A
Repasse BNDES I - Itaú BBA	2.204	2.311	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	3,07%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	1.212	1.377	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	1,02%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	919	964	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	3,37%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	1.445	1.520	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	1,38%	A
Repasse BNDES V - Itaú (3)	14.862	14.756	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES VI - Itaú (3)	9.951	9.618	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES PER - Itaú BBA	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	1,38%	A
FINAME - Itaú BBA	14.652	15.140	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	abr/24	Mensal	0,63% a 2,50%	A
FINAME - CEF	3.062	3.194	8,70% a.a. (Pré)	jan/22	Mensal	2,18%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA	22.068	23.134	TJLP + 2,25% a 4,15% a.a.	dez/23	Mensal	2,44% a 2,92%	A
CCB - Safra	65.672	66.507	CDI + 3,00% a.a.	jan/17	Final	4,00%	A
CCB - BBM	15.188	15.766	CDI + 2,50% a.a.	ago/16	Final	3,88%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(462)	(119)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	173.784	178.409					
Resolução 4131 I - Citibank (1)	58.547	64.237	Libor + 1,36%a.a.	set/17	Final	-7,90%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	51.144	56.114	Libor + 1,77% a.a.	mai/19	Final	-7,80%	A
Resolução 4131 I - ABC (1)	11.699	12.698	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-8,04%	A
Resolução 4131 II - ABC (1)	47.859	51.520	5,43% a.a. (Pré)	set/17	Final	-7,50%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	359	(2.374)	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Total em Moeda Estrangeira	169.608	182.195					
Total Energisa Minas Gerais	343.392	360.604					
Energisa Nova Friburgo							
FIDIC Grupo Energisa III	4.047	4.047	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,43%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	523	569	5,00% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	1,25%	-
Repasse BNDES I - HSBC	12	49	TJLP + 4,30% a.a.	abr/16	Mensal	2,96%	A
Repasse BNDES II - HSBC	13	45	UMBND + 4,30% a.a.	abr/16	Mensal	1,16%	A
Repasse BNDES III - HSBC	4	16	TJLP + 3,90% a.a.	abr/16	Mensal	2,86%	A
Repasse BNDES I - Itaú	876	919	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,07%	A
Repasse BNDES II - Itaú	490	556	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	1,02%	A
Repasse BNDES III - Itaú	365	383	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	3,37%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	596	628	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	1,38%	A
Repasse BNDES V - Itaú	3.106	3.259	TJLP + 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	3,91%	A
Repasse BNDES VI - Itaú	1.320	1.399	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	4,04%	A
Repasse BNDES VII - Itaú (3)	3.537	3.512	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES VIII - Itaú (3)	2.260	2.184	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES PER - Itaú	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	1,38%	A
FINAME - Itaú	1.501	1.546	2,50% a 5,50% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	0,63% a 1,38%	A
BNDES Automático I - Itaú	3.187	3.531	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	3,04%	A
BNDES Automático II - Itaú	1.441	1.728	UMBND + 3,65% a.a.	jun/18	Mensal	0,99%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(109)	(31)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	23.169	24.526					
Resolução 4131 - Itaú BBA III (1)	27.405	31.078	3,83% a.a. (Pré)	fev/16	Final	-7,90%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	29.362	32.216	1,36% a.a. (Pré)	set/17	Final	-8,52%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	306	(1.260)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	57.073	62.034					
Total Energisa Nova Friburgo	80.242	86.560					
Energisa Borborema							
FIDIC Grupo Energisa III	5.058	5.058	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,43%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	38	53	5,00% a.a. (Pré)	nov/16	Mensal	1,25%	F
Repasse BNDES I - BNB	3.200	3.458	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	1,06%	A
Repasse BNDES II - BNB	8.097	8.074	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	2,86%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.158	2.141	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	1.883	1.870	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% A 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	1.760	1.702	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	1.536	1.484	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB [4]	2.837	3.383	7,50% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	1,88%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB [4]	4.508	4.848	7,50% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	1,88%	F + E
FINAME - Itaú BBA	3.132	3.234	4,50% a 5,50% a.a. (Pré)	fev/21	Mensal	1,13% a 1,38%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA	9.161	9.505	TJLP + 3,81% a 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	2,83% a 3,91%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(160)	(112)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	43.208	44.698					
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	15.692	Libor + 2,45% a.a.	fev/16	Final	-7,63%	A
Resolução 4131 - Santander (1)	-	11.823	2,59% a.a. (Pré)	mar/16	Final	-8,21%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	36					
Total em Moeda Estrangeira	-	27.551					
Total Energisa Borborema	43.208	72.249					
Energisa Mato Grosso							
FIDIC Grupo Energisa IV	354.144	354.197	TR + 8,00% a.a.	out/34	Mensal	2,45%	F
CCB - JP Morgan (1)	17.365	21.085	CDI + 2,00% a.a.	mai/17	Mensal	3,75%	F
CCB - Santander (1)	32.335	32.335	CDI + 2,28% a.a.	jun/17	Mensal	3,82%	F + A
CCB - Bank of China	31.175	30.027	CDI + 2,5%	nov/16	Final	3,88%	A
FINAME - Safra	7	28	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr/16	Mensal	2,86% a 3,51%	-

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Luz para Todos I - Eletrobrás	149.657	160.391	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago/22	Trimestral	1,50% a 2,00%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	144.228	144.191	SELIC	nov/19	Mensal	3,26%	-
Repasse BNDES - Bradesco (3)	63.309	62.855	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	58.383	57.964	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,79% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	51.434	49.710	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	47.432	45.843	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(3.058)	-					
Total em Moeda Nacional	946.411	958.626					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	15.118	20.143	Libor + 1,50% a.a.	mai/17	Mensal	-7,86%	D
Leasing - Cessna Finance	41.168	46.744	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	-7,17%	C
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(152)	(298)					
Total em Moeda Estrangeira	56.134	66.589					
Total Energisa Mato Grosso	1.002.545	1.025.215					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDIC Grupo Energisa IV	292.333	292.156	TR + 8,00% a.a.	out/34	Mensal	2,45%	F
FINAME I - Safra	-	20	8,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	2,00%	B
FINAME II - Safra	-	5	TJLP + 5,70% a.a.	mar/16	Mensal	3,31%	B
Repasse BNDES - Bradesco (3)	30.194	29.976	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	26.636	26.445	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	24.211	23.400	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	21.359	20.643	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Luz para Todos - Eletrobrás	37.446	40.469	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai/22	Trimestral	1,50% a 2,00%	-
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(1.385)	(624)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	430.794	432.490					
Resolução 4131-Bank of America ML I(1)	112.118	123.016	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	-8,36%	A
Resolução 4131-Bank of America ML II(1)	32.985	36.186	1,90% a.a. (Pré)	set/16	Final	-8,38%	A
Resolução 4131-Bank of America ML III(1)	27.125	29.788	3,52% a.a. (Pré)	ago/16	Final	-7,98%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.437)	(3.659)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	170.791	185.331					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	601.585	617.821					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	33.424	38.236	6,0% a 6,5%% a.a.	abr/22	Mensal	1,50% a 1,63%	F
Luz para Todos II - Eletrobrás	67.341	67.341	SELIC	nov/19	Mensal	3,26%	-
CCB - Santander (1)	83.869	83.870	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	3,82%	F
Repasse BNDES - Bradesco (3)	54.266	53.850	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	23.836	23.654	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	38.527	37.233	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	16.923	16.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.240)	(1.680)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	315.946	318.858					
Resolução 4131 - Itaú (1)	235.851	256.180	2,72% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	-8,18%	F
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	46.837	51.384	1,48% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-8,49%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	5.020	40	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	287.708	307.604					
Total Energisa Tocantins	603.654	626.462					
Caiuá Distribuidora de Energia							
Luz para Todos - Eletrobrás	168	248	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	1,50%	F
CCB - Santander (1)	8.589	8.589	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	3,82%	F + A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	14.228	14.126	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	8.812	8.517	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Total em Moeda Nacional	31.797	31.480					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	93.401	101.456	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-8,01%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	45.903	50.364	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	-8,40%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	691	(1.720)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	139.995	150.100					
Total Caiuá Distribuidora de Energia	171.792	181.580					
Cia Nacional de Energia Elétrica							
Luz para Todos - Eletrobrás	37	53	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	1,50%	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	4.258	4.116	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	7.607	7.551	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Total em Moeda Nacional	11.902	11.720					
Resolução 4131 - ABC (1)	11.699	12.699	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-8,04%	F
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	25	65	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	11.724	12.764					
Total Cia Nacional de Energia	23.626	24.484					
Cia Força e Luz Oeste							
Luz para Todos - Eletrobrás	109	125	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	1,50%	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	2.119	2.103	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	1.588	1.535	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Total em Moeda Nacional	3.816	3.763					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	27.405	31.078	3,83% a.a. (Pré)	fev/16	Final	-7,90%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	982	101					
Total em Moeda Estrangeira	28.387	31.179					
Total Cia Força e Luz Oeste	32.203	34.942					
Empresa Vale Paranapanema							
Luz para Todos - Eletrobrás	141	209	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	1,50%	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	4.590	4.436	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	7.878	7.821	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Total em Moeda Nacional	12.609	12.466					
Resolução 4131 - ABC (1)	23.398	25.396	3,28% a.a. (Pré)	abr/17	Final	-8,04%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	49	130					
Total em Moeda Estrangeira	23.447	25.526					
Total Vale Paranapanema	36.056	37.992					
Empresa Elétrica Bragantina							
Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	2.191	2.390	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	1,50%	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	5.904	5.706	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	9.097	9.031	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Total em Moeda Nacional	17.192	17.127					
Resolução 4131 - Itaú (1)	14.369	15.609	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-8,01%	A
Resolução 4131 - Santander (1)	54.814	59.305	4,74% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-7,67%	A
Resolução 4131 - ABC (1)	48.040	51.810	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	-7,62%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.426	2.935	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	120.649	129.659					
Total Empresa Elétrica Bragantina	137.841	146.786					
Energisa Soluções							
FINEP -	3.181	3.489	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	2,00%	D
FINAME - Itaú BBA	3.355	3.461	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	0,63% a 1,50%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(16)	(18)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	6.520	6.932					
Total Energisa Soluções	6.520	6.932					
Energisa Soluções Construções							

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
FINAME - Itaú BBA	4.273	4.444	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,50%	A
Total em Moeda Nacional	4.273	4.444					
Total Energisa Soluções Construções	4.273	4.444					
Energisa Comercializadora							
CCB I e II - BBM	30.952	32.246	CDI + 2,50% a.a.	jul/16	Final	3,88%	-
Total em Moeda Nacional	30.952	32.246					
Total Energisa Comercializadora	30.952	32.246					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	4.439	4.276	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	5,35%	F
Credores "RJ" - BNB	9.786	9.428	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	5,35%	F
Total em Moeda Nacional	14.225	13.704					
Total Rede Energia S.A.	14.225	13.704					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	255.573	244.231	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	1,45%	-
Total em Moeda Nacional	255.573	244.231					
Total Denerge	255.573	244.231					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	3.342	3.765	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	3.342	3.765					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	3.342	3.765					
Em Moeda Nacional	2.830.466	2.849.073					
Em Moeda Estrangeira	2.380.773	2.611.367					
Energisa Consolidada	5.211.239	5.460.440					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciaria, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Fundo Reserva, F=Recebíveis

(1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank, JP Morgan, Santander, ABC e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). Em 31 de março de 2016, os índices foram cumpridos.

(2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 34).

(3) A companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A – BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as treze subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, no montante aproximado de R$1.250.000, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão (nota explicativa Nº 22).

Notas Explicativas

Até 31 de março de 2016 foram liberados R$660.750, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	216.161
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energisa S/A	100.367
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	131.004
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A	72.299
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A	38.806
Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A	24.351
Caiuá Distribuição de Energia S/A	22.621
Empresa Elétrica Bragantina S/A	14.724
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	12.245
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	11.657
Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A	7.190
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	5.691
Companhia Força e Luz do Oeste	3.634
Total	660.750

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S.A. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

(4) Considera bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

(5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R$110.264 (R$97.109 em 31 de dezembro de 2015), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2016	31/12/2015
US$ x R$	-8,86%	47,01%
TJLP	1,88%	7,00%
SELIC	3,26%	13,32%
CDI	3,25%	13,24%
IPCA	2,62%	10,67%
IGP-M	3,27%	10,54%
LIBOR	0,62%	0,29%
UMBNB	0,08%	0,06%
TR	0,45%	1,80%

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2017	88.973	1.232.166
2018	88.972	1.073.610
2019	-	505.918
2020	-	258.041
Após 2020	-	1.078.284
Total	**177.945**	**4.148.019**

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	**423.411**	**579.408**	**5.460.440**	**4.117.034**
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	20.000	460.000	81.470	2.582.181
Custos Apropriados	-	-	(4.860)	-
Encargos de dívidas – juros, variação monetária e cambial	(34.553)	256.714	(125.988)	1.253.479
Marcação Mercado da Dívida	(452)	497	19.731	(14.241)
Pagamento de principal	-	(838.585)	(150.534)	(2.330.668)
Pagamento de juros	-	(34.623)	(69.020)	(147.345)
Saldos em 31/03/2016 e 31/12/2015	**408.406**	**423.411**	**5.211.239**	**5.460.440**
Circulante	230.461	325.791	1.063.220	1.238.390
Não circulante	177.945	97.620	4.148.019	4.222.050

Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	18	25	74	**117**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	23	15	-	**38**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	19	12	-	**31**
	Banco ABC Repasse BNDES	14	18	26	**58**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	42	56	93	**191**
	Banco Itaú BBA - BNDES	59	79	311	**449**
ESE		**175**	**205**	**504**	**884**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	73	97	290	**460**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	83	55	-	**138**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	21	13	-	**34**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	78	104	156	**338**
	Banco Itaú BBA - BNDES	116	155	606	**877**
EPB		**371**	**424**	**1.052**	**1.847**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	18	26	71	**115**
	Banco Itaú BBA - BNDES	46	62	239	**347**
EMG		**64**	**88**	**310**	**462**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	5	6	19	**30**
	Banco Itaú BBA - BNDES	10	14	55	**79**
ENF		**15**	**20**	**74**	**109**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	8	22	**36**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	14	9	-	**23**
	Banco Itaú BBA - BNDES	13	18	70	**101**
EBO		**33**	**35**	**92**	**160**
	Finep	5	6	5	**16**
ESOL		**5**	**6**	**5**	**16**
	Banco Santander	235	188	219	**642**
	Banco Itaú BBA - BNDES	213	282	1.103	**1.598**
ETO		**448**	**470**	**1.322**	**2.240**
	Banco Itaú BBA - BNDES	405	540	2.113	**3.058**
EMT		**405**	**540**	**2.113**	**3.058**
	Banco Itaú BBA - BNDES	176	244	965	**1.385**
EMS		**176**	**244**	**965**	**1.385**
	TOTAL	**1.692**	**2.032**	**6.437**	**10.161**

Notas Explicativas

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Empresa	Operações	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	31/03/2016	31/12/2015	
ENERGISA S/A	**Em moeda nacional**					
	Debentures 5ª Emissão/1ª Série	57.837	54.104	111.941	116.259	
	Debentures 5ª Emissão/2ª Série	22.963	340.400	363.363	344.042	
	Debentures 7ª Emissão/1ª Série	1.635	177.223	178.858	176.580	1
	Debentures 7ª Emissão/2ª Série	1.635	177.223	178.858	176.580	1
	Debentures 7ª Emissão/3ª Série	1.635	177.223	178.858	176.580	1
	Debentures 7ª Emissão/4ª Série	1.950	177.223	179.173	177.495	1
	Debentures 7ª Emissão/5ª Série	1.950	177.223	179.173	177.495	1
	Debentures 7ª Emissão/6ª Série	1.950	177.223	179.173	177.495	1
	Total em moeda nacional	**91.555**	**1.457.842**	**1.549.397**	**1.522.526**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(1.335)	(4.493)	(5.828)	(5.938)	
	Total ENERGISA S A	**90.220**	**1.453.349**	**1.543.569**	**1.516.588**	
ENERGISA SERGIPE	**Em moeda nacional**					
	Debentures 3ª Emissão	15.091	36.000	51.091	49.238	
	Total em moeda nacional	**15.091**	**36.000**	**51.091**	**49.238**	
	Total ENERGISA SERGIPE	**15.091**	**36.000**	**51.091**	**49.238**	
REDE ENERGIA	**Em moeda nacional**					
	Debentures 4ª Emissão	2.232	40.357	42.589	41.034	2
	Total em moeda nacional	**2.232**	**40.357**	**42.589**	**41.034**	
	Total REDE ENERGIA	**2.232**	**40.357**	**42.589**	**41.034**	
ETO	**Em moeda nacional**					
	Debentures 1ª Emissão	-	-	-	50.680	
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**50.680**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	(256)	
	Total ETO	**-**	**-**	**-**	**50.424**	
EMS	**Em moeda nacional**					
	Debentures 7ª Emissão	87.716	333.200	420.916	405.442	
	Total em moeda nacional	**87.716**	**333.200**	**420.916**	**405.442**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(759)	(1.426)	(2.185)	(2.389)	
	Total EMS	**86.957**	**331.774**	**418.731**	**403.053**	
EMT	**Em moeda nacional**					
	Debentures 5ª Emissão	78.971	291.600	370.571	458.933	3
	Total em moeda nacional	**78.971**	**291.600**	**370.571**	**458.933**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(872)	(1.589)	(2.461)	(2.693)	
	Total EMT	**78.099**	**290.011**	**368.110**	**456.240**	
CONSOLIDADO	**Sub - total em moeda nacional**	**275.565**	**2.158.999**	**2.434.564**	**2.527.853**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	**(2.966)**	**(7.508)**	**(10.474)**	**(11.276)**	
	Total em moeda nacional	**272.599**	**2.151.491**	**2.424.090**	**2.516.577**	
	TOTAL	**272.599**	**2.151.491**	**2.424.090**	**2.516.577**	

1 - Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A – BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S.A.

Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21)

Notas Explicativas

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros a serem apurados trimestralmente. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo consolidado (Energisa S.A.) Em 31 de março de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debentures estão garantidas por aval da controladora Gipar S.A.

2 - As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial – (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R$293.575 de ajuste a valor presente.

3 - As debêntures da controlada EMT possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

Principais características:

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
ENERGISA	Debentures 5ª Emissão/1ª Série	jul/17	Anual, após jul.2016	Quirografária	CDI	+ 2,3348%a.a.	3,83%	
	Debentures 5ª Emissão/2ª Série	jul/19	Anual, após jul.2018	Quirografária	IPCA	+ 10,7011%a.a.	5,30%	
	Debentures 7ª Emissão/1ª Série	ago/20	Final	Quirografária	IPCA	+ 7,5%a.a.	4,50%	
	Debentures 7ª Emissão/2ª Série	ago/21	Final	Quirografária	IPCA	+ 7,5%a.a.	4,50%	
	Debentures 7ª Emissão/3ª Série	ago/22	Final	Quirografária	IPCA	+ 7,5%a.a.	4,50%	
	Debentures 7ª Emissão/4ª Série	ago/20	Final	Quirografária	IPCA	+ 9,0%a.a.	4,87%	
	Debentures 7ª Emissão/5ª Série	ago/21	Final	Quirografária	IPCA	+ 9,0%a.a.	4,87%	
	Debentures 7ª Emissão/6ª Série	ago/22	Final	Quirografária	IPCA	+ 9,0%a.a.	4,87%	
ENERGISA SERGIPE	Debentures 3ª Emissão	out/19	Anual	Quirografária	CDI	115,5% do CDI	3,75%	
REDE ENERGIA	Debentures 4ª Emissão	jul/36	Final	Quirografária	-	- 1%a.a.	1,00%	
EMS	Debentures 7ª Emissão	mai/21	Semestral	Quirografária	CDI	+ 2,28%a.a	3,82%	
EMT	Debentures 5ª Emissão	mai/21	Mensal, após jun.2016	Flutuante	CDI	+ 2,28%a.a	3,82%	

Empresa	Operação	Características da Operação						Ref.
		Tipo de Emissão	Data de emissão	Quantidade de Títulos	Vr. na Data de Emissão	Títulos em Circulação	Carência de Juros	
ENERGISA	Debentures 5ª Emissão/1ª Série	Pública	15/07/2012	12.857	128.570	12.857	6 meses	
	Debentures 5ª Emissão/2ª Série	Pública	15/07/2012	27.143	271.430	27.143	12 meses	
	Debentures 7ª Emissão/1ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/2ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/3ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/4ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/5ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/6ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
ENERGISA SERGIPE	Debentures 3ª Emissão	Pública	30/10/2013	60	60.000	60	24 meses	
REDE ENERGIA	Debentures 4ª Emissão	Pública	22/12/2009	370.000	370.000	-	6 meses	
EMS	Debentures 7ª Emissão	Pública	31/05/2014	40.000	400.000	40.000	24 meses	
EMT	Debentures 5ª Emissão	Pública	15/05/2014	45.000	450.000	35.000	24 meses	

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	53.945	177.866
2018	170.128	331.356
2019	170.128	331.356
2020	353.127	502.355
Após 2020	706.021	808.558
Total	**1.453.349**	**2.151.491**

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

	Controladora			EMS	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2016	269	91	975	570	654	2.559
Exercício 2017	89	71	1.300	446	504	2.410
2018 em diante	-	141	2.892	1.169	1.303	5.505
	358	**303**	**5.167**	**2.185**	**2.461**	**10.474**

31/12/2015							
	Controladora			EMS	ETO	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2015	269	91	935	788	126	908	3.117
Exercício 2016	157	78	-	362	52	404	1.053
Após 2016	-	158	4.250	1.239	78	1.381	7.106
	426	**327**	**5.185**	**2.389**	**256**	**2.693**	**11.276**

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	**1.516.588**	**2.124.116**	**2.516.577**	**3.173.478**
Novas debêntures obtidas	-	1.042.579	-	1.042.579
Custos Apropriados	(217)	-	(217)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	77.345	231.620	112.812	390.169
Pagamento de principal	-	(1.501.071)	-	(1.653.887)
Recompra de debêntures	-	(38.811)	(150.000)	(73.457)
Pagamento de juros	(50.147)	(341.845)	(55.082)	(362.305)
Saldos em 31/03/2016 e 31/12/2015	**1.543.569**	**1.516.588**	**2.424.090**	**2.516.577**
Circulante	90.220	178.783	272.599	315.749
Não circulante	1.453.349	1.337.805	2.151.491	2.200.828

Recompra de debêntures:

Controladora:
Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou o resgate de 2.036 debêntures da 5ª emissão (1ª série) e 1.737 debêntures da 5ª emissão (2ª série) com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R$38.811.

Controladas:

Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 a controlada Energisa Mato Grosso efetuou o resgate de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R$100.000. Em 07 de maio de 2015, a Energisa Mato Grosso resgatou a totalidade das debentures de 2ª emissão no montante de R$34.646, também em 04 de janeiro de 2016 a controlada Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R$50.000.

Notas Explicativas

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	1	-	316.496	329.690
Encargos Sociais	507	462	12.889	22.356
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (b)	-	-	100.798	83.911
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL (b)	-	-	36.525	34.290
Contribuições ao PIS e a COFINS	936	1.149	114.374	126.677
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	1.525	1.465	2.450	2.169
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	988	1.007	4.254	6.569
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	205	767
Outros	343	308	13.511	12.217
Total	**4.300**	**4.391**	**601.502**	**618.646**
Circulante	4.300	4.391	462.976	480.206
Não Circulante	-	-	138.526	138.440

(a) ICMS – as controladas CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto a controlada EMG possui valores de ICMS sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, que se encontra suspenso por liminares dos consumidores no montante de R$11.776 (R$11.646 em 31 de dezembro de 2015) (vide nota explicativa nº 7).

(b) IRPJ e CSSL - as controladas EMG, ENF, EPB, EBO e ESE, possuem liminar suspendendo a cobrança de IRPJ e CSLL incidentes sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica.

Todos os valores citados nos itens (a) e (b) encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

24 Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	131.665	172.625
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.896	4.873
Ministério de Minas e Energia - MME	1.947	2.485
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	123.631	118.704
Programa de Eficiência Energética - PEE	232.471	226.396
Total	**493.610**	**525.083**
Circulante	**299.124**	**372.295**
Não-circulante	**194.486**	**152.788**

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e

Notas Explicativas

recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

25 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que inclui os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	REDE SUL	31/03/2016	31/12/2015
PIS	-	-	-	9
COFINS	-	912	912	1.199
ICMS	2.028	88.922	90.950	93.939
TOTAL	**2.028**	**89.834**	**91.862**	**95.147**
Circulante	2.028	14.019	16.047	17.116
Não Circulante	-	75.815	75.815	78.031

As Controladas Caiuá (Caiuá), Nacional (CNEE), Paranapanema (EDEVP), Bragantina (EBB) e Força e Luz do Oeste (CFLO) possuem parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná (ELO) no montante R$ 89.834 (R$91.041 em 31 de dezembro de 2015) sendo: R$ 28.528 (R$29.170 em 31 de dezembro de 2015) na CAIUÁ, R$16.506 (R$ 16.877 em 31 de dezembro de 2015) na CNEE, R$21.256 (R$21.735 em 31 de dezembro de 2015) na EDEVP, R$21.142 (R$21.616 em 31 de dezembro de 2015) na EEB e R$ 1.490 (R$1.643 em 31 de dezembro de 2015) na CFLO.

Posição em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Valor original	Multa	Juros	31/03/2016	31/12/2015
PIS	-	-	-	-	9
COFINS	263	29	620	912	1.199
ICMS	57.573	6.537	26.840	90.950	93.939
TOTAL	**57.836**	**6.566**	**27.460**	**91.862**	**95.147**
Circulante	10.103	1.147	4.797	16.047	17.116
Não Circulante	47.733	5.419	22.663	75.815	78.031

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	31/03/2016	31/12/2015
2017	14.089	16.149
2018	14.166	13.958
2019	13.004	12.723
2020	12.025	11.744
Após	22.531	23.457
Total - não circulante	**75.815**	**78.031**

Notas Explicativas

26 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – consolidado

Risco provável – composição e movimentações

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015
Saldos iniciais – 31/12/2015 e 31/12/2014	**209.669**	**322.138**	**40.822**	**572.629**	629.114
Provisão para riscos	17.729	17.148	392	35.270	223.439
Reversões de provisões	(4.385)	(10.191)	(2.581)	(17.157)	(225.181)
Pagamentos	(6.009)	(17.714)	-	(23.723)	(98.911)
Atualização	6.167	9.477	1.109	16.753	44.168
Saldos finais - Não Circulante 31/03/2016 e 31/12/2015	**223.171**	**320.858**	**39.742**	**583.772**	**572.629**
Depósitos e cauções vinculados (*)				(93.198)	(101.015)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$200.025 (R$194.710 em 31 de dezembro de 2015). Desse total, R$106.827 (R$93.695 em 31 de dezembro de 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis - consolidado

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

No período findo em 31 de março de 2016 foram constituídas cerca de R$17.729 de aumento de provisões trabalhistas, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R$6.009, e por consequência reverteram provisões de R$4.385. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia e controladas, encerradas por acordo de pagamento.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

As provisões cíveis no período foram incrementadas em mais R$17.148, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sucitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas

Notas Explicativas

fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R$17.714, e por consequência reverteram provisões de R$10.191. Os arquivamentos dos processos está basicamente relacionado as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas diretas e indiretas.

A Companhia e suas controladas estão sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R$3.353.702 (R$3.263.613 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R$127.437 (R$137.622 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R$1.794.112 (R$1.682.137 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Notas Explicativas

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R$1.432.153 (R$1.443.854 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

A controlada EMT possui processo envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais n°s 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Com relação ao processo referente a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a controlada indireta EMT vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais e restabelecimento da exação, de modo a compor a forma mais eficaz de, atuando como agente intermediário entre o Estado e os consumidores derrotados no questionamento judicial, propiciar meios de o Estado obter a arrecadação do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais devedores do ICMS sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 31 de março de 2016, o processo de ICMS sobre demanda montava em R$727.593 (R$694.656 em 31 de dezembro de 2015), para o qual a controlada não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de que a perda seria possível.

Uso de estimativas: as controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

27 Taxas regulamentares - consolidado

	31/03/2016	31/12/2015
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.863	66.863
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.637	106.637
Total	**173.500**	**173.500**
Circulante	34.728	20.373
Não circulante	138.772	153.127

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros selic incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP foram totalmente liquidados.

Notas Explicativas

28 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, nº 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foram prorrogados para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1993 (EMT) e nº 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	**294.625**	**363.293**
Adição	6.458	53.996
Atualização	6.574	42.590
Baixas/ pagamentos (*)	(13.971)	(165.254)
Saldos em 31/03/2016 e 31/12/2015	**293.686**	**294.625**
Circulante	99.659	109.463
Não circulante	194.027	185.162

(*) No trimestre findo em 31 de março de 2016, R$13.971 refere-se a pagamentos (R$149.546 em 31 de dezembro de 2015 e R$15.708 a processos indeferidos).

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital Social

O capital social é de R$1.260.000 (R$1.260.000 em 31 de dezembro de 2015), representando 1.336.599.980 (1.336.599.980 em 31 de dezembro de 2015) ações nominativas, sendo 641.553.423 (641.553.423 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias e 695.046.557 (695.046.557 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 169.024.472 (169.024.472 em 31 de dezembro de 2015).

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais.

Notas Explicativas

O montante em Units é de 4.368.045 e o valor mercado dessas ações em 31 de março de 2016 corresponde a R$61.308 (R$61.319 em 31 de dezembro de 2015).

29.2 Transação de capital – transações entre sócios

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial – 31/12/2015 e 31/12/2014 - ajustado	**(26.973)**	**(14.701)**
Transações entre sócios – reflexo (1)	(33.018)	(9.879)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	214	(2.393)
Saldo final – 31/03/2016 e 31/12/2015	**(59.777)**	**(26.973)**

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 34.

(2) A Companhia apurou ganho de R$214 referente a compra de ações de não controladores, no montante de R$133 no período findo em 31 de março de 2016 e perdas de R$2.393 em 31 de dezembro de 2015, nas novas aquisições de ações de controladas diretas e indiretas conforme detalhado na nota explicativa nº 17. As alterações na participação em controladas não devem impactar o resultado, pois se tratam de operações realizadas entre os acionistas da Companhia.

29.3 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

29.4 Reserva de Incentivos – reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

(i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;

(ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de redução de imposto de renda.

Notas Explicativas

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			31/03/2016	31/12/2015
EPB	SUDENE	197/2012	-	39.535
ESE	SUDENE	205/2012	1.128	17.575
EBO	SUDENE	206/2012	1.678	8.001
EMT(*)	SUDAM	114/2014	-	-
ETO	SUDAM	113/2014	-	10.165
Total			**2.806**	**75.276**

(*) As controladas EPB e EMT e ETO não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 31 de março de 2016. No exercício de 2015 a controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30 Receita operacional

30.1 Receita operacional bruta - controladora

	31/03/2016	31/03/2015
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	17.475	15.609
Deduções a receita operacional		
PIS	288	258
COFINS	1.328	1.186
ISS	350	314
Receita operacional líquida	**15.509**	**13.851**

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados as controladas.

Notas Explicativas

30.2 Receita operacional bruta - consolidada

	31/03/2016			31/03/2015		
	Não revisado pelos auditores independentes			Não revisado pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	5.256.780	2.628.742	1.726.305	5.083.580	2.576.553	1.367.170
Industrial	48.887	796.530	471.435	67.275	944.422	470.925
Comercial	467.197	1.429.413	949.534	462.365	1.447.090	779.128
Rural	591.112	591.707	279.635	582.436	606.181	222.490
Poder Público	61.416	319.467	196.768	61.002	321.274	160.532
Iluminação Pública	6.351	344.689	120.793	6.024	333.844	89.910
Serviço Público	7.369	254.384	114.536	7.049	261.687	89.693
Consumo Próprio	1.380	9.777	-	1.308	9.220	-
Subtotal	**6.440.492**	**6.374.709**	**3.859.006**	**6.271.039**	**6.500.271**	**3.179.848**
Suprimento Faturado	2	694.838	102.559	2	417.260	124.974
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(32.382)	(40.890)	-	(98.465)	102.008
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	259	-	163.998	235	-	95.978
Venda de energia Comercializada	-	490.216	99.785	-	447.572	95.113
Receita de Construção **(1)**	-	-	259.208	-	-	209.951
Serviços Especializados	-	-	37.628	-	-	20.942
Outras receitas operacionais	-	-	29.200	-	-	23.239
(-) Ultrapassagem Demanda(2)	-	-	(4.015)	-	-	(5.574)
(-) Excedentes de Reativos(2)			(10.096)			(9.087)
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva **(3)**	-	-	(213.104)	-	-	(829)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	180.200	-	-	221.124
Total - receita operacional bruta	**6.440.753**	**7.527.381**	**4.463.479**	**6.271.276**	**7.266.638**	**4.057.687**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	883.503	-	-	713.822
PIS	-	-	69.456	-	-	63.919
COFINS	-	-	319.932	-	-	294.161
CPRB	-	-	1.284			-
ISS	-	-	2.914	-	-	1.404
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT **(4)**	-	-	1.814	-	-	49.491
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	12.093	-	-	12.004
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	364.344	-	-	144.811
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	12.093	-	-	12.004
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.707	-	-	-
Total - deduções receita operacional	**-**	**-**	**1.671.140**	**-**	**-**	**1.291.616**
Total - receita operacional líquida	**6.440.753**	**7.527.381**	**2.792.339**	**6.271.276**	**7.266.638**	**2.766.071**

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Inclui R$4.183 (R$806 em 31 de dezembro de 2015) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas diretas EMG e ENF e indiretas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016.

(3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no período findo em 31 de março de 2016 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

Notas Explicativas

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2016, foram de R$211.551 (R$181.886 em 31 de março de 2015), tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT o montante de R$1.814 (R$49.491 em 31 de março de 2015).

Para os meses de janeiro a março de 2016 e 2015 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	31/03/2016	31/03/2015
Janeiro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016 (n°583 de 4 de março de 2015)	(24)	(9.828)
Fevereiro	Despacho 797 de 30 de março de 2016 (nº 8.297 de 30 de março de 2015)	(48)	(9.717)
Março	Valor provisionado (*)	(1.742)	(29.946)
Total		**(1.814)**	**(49.491)**

(*) Despacho 1.061 homologado em 02 de maio de 2016

31 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Energia de Itaipú - Binacional	806.081	783.120	176.777	343.875
Energia de leilão	3.282.059	2.979.068	702.871	612.468
Energia bilateral e outros suprimentos	2.108.456	2.481.058	397.838	465.881
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	236.305	237.812	47.659	32.082
Energia de curto prazo - CCEE	26.965	312.137	87.953	243.013
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	2.071.884	1.510.489	114.949	46.896
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	146.280	142.562	56.708	39.775
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	(146.363)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(137.758)	(133.801)
Total	**8.678.030**	**8.446.246**	**1.446.997**	**1.503.826**
	2.900.374			

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R$146.363.

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(2) Informações não revisada pelos auditores independentes.

(3) Contempla valor de REN 1585/2013.

Notas Explicativas

32 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R$ mil)	Controladora	Consolidado
			31/03/2016 e 31/12/2015	31/03/2016 e 31/12/2015
Riscos operacionais	23/10/2016	43.000	17	1.913
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	9	2.612
Automóveis -Danos Materiais e Corporais a terceiros	30/11/2016	Até 360/ veículo	8	1272
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	04/10/2016	10.000	-	116
Aeronáutico – responsabilidade civil (RETA)	12/12/2016	898	-	8
Aeronáutico – casco/LUC	12/12/2016	251.600	-	269
Compreensivo Empresarial	26/09/2016	750	-	5
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	116.096	135	2.058
Multirrisco Hangar	20/11/2016	41.603	-	4
RC Hangar	20/11/2016	21.802	-	27
Transportes	30/01/2017	Até 2.000/ transporte	-	180
			169	**8.464**

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente e total por doença, cesta básica e auxílio funeral de seus empregados.

Notas Explicativas

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

Compreensivo Empresarial

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista – SP.

Seguro Aeronáutico

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

33 Arrendamento mercantil - consolidado

As controladas Energisa Serviços Aéreos e Energisa Mato Grosso possuem arrendamento mercantil no montante de R$7.615 (R$9.039 em 31 de dezembro de 2015) referente a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arredamento mercantil, com prazo de duração de 36 a 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R$1.423 (R$5.759 em 31 de dezembro de 2015), como despesa de depreciação e de R$865 (R$3.097 em 31 de dezembro de 2015) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de março de 2016 da controlada EMT:

		Características da Operação			Custo da Dívida		
Operação	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	Dólar	6,75%	-7,17%

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R$41.168 (R$46.744 em 31 de dezembro de 2015), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 31 de março de 2016, os contratos classificados no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2016
2017	9.452
2018	9.452
2019	9.452
2020	7.083
Total	**35.439**

Notas Explicativas

34 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
		31/03/2016		31/12/2015	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	180.593	180.593	222.737	222.737
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.517	4.517	51.581	51.581
Clientes	2	6.889	6.889	5.808	5.808
Instrumentos financeiros derivativos	2	81.250	81.250	106.025	106.025
Créditos com partes relacionadas	2	751.842	751.842	717.411	717.411

Controladora					
		31/03/2016		31/12/2015	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	2	692	692	1.703	1.703
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	1.951.975	1.956.660	1.939.999	1.948.067
Instrumentos financeiros derivativos	2	36.395	36.395	47.679	47.679
Débitos com partes relacionadas	2	221.829	221.829	228.573	228.573

Consolidado					
		31/03/2016		31/12/2015	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	834.901	834.901	1.083.627	1.083.627
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	747.979	747.979	816.130	816.130
Clientes, consumidores e concessionárias	2	2.137.456	2.137.456	2.194.510	2.194.510
Títulos de créditos a receber e outros	2	6.176	6.176	6.300	6.300
Ativo financeiro setorial	3	878.838	878.838	1.062.905	1.062.905
Contas a receber da concessão	3	2.969.605	2.969.605	2.858.710	2.858.710
Instrumentos financeiros derivativos	2	473.774	473.774	487.628	487.628

Notas Explicativas

Consolidado					
		31/03/2016		31/12/2015	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	2	1.310.805	1.310.805	1.530.887	1.530.887
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	7.635.329	7.663.491	7.977.017	7.985.923
Parcelamento de impostos	2	91.862	91.862	95.147	95.147
Passivo financeiro setorial	3	621.493	621.493	637.843	637.843
Taxas regulamentares	2	173.500	173.500	173.500	173.500
Instrumentos financeiros derivativos	2	186.362	186.362	176.773	176.773
Instrumento financeiro - MTM (*)	2	370.885	370.885	337.854	337.854

(*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S.A., de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações ("BNDESPAR") e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia S.A. - em recuperação judicial (atual denominação da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.), atualizados pelos Aditivos n°1, n°2, n°3 e n°4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S.A. e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n°5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S.A. - em recuperação judicial. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S.A. - em recuperação judicial. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n°5 estava condicionado à transferência para a Energisa S.A., do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

- Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S.A. pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S.A., composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária ("Units"), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S.A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S.A., o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S.A.

- Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S.A.

- Precificação

O preço de exercício - R$9,05/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 31 de março de 2016 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,5% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 13,86% a.a. e volatilidade média ponderada do período foi de 97,38% a.a. Em 31 de março de 2016, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R$1,33/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e o contas a receber da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R$100.626, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 12 e 16.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificadas a seguir:

Não derivativos – classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos financeiros setoriais. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Notas Explicativas

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures – Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG e Finep, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referente aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT) e a 3ª emissão de Debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de março de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R$16.994 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2016, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de março de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R$2.737 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Dívida (a)	7.635.329	7.977.017
Caixa e equivalentes de caixa	(834.901)	(1.083.627)
Dívida líquida	6.800.428	6.893.390
Patrimônio líquido (b)	2.214.610	2.211.653
Índice de endividamento líquido	3,07	3,12

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.
(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		692	-	-	-	-	692
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	17,15%	381.608	56.526	806.236	852.776	991.012	3.088.158
Total		**382.300**	**56.526**	**806.236**	**852.776**	**991.012**	**3.088.850**

Consolidado							
Fornecedores	14,13%	997.289	68.277	204.832	78.031	11.992	1.360.421
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,31%	1.152.095	680.992	4.263.084	2.119.635	4.178.242	12.394.048
Total		**2.149.384**	**749.269**	**4.467.916**	**2.197.666**	**4.190.234**	**13.754.469**

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	180.593	222.737	834.901	1.083.627
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.517	51.581	747.979	816.130
Clientes, consumidores e concessionárias	6.889	5.808	2.137.456	2.194.510
Títulos de créditos a receber	-	-	6.176	6.300
Ativo financeiro setorial	-	-	878.838	1.062.905
Contas a receber da concessão	-	-	2.969.605	2.858.710
Instrumentos financeiros derivativos	81.250	106.025	473.774	487.628

Notas Explicativas

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas n.º 6, 7, 8, 12,16 e 34.

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2016, com queda de 8,9% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R$3,5589/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2016 era de 22,96%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2016, de R$7.655.964 (R$7.992.569 em 31 de dezembro de 2015), R$2.381.773 (R$2.611.367 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 13 de abril de 2020) e custo máximo de 7,79% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2016 apresenta no ativo circulante R$39.473 (R$65.793 em 31 de dezembro de 2015) e não circulante R$41.777 (R$40.232 em 31 de dezembro de 2015) e R$14.195 (R$16.806 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R$22.200 (R$30.873 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante na controladora, R$54.413 (R$117.780 em 31 de dezembro de 2015) no ativo circulante, R$419.361 (R$369.848 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante e R$138.520 (R$126.251 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R$418.727 (R$388.376 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados. Inclui no consolidado R$370.885 (R$337.854 em 31 de dezembro de 2015) de um instrumento de características semelhantes a um derivativo da controlada EEVP. No período a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido R$42.894 (R$9.879 em 31 de dezembro de 2015) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de mais de 98% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		2017	2018	
ENERGISA S/A							
Resolução 4131 - Citibank	75.000	VC + 117,64% Libor + 1,93%	102,15% CDI	27/04/2018	3,0235 (abr)	3,1896 (abr)	Não Aplicável
Resolução 4131 - Santander	32.253	VC + 4,01%	CDI + 2,50%	03/06/2016	-	-	Fair Value Hedge
ESE							
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	-	-	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank	50.000	VC + 117,65% Libor + 2,25%	103,50% CDI	19/04/2018	-	3,3100 (abr)	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank	22.314	VC + 117,65% Libor + 2,08%	CDI + 1,85%	28/05/2019	-	-	Fair Value Hedge
EPB							
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	-	-	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank	40.000	VC + 117,65% Libor + 2,23%	101,00% CDI	21/09/2017	-	-	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + 117,65% Libor + 2,21%	CDI + 1,80%	27/02/2019	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	VC + 117,65% Libor + 2,08%	CDI + 1,85%	28/05/2019	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + 117,65% Libor + 2,50%	CDI + 1,40%	20/10/2016			Fair Value Option
EMG							
Resolução 4131 - Citibank	16.450	VC + 117,65% Libor + 1,60%	113,90% CDI	28/09/2017	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.345	VC + 117,65% Libor + 2,08%	CDI + 1,85%	28/05/2019	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC	3.185	VC + 4,37%	CDI + 3,50%	05/07/2016	-	-	Fair Value Option
Resolução 4131 - ABC	12.903	VC + 7,79%	CDI + 3,95%	08/09/2017	-	-	Fair Value Option
ENF							
Resolução 4131 - Citibank	8.250	VC + 117,65% Libor + 1,60%	113,90% CDI	28/09/2017	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,04710%	CDI + 2,95%	26/02/2018	-	-	Fair Value Option
EMT							
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.273	VC + 117,65% Libor + 1,76%	CDI + 1,45%	04/05/2017	-	-	Fair Value Hedge
EMS							
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.446	VC + 117,65% Libor + 2,18%	CDI + 1,4925%	01/06/2017	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.600	VC + 117,65% Libor + 2,06%	CDI + 1,24%	08/08/2016	-	-	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	9.250	VC + 117,65% Libor + 2,24%	CDI + 1,39%	06/09/2016	-	-	Fair Value Option
ETO							
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	13.123	VC + 117,65% Libor + 2,50%	CDI + 1,48%	12/12/2016	-	-	Fair Value Option
CAIUÁ							
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.893	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.882	VC + 117,65% Libor + 2,18%	CDI + 1,4995%	12/06/2017	-	-	Fair Value Hedge
CNEE							
Resolução 4131 - ABC	3.185	VC + 4,37%	CDI + 3,50%	05/07/2016	-	-	Fair Value Option
CFLO							
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,0471%	CDI + 2,95%	26/02/2018	-	-	Fair Value Option
EDEVP							
Resolução 4131 - ABC	6.369	VC + 4,37%	CDI + 3,50%	05/07/2016	-	-	Fair Value Option
EEB							
Resolução 4131 - Itaú	3.984	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Santander	15.181	VC + 5,58%	CDI + 2,32%	22/12/2016	-	-	Fair Value Option
Resolução 4131 - ABC	12.987	VC + 7,02%	CDI + 3,55%	31/08/2017			Fair Value Option

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
HSBC X ESA	50.000	CDI + 1,60%	109,20% CDI + (TJLP-6,00%)	17/10/2016	Não Aplicável
Santander X ESA	250.000	CDI + 1,60%	CDI + 1,27% + (TJLP-6,00%)	17/10/2016	Não Aplicável
Santander X ESA	128.750	CDI + 1,30%	CDI + (TJLP-5,50%)	17/07/2017	Não Aplicável
HSBC X ESA	128.570	100,00% CDI	Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	17/07/2017	Não Aplicável
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
HSBC X ESA	141.600	100,00% CDI	96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	27/04/2018	Não Aplicável
HSBC X ESA	175.000	Pré 9,63%	102,65% CDI	15/06/2020	Não Aplicável
EMS					
HSBC X EMS	23.703	CDI + 3,50%	132,00% CDI + (TJLP-6,00%)	05/09/2016	Não Aplicável

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R$/US$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Neste sentido, no primeiro trimestre de 2016, a Administração da Companhia e de sua controlada Energisa Sergipe eliminaram os limitadores dos swaps associados aos empréstimos 4131 com vencimento no ano de 2017 e na controlada Energisa Paraíba com vencimento 2017 e 2018, de forma a minimizar o risco com a variação do US$. Os swaps que sofreram alterações podem ser vistos no quadro abaixo:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		2017	2018	
ESE							
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	3,1100 (abr)	3,3000 (abr)	Não Aplicável
EPB							
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	3,1100 (abr)	3,3000 (abr)	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank	20.000	Libor + 1,8987%	101,00% CDI	21/09/2017	3,1975 (set)	-	Não Aplicável

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de março de 2016:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Swap de Juros	954.059	958.503	**Posição Ativa**		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.061.155	1.037.461
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.094.201)	(1.077.306)
			Posição Total Swap	(33.046)	(39.845)
Swap Cambial com opções	297.100	631.700	**Posição Ativa**		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	448.454	1.166.308
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(311.242)	(653.625)
			Opções de Moeda Estrangeira (US$)	(90.158)	(386.087)
			Posição Total Swap Com Opções	47.054	126.596

Notas Explicativas

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Dívida designada para "Fair Value Option"	403.647	349.105	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(403.488)	(375.730)
Swap Cambial (Derivativo)	403.647	349.105	Posição Ativa Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	403.488	375.730
			Posição Passiva Taxa de Juros CDI	(442.296)	(370.611)
			Posição Líquida Swap	(38.808)	5.119
			Posição Líquida Dívida + Swap	(442.296)	(370.611)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.115.627	846.131	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.491.994)	(1.107.764)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	1.115.627	846.131	**Posição Ativa** Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.501.545	1.121.772
			Posição Passiva Taxa de Juros CDI	(1.196.375)	(902.787)
			Posição Líquida Swap	305.170	218.985
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.186.823)	(888.779)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Notas Explicativas

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(448.454)		(437.402)	(546.753)	(656.103)
Variação Dívida			11.052	(98.299)	(207.649)
Swap Cambial com opções					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	448.454		437.402	546.753	656.103
Variação - USD e LIBOR			(11.052)	98.299	207.649
Posição Passiva		Alta US$			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(311.242)		(311.242)	(311.242)	(311.242)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(90.158)		(77.601)	(153.049)	(233.023)
Variação - Opções de Moeda Estrangeira			12.556	(62.891)	(142.866)
Subtotal	47.055		48.559	82.462	111.838
Total Líquido	**47.055**		**59.611**	**(15.836)**	**(95.811)**
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.905.034)		(1.871.677)	(2.339.588)	(2.807.505)
Variação Dívida			33.357	(434.554)	(902.471)
Swap Cambial com opções					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	1.905.034		1.871.677	2.339.588	2.807.505
Variação - USD e LIBOR		Alta US$	(33.357)	434.554	902.471
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.638.671)		(1.638.671)	(1.638.671)	(1.638.671)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	266.363		233.005	700.916	1.168.834
Total Líquido	**266.363**		**266.363**	**266.363**	**266.363**
Total Geral	**313.417**		**325.974**	**250.526**	**170.552**

(*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R$3,5589 no cenário provável, R$4,4486 no cenário 25% e R$5,3384 no cenário 50%.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2016, o que é refletido no valor presente positivo de R$325.974, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R$250.526 e de R$170.552, respectivamente.

Notas Explicativas

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.061.155)		(1.061.155)	(1.048.852)	(1.037.967)
Variaçã Dívida	-		-	12.303	23.188
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros	1.061.155		1.061.155	1.048.852	1.037.967
Variação - Taxa de Juros		TJLP/CDI	-	(12.303)	(23.188)
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos -CDI + TJLP	(1.094.201)		(1.094.201)	(1.109.893)	(1.125.734)
Variação - CDI + TJLP			-	(15.692)	(31.533)
Subtotal	(33.047)		(33.047)	(61.041)	(87.767)
Total Líquido	**(33.047)**		**(33.047)**	**(48.738)**	**(64.579)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,14%, TJLP = 7,5% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.478.927	Alta CDI	210.747	263.434	316.121
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.949.913)	Alta CDI	(277.863)	(347.329)	(416.794)
	(1.412.805)	Alta CDI	(201.326)	(251.656)	(301.988)
	(562.627)	Alta TJLP	(42.196)	(52.747)	(63.293)
	(1.441.894)	Alta IPCA	(105.114)	(131.392)	(157.671)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(454.868)	Alta SELIC	(64.820)	(81.025)	(97.229)
	(646.477)	Alta TR	(11.637)	(14.545)	(17.455)
Subtotal (2)	(6.468.584)		(702.956)	(878.694)	(1.054.430)
Total -perdas (2)	**(4.989.657)**	-	**(492.209)**	**(615.260)**	**(738.309)**

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2017 (14,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2016, TJLP 7,5% ao ano, Selic 14,25% ao ano, TR 1,8%ao ano, IPCA 7,29% e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R$1.162.685.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Notas Explicativas

35 Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo em 31 de março de 2016, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R$14.211 (R$5.525 em 31 de março de 2015).

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e Energisa Comercializadora S/A em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Em 31 de março de 2015, a despesa de manutenção do plano foi de R$64 na controladora e em março de 2016 no consolidado foi de R$302 (R$232 em 31 de março de 2015).

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 31 de março de 2016, as despesas com esse benefício foram de R$238 (R$217 em 31 de março de 2015) na controladora e R$12.988 (R$12.197 em 31 de março de 2015) no consolidado.

36 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energisa Comercializadora	2016 a 2026	444.255	519.540	475.731	504.934	527.451	4.701.477
		444.255	**519.540**	**475.731**	**504.934**	**527.451**	**4.701.477**

Notas Explicativas

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A (*)	2016 a 2026	76.276	76.782	77.873	78.968	80.141	601.445
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	154.862	209.562	216.110	234.339	224.179	3.908.931
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	499.264	635.071	627.679	657.223	587.870	9.843.863
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	351.032	409.151	411.090	418.602	397.219	7.321.511
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	85.135	109.190	107.662	108.763	97.314	1.585.535
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2016 a 2048	106.308	145.064	141.945	145.509	126.215	2.406.248
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - Cemat	2016 a 2048	556.150	1.213.503	1.364.768	1.505.400	1.508.201	19.508.403
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins	2016 a 2048	309.392	435.638	447.628	491.527	375.179	7.212.236
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul	2016 a 2048	544.678	654.987	718.890	731.589	744.533	14.122.930
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2016 a 2048	55.195	79.489	72.803	71.730	61.894	1.485.886
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2016 a 2048	84.114	104.248	107.890	135.859	119.086	2.152.945
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2016 a 2048	86.487	129.262	127.744	127.219	114.547	2.212.187
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2016 a 2026	72.510	69.607	71.574	73.502	75.497	587.906
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2016 a 2026	428.638	495.160	452.980	477.761	491.212	4.398.094
		3.410.041	**4.766.714**	**4.946.636**	**5.257.991**	**5.003.087**	**77.348.120**

(1) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO foram aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(2) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de março de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

37 Ativos de geração alienados

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram alienados são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia S.A.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÂO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de

Notas Explicativas

R$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R$436.800.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R$573.709 na controladora e R$677.924 no consolidado.

Segue apuração do ganho de capital registrado no período findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora	Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	1.376.853	1.552.718
Ajuste preço adicional	113.500	113.500
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	1.490.353	1.666.218
(-) Custos dos investimentos alienados	(916.644)	(988.294)
(=) Ganho de capital	573.709	677.924
(-) IR e CS - 34%	(195.061)	(195.061)
(=) Efeito líquido	**378.648**	**482.863**

Demonstração de resultado da operação descontinuada em 31 de março de 2015:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora 31/03/2015	Consolidado 31/03/2015
Receita líquida	-	20.591
(-) Custo com energia elétrica	-	(13.086)
(-) Custo de operação		(1.415)
(-) Custo serviços prestados a terceiros	-	-
Lucro operacional bruto	-	6.090
(-) Despesas operacionais	-	(422)
Resultado do serviço	-	5.668
Ganho apurado na alienação	491.999	491.999
Equivalência patrimonial	6.622	-
Receitas financeiras	-	3.244
Despesas financeiras	-	(12.712)
Outros resultados operacionais		(4)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	498.621	488.195
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(167.280)	(167.758)
Lucro (prejuízo) de operação descontinuada	**331.341**	**320.437**

Notas Explicativas

38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2016	31/12/2015
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	66.344	372.423
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	51.056	243.409
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	52.501	101.530
Estoques – transferência para o intangível	-	2.705
Impostos a recuperar compensado para parcelamento de impostos.	-	2.689
Incorporação de redes – transferência para obrigações especiais	6.458	30.364
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	52.501	101.530
Obrigações especiais – devolução de recursos Programa LPT	-	9.149
Obrigações especiais – transferência para incorporação de redes	6.458	30.364
Intangível - transferência para estoques	-	2.705
Atividades de financiamento		
Parcelamento de impostos compensados	-	2.689
Empréstimos e financiamentos – devolução de recursos Programa LPT	-	9.149

39 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro líquido do período - controladora	111.198	272.457
Média ponderada das ações	1.336.600	1.245.691
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	**0,08319**	**0,21872**
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - operação continuada - R$	0,08319	(0,04727)
Lucro líquido básico e diluído por ação - operação descontinuada - R$	-	0,26599
Lucro líquido do período - consolidado	124.451	276.729
Resultado da operação continuada:	124.451	(43.708)
Acionistas da controladora	111.198	(43.033)
Acionistas não controladores	13.253	(675)
Resultado da operação descontinuada:	-	320.437
Acionistas da controladora	-	315.490
Acionistas não controladores	-	4.947

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

Notas Explicativas

40 Eventos subsequentes

Controladas:

. Dividendos:

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, deliberou distribuir dividendos da controlada EMS, no montante de R$104.082, correspondentes a R$ 1,649053698334 por mil ações ordinárias, tendo sido antecipados e quitados em 30 de junho de 2015 o valor de R$59.611 (R$0,944468739423 por mil ações ordinárias). O saldo remanescente, no montante de R$44.471 (R$0,704584958911 por mil ações ordinárias) será pago em até 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia, podendo ser antecipado por decisão da administração da Companhia, com base na posição acionária de 26/04/2016.

Em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, foi deliberada a distribuição dos dividendos da controlada EMT, no montante de R$14.771, correspondente a R$0,086723 por ação ordinária e preferencial, já tendo sido antecipados e quitados em 07 de agosto de 2015 o valor de R$14.528 (R$0,085295 por ação). O dividendo complementar, no montante de R$243 (R$0,00142767085 por ação), será pago em 23 de junho de 2016, com base na posição acionária na data referida Assembleia.

. Grupamento de ações controlada EMS

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, aprovou o grupamento das ações em que se divide o capital social realizado da Companhia, na proporção de 100.000 (cem mil) ações por 1 (uma) ação nova da mesma espécie, classe e forma.

Considerando que o capital da Companhia é formado por 63.116.354.043 (sessenta e três bilhões, cento e dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e quarenta e três) ações ordinárias, para o processo de grupamento de ações faz-se necessário, inicialmente, que o número de ações em que se divide o capital social torne-se múltiplo de cem mil, passando a ser 63.116.300.000 ações ordinárias. Para tal, a Companhia irá adquirir, para cancelamento, 54.043 ações ordinárias, ações estas que serão entregues a titulo gratuito pelo acionista controlador Rede Energia S.A. - Em Recuperação Judicial.

Aprovou que as frações de ações de cada acionista, provenientes do grupamento sejam adquiridas pela Companhia pelo valor patrimonial das ações em 31/12/2015, ou seja, R$ 0,0127 por ação, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, aos acionistas titulares das frações, ressalvado o direito da Companhia de compensar eventuais créditos decorrentes do grupamento com débitos dos acionistas, quando aplicável.

Em consequência das deliberações contidas nos itens anteriores, aprovar a alteração do artigo 4º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º O capital social é de R$595.649, dividido em 631.163 ações ordinárias, todas sem valor nominal.”

Aumento de Capital

. Controlada EMS

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da controlada EMS, por subscrição particular, no valor de R$21.083 com a emissão de 15.852 novas Ações Ordinárias de emissão da Companhia, a serem subscritas e integralizadas pela Acionista Controladora, a Rede Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, respeitado o exercício de preferência por acionistas minoritários, conforme descrito na respectiva proposta da administração (“Aumento de Capital”) divulgada pela Companhia em 24 de março de 2016.

Notas Explicativas

. Controlada ESE

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da controlada ESE no montante de R$17.575, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital incentivo fiscal – redução do imposto de renda, passando o capital social a ser de R$400.475.

. Controlada EPB

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da controlada EPB no montante de R$39.535, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital incentivo fiscal – redução de imposto de renda, passando o capital social a ser de R$526.992.

. Controlada EMG

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$35.600, mediante a emissão de 35.600 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de R$1 por ação, passando o capital social a ser de R$143.428. Todas novas ações ordinárias foram integralmente subscritas e integralizadas pela controladora Energisa S.A. mediante a capitalização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Contratações de empréstimos

.Controlada ESE

. Contratação de empréstimo celebrado com o Citibank, no montante de R$40.299, com vencimento em 26 de abril de 2019, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 2,16% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 04 de abril de 2016 a 26 de abril de 2019.

. Contratação de empréstimo celebrado com o Itau BBA, no montante de R$23.200, com vencimento em 04 de abril de 2018, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 4,53% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 04 de abril de 2016 a 04 de abril de 2018.

.Controlada EPB

Contratação de empréstimo celebrado com o Citibank, no montante de R$10.251, com vencimento em 26 de abril de 2019, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 2,16% a.a.

.Controlada EMT

Contratação de empréstimo celebrado com o Itaú BBA, no montante de R$35.000, com vencimento em 06 de maio de 2016, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 3,5% a.a.

.Controlada EMG

Contratação de empréstimo celebrado com o Citibank, no montante de R$60.802, com vencimento em 26 de abril de 2019, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 2,16% a.a.

Emissão quotas FIDC IV

As controladas indiretas e diretas, respectivamente, Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“EMT”) e Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A. (“EMS”), informaram aos acionistas e ao mercado em geral que, em 06 de maio de 2016, foram emitidas e liquidadas 699,9 quotas seniores da 2ª Série de quotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ("Nova Emissão FIDC IV"), sendo 480,6 quotas no montante de R$480.600 emitidas pela EMT e 219,3 quotas no montante

Notas Explicativas

de R$219.300 emitidas pela EMS, totalizando o valor R$699.900. A Nova Emissão FIDC IV conta com prazo total de 15 (quinze) anos, com 5 (cinco) anos de carência e terá uma remuneração equivalente a CDI + 0,7% ao ano. A emissão tem nota de classificação de risco AAAsf (bra) pela agência Fitch Ratings.

Eventos subsequentes ocorridos após divulgação das informações financeiras intermediárias de 13 de maio de 2016

Registro da oferta pública de distribuição primária de ações

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 02 de junho de 2016, pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósitos de ações (“Units”), representando, cada Unit, uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia. A oferta se dará por meio de um aumento do capital social da Companhia no mercado brasileiro. Simultaneamente também serão realizados esforços para colocação das Units no exterior. O preço de emissão será fixado após a conclusão de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais no Brasil e no exterior, tendo como parâmetro a cotação das Units de emissão da Companhia na BM&FBovespa e as indicações de interesse em função da quantidade de demanda coletada junto a investidores institucionais.

Reforma estatutária

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10 de junho de 2016, aprovou, dentre outras matérias, a convocação da assembleia geral extraordinária para deliberar a respeito da reforma do estatuto da Companhia para adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento Nível 2”).

Tendo em vista que (i) dentre os requisitos do Regulamento Nível 2, encontra-se a necessidade de inclusão no estatuto social de cláusula compromissória de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado; e (ii) o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA não exige a dispersão acionária mínima de 25% (vinte e cinco por cento) de cada classe ou espécie, eventual aprovação da reforma estatutária pela assembleia geral extraordinária da Companhia ensejará aos acionistas dissidentes o direito de retirarem-se da Companhia, mediante o reembolso de suas ações, nos termos do art. 136-A da Lei das S.A.

Nos termos da legislação aplicável, os acionistas da Companhia poderão exercer o direito de recesso, total ou parcialmente, em relação às ações das quais, comprovadamente, eram titulares, de maneira ininterrupta, do dia 02 de junho de 2016, data de divulgação do primeiro fato relevante informando sobre a reforma estatutária, até a data de efetivo pagamento do valor de reembolso.

O valor a ser pago pela Companhia, a título de reembolso, será, nos termos do artigo 45 da Lei das S.A., de R$1,6822454203 por ação, correspondente ao quociente da divisão (i) do valor do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015, data das últimas demonstrações contábeis aprovadas pela assembleia geral, pelo (ii) número total das ações emitidas pela Companhia, excluídas as ações em tesouraria.

Em AGE realizada em 29 e junho de 2016 foi aprovada a Reforma Estatutária visando a adequação do estatuto social às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA” e “Regulamento Nível 2”, respectivamente).

Requerimento de instauração de arbitragem

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem, em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH. Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

Notas Explicativas

Tendo em vista que o procedimento arbitral ainda se encontra em sua fase inicial, sendo ainda necessária a produção de provas pelas partes para fundamentar as suas alegações, os consultores jurídicos entendem que as chances de perda dessa causa são “possíveis”.

As requerentes atribuíram à controvérsia o valor estimado de R$50.380.

Contas a receber Estado do Tocantins

Através do Ofício 909/2016/SEFAZ/GASEC de 01 de julho de 2016, o Estado do Tocantins confirmou o saldo a pagar à controlada indireta Energisa Tocantins, no montante de R$103.185, posição referente a 31 de março de 2016, referente ao Convênio nº 028/2008 – LT Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz.

As partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa S.A., criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.346, de 25 de maio de 2016.

Precatorios controlada Energisa Mato Grosso

Em 17 de junho de 2016 foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004. Após inúmeras reuniões, resultou em acordo entre a controlada Energisa Mato Grosso e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório, que monta R$28.321, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, que totalizou o valor de R$33.183, a ser pago em 66 parcelas fixas de R$500 e a última parcela, de nº 67, no valor de R$183. A primeira parcela vencerá em 25/07/2016 e as demais vencerão todo dia 25 de cada mês.

Revisões tarifárias

- A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.092 de 21 de junho de 2016, aprovou o resultado da revisão tarifária periódica da controlada Energisa Minas Gerais com reajuste que gerou um incremento de 2,16%, aplicados a partir de 22 de junho de 2016.

- A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.091 de 21 de junho de 2016, aprovou o resultado da revisão tarifária periódica da controlada Energisa Nova Friburgo com reajuste que gerou um incremento de 8,86%, aplicados a partir de 22 de junho de 2016.

- A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.105 de 28 de junho de 2016, aprovou o resultado da revisão tarifária periódica da controlada Energisa Tocantins com reajuste que gerou um incremento de 12,81%, aplicados a partir de 04 de julho de 2016.

- A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.095 de 21 de junho de 2016, aprovou o resultado da revisão tarifária periódica da controlada Companhia Força e Luz do Oeste com reajuste que gerou uma redução de 16,48%, aplicados a partir de 29 de junho de 2016.

Contratações de empréstimos

.Companhia

. Contratação de empréstimo celebrado com Banco Santander Brasil S/A, no montante de R$50.000, com vencimento em 14 de dezembro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 3,6467% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 14 de junho de 2016 a 14 de dezembro de 2016.

. Contratação de empréstimo celebrado com Merrill Lynch Internacional, no montante de R$100.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2017, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 2,5% a.a. + Libor Trimestral. Possui contrato de swap com vigência entre 15 de junho de 2016 a 15 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

. Contratação de empréstimo celebrado com Banco Safra, no montante de R$100.000, com vencimento em 29 de julho de 2016, com taxa de juros anual equivalente CDI + 3,62% a.a.

.Controlada ESE

. Contratação de empréstimo celebrado com Banco Santander Brasil S/A, no montante de R$10.000, com vencimento em 14 de dezembro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 3,6467% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 14 de junho de 2016 a 14 de dezembro de 2016.

. Quarta emissão de notas promissórias comerciais, que foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, coordenada pelo Banco ABC, no montante de R$ 50.000 mil, com vencimento em 26 de dezembro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a CDI acrescida de 2,55% ao ano.

.Controlada EMG

. Contratação de empréstimo celebrado com o Banco Itau BBA S/A, no montante de R$30.000, com vencimento em 02 de julho de 2018, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 4,8535% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 30 de junho de 2016 a 02 de julho de 2018.

.Controlada EBO

. Contratação de empréstimo celebrado com Banco Santander Brasil S/A, no montante de R$10.000, com vencimento em 14 de dezembro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 3,6467% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 14 de junho de 2016 a 14 de dezembro de 2016.

. Contratação de empréstimo celebrado com o Banco Itau BBA S/A, no montante de R$20.000, com vencimento em 02 de julho de 2018, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 4,8535% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 30 de junho de 2016 a 02 de julho de 2018.

.Controlada EDEVP

. Contratação de empréstimo celebrado com Banco Santander Brasil S/A, no montante de R$20.000, com vencimento em 28 de dezembro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 3,6494% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 28 de junho de 2016 a 28 de dezembro de 2016.

.Controlada ETO

. Contratação de empréstimo celebrado com Banco Santander Brasil S/A, no montante de R$100.000, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 3,6525% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 23 de junho de 2016 a 23 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Reapresentação das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2016 e do relatório dos auditores independentes

Conforme mencionado nas notas explicativas no 3.2, 13 e 40, as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram originalmente aprovadas e divulgadas pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2016. Nosso relatório de revisão, originalmente datado de 13 de maio de 2016, sobre as referidas informações financeiras intermediárias, continha ressalva, por limitação de escopo da revisão sobre os créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins, nos montantes de R$ 80.387 mil e R$ 22.798 mil (R$76.977 mil e R$21.804 mil, em 31 de dezembro de 2015), existentes na controlada indireta Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S.A. (“ETO”), referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Entretanto, conforme descrito na nota explicativa 13, em 1 de julho de 2016, a ETO obteve do Governo do Estado de Tocantins, que também é um dos acionistas da ETO, a confirmação por escrito da existência dos referidos créditos, bem como a confirmação de que estão em andamento as tratativas para encontrar a forma de parcelar e liquidar o saldo devedor. Baseada nessa nova informação, a Administração da Companhia estimou e registrou, em 31 de março de 2016, uma provisão para ajuste de parte do valor de realização dos referidos créditos. Consequentemente, as presentes informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram atualizadas (nota no 40 – eventos subsequentes até a data), submetidas a nova aprovação e estão sendo reapresentadas, e a ressalva contida na conclusão de nosso relatório, anteriormente emitido, não é mais necessária. Nossa conclusão atual não contém modificação relacionada a este assunto.

Reclassificações nas informações financeiras intermediárias correspondentes

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa no 3.3 às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, que indica que a Companhia reclassificou certas transações nas demonstrações do resultado e do patrimônio líquido correspondentes.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Compnahia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica à Compnahia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não se aplica à Compnahia.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Modificação do Relatório dos Auditores Independentes
2	Refazimento e reapresentação das ITRs para incluir informações referentes ao saldo que controlada ETO possui junto ao estado de TO.